



Arranjos Sociopolíticos do Brasil Império

Construindo uma Nação nos Trópicos

Embora seja impossível delimitar o espaço e momento exatos em que surgiram as ideias de nação ou Estado Nacional brasileiro, sabemos que elas só se tornaram mais palpáveis a partir do processo de Independência política do Brasil – que, por sua vez, também não pode ser resumido ao Grito do Ipiranga de 7 de setembro de 1822. As periodizações e as datas históricas são relevantes para a organização do conhecimento histórico, mas envolvem critérios e escolhas de caráter social e político. Os grandes nomes e acontecimentos do Período Imperial não são suficientes para explicar a pluralidade de processos históricos que se interligaram e coexistiram no Brasil ao longo século XIX. Assim, a terminologia “Brasil Império” abrange múltiplos tempos que não são nem retilíneos e muito menos uniformes.

Desde a chegada do primeiro europeu ao território brasileiro, iniciaram-se intensas e inúmeras lutas contra o sistema de dominação e exploração colonial, mas foi ao longo do século XIX que o Brasil pôde separar-se de vez de Portugal, sua antiga metrópole. Como se deu esse processo de ruptura? Quem foram as personagens relevantes desses eventos? Quais foram os embates necessários para consolidar a autonomia brasileira? Houve resistência? De que formas ela se estabeleceu?

O Brasil independente foi organizado em torno do sistema monárquico, que vigorou no país por quase um século. A experiência monárquica brasileira guiou a construção do nosso sentimento de nacionalidade, da nossa primeira Constituição e de um grandioso projeto de nação. Em que medida esses elementos foram absorvidos pela população da época? Eles ainda nos influenciam como povo e nação? Esses moldes ainda são visíveis em nosso modelo político atual, republicano e federalista? Aliás, por que e em que contexto abandonamos a monarquia e caminhamos em direção à República? Ao estudarmos o enredo histórico do Brasil Império, essas perguntas podem ser respondidas, mas também podem ativar novos questionamentos.

Até que ponto características latentes da sociedade brasileira na atualidade podem ser associadas aos distantes processos históricos do Período Imperial? A desigualdade socioeconômica que assola o país na atualidade, por exemplo, não foi invenção do Império, mas, sem sombra de dúvida, foi acentuada nesse momento histórico cheio de contradições e contrastes. O Estado Nacional brasileiro formou-se a partir de ambivalências: o urbano e o rural, o tradicional e o moderno, o livre e o escravizado.

Em seu momento de formação, sob o comando de D. Pedro I, o Império Brasileiro foi marcado pela continuidade da estrutura socioeconômica e das práticas escravocratas; por uma Constituição outorgada com direitos de cidadania restritos; e pelo autoritarismo do monarca. Posteriormente, durante a Regência, desenvolveu-se a primeira experiência de autogoverno brasileiro, mas não menos conflituosa do que o Primeiro Reinado; a experiência regencial foi cheia de disputas entre grupos políticos pelo poder, forte insatisfação popular, rebeliões de vários tipos de norte a sul do país e ameaças à unidade territorial. Um golpe antecipou a maioria do jovem imperador D. Pedro II e deu início ao Segundo Reinado, que duraria 49 anos. Nessas décadas, tarefas complexas estiveram sobre a mesa do imperador: um imenso território a ser administrado e unificado; insurreições a serem debeladas; a conciliação de interesses políticos divergentes; e a construção do nacionalismo.

Ao longo deste capítulo, veremos que a sensação de estabilidade política de alguns momentos da história do Brasil imperial e a tão sonhada unidade territorial foram conquistadas por meio de conflitos sangrentos e silenciamentos violentos que, assim como as ideologias disseminadas pela intelectualidade, delinearam o que entendemos como identidade nacional brasileira.

1. Os processos de Independência do Brasil

1.1. Muito além do Sete de Setembro



[...] O processo emancipatório não se limita aos anos de 1820 a 1822; a fundação do Império a partir da concepção da construção do Estado unitário é uma versão criada por publicistas que participaram do debate da Independência e foi elaborada do ponto de vista das elites cariocas. [...] O 7 de Setembro [...] é a expressão visível de uma série de tensões e arranjos que se colavam à crise do sistema colonial e do absolutismo, tão característicos do fim do período moderno. Era todo o Antigo Regime que se desintegrava, e com ele as bases do colonialismo mercantilista. [...]

SCHWARCZ, Lillian M.; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 221-222. [Fragmento]

A ideia de que a Independência do Brasil foi uma simples resolução diplomática e pacífica conduzida brevemente por poucas pessoas às margens de um rio foi há muito tempo abandonada pela historiografia. A emancipação só pode ser explicada pela análise de um complexo contexto político e econômico de escala quase global. Mas, além disso, ela só foi reconhecida e confirmada anos após o Sete de Setembro de 1822: dezenas de conflitos intensos e violentos ocorreram em toda a extensão do Brasil, em terra e no mar, envolvendo milhares de pessoas que, àquela época, ainda não se enxergavam como brasileiros.

Boa parte das disputas militares concentrou-se nas províncias do Norte e Nordeste, mas a frente de batalhas ao sul, na província Cisplatina, também foi decisiva. As tropas pró-Independência contaram com a orientação de oficiais estrangeiros, principalmente mercenários ingleses, uma vez que o Estado recém-emancipado não contava com um Exército organizado. As guerras pela Independência perduraram até 1824 e chegaram a mobilizar um grupo de mais de 20 mil soldados, contingente maior do que o de outras Independências no restante da América, inclusive a Independência estadunidense.

Antes de partir para os estudos de caso, é preciso compreender a situação das províncias naquele período. Anos antes da Independência, como resultado das demandas das Cortes portuguesas durante a Revolução do Porto e tentativa de reestabelecer a autoridade da metrópole em todo o território brasileiro, foram estabelecidas nas províncias brasileiras – sobretudo ao norte e nordeste, mais distantes da capital colonial – diversas juntas administrativas provisórias que substituíram os governadores provinciais.

Assim, instalou-se nas províncias um clima político tenso e complicado: grupos pró-lusitanos passaram a dominar a cena política local e tornaram-se rivais políticos da elite nativa. Um dos prelúdios da Independência foi a **Convenção de Beberibe** (1821) – também conhecida como Movimento Constitucionalista de 1821 –, movimento que expulsou os Exércitos portugueses do território da província de Pernambuco. Anos antes a região havia passado pela **Revolução Pernambucana** (1817), movimento de insatisfação da elite pernambucana com a submissão à Corte portuguesa. Os revoltosos foram presos, mas, em 1821, foram anistiados pela Coroa portuguesa. De volta à cena pública, reforçaram o sentimento de insubmissão e inconformismo que havia se instalado na população da província e incorporaram-se ao novo conflito antilusitano que fundou a **Junta Governativa de Goiana**, um governo independente de Portugal, um ano antes do “Grito do Ipiranga”. Assim, esse evento antecipou a ruptura com Portugal e o início da Guerra da Independência do Brasil.

Por esses motivos, as guerras de Independência aqui tratadas estão mais intrinsecamente relacionadas a contextos locais do que à defesa da soberania de um Estado nacional recém-formado e que nem havia sido reconhecido pela antiga metrópole. A forte intolerância entre as elites locais e os portugueses e o descontentamento das classes populares com sua situação de opressão – a população escravizada e os grupos sociais oprimidos e desprivilegiados, como o povo pobre livre das cidades, os pequenos comerciantes e os proprietários médios – foram os principais motivos para a luta pela libertação das províncias que, somada às decisões políticas do Rio de Janeiro e ao sentimento anticolonial, confirmaram a Independência do Brasil.

1.2. A campanha do Piauí: Batalha do Jenipapo

A junta pró-lusitana instalada no Piauí, em abril de 1822, era comandada militarmente pelo governador de armas da província, o general João da Cunha Fidié. Como resposta ao “Grito do Ipiranga” de Sete de Setembro, em outubro do mesmo ano o norte da província pronunciou-se favorável à causa emancipacionista e organizou-se junto ao movimento de Independência. Fidié organizou a repressão aos revoltosos com apoio de locais aliados dos portugueses e tropas mercenárias com experiência de guerra; contudo, o general enfrentou com dificuldades o movimento piauiense, que teve adesão das províncias próximas – Maranhão, Ceará e Bahia – e desenvolveu uma tática de **guerrilha**, com emboscadas e assaltos surpresa aos acampamentos militares inimigos.

No mês de março de 1823, às margens do Rio Jenipapo, ocorreu um dos embates mais importantes e violentos desse conflito, a **Batalha do Jenipapo**, quando as tropas de Fidié, bem equipadas com canhões e fuzis, foram recebidas por cerca de 2 mil populares sem treinamento militar, portando foices, facas, machados, espadas e algumas poucas armas de fogo – esses equipamentos e a munição necessária eram importados, chegando à colônia com preços elevados e, portanto, de difícil acesso à maioria da população.



Alguns povos indígenas tiveram participação ativa nos combates do Piauí. Interessados com as perspectivas e possibilidades abertas pela Independência política, cultural e territorial, indígenas que viviam em Vila Viçosa, na Serra da Ibiapaba (próxima à fronteira do Ceará com o Piauí) se incorporaram às tropas beligerantes. Documentos da época atestaram a relevância dos indígenas na composição do efetivo militar antilusitano:



[...] Os índios não devem ser dispensados por forma alguma, porque estes se devem considerar armados, visto que o arco e flecha é sua arma. [...]

Da junta governativa do Piauí a Alexandre Neri Pereira Nereu. Oeiras, 5 de abril de 1823. *APEPI*, SI, livro 7, p. 9. [Fragmento]

Mesmo com a adesão de aliados de outras províncias, a desvantagem das tropas piauienses e de seus aliados era evidente, tanto no tamanho do efetivo quanto em seu poder e experiência bélica. A Batalha do Jenipapo durou mais de cinco horas de combates e resultou em um massacre dos dois lados do conflito. As forças piauienses enfrentaram as tropas do general Fidié com a determinação de libertar a província da dominação portuguesa, mas não conquistaram a vitória nesse confronto. Contudo, foram capazes de enfraquecer militarmente as tropas inimigas, uma vez que debandaram levando consigo armamentos e suprimentos de guerra lusitanos.

As lutas seguiram ocorrendo, inclusive na província do Maranhão, onde Fidié enfrentou difíceis baixas: na cidade de Caxias suas tropas foram finalmente derrotadas; na capital São Luís, a participação da população local e do suporte da esquadra do almirante **Thomas Cochrane** – oficial naval britânico que também tomou parte dos movimentos pró-independência na Bahia – foram fundamentais para garantir a expulsão definitiva dos portugueses da região.

1.3. A Independência do Brasil na Bahia



[...] A história das lutas da Independência na Bahia não foi apenas a história de um conflito entre brasileiros e portugueses. Se estes últimos formavam um grupo com interesses relativamente coesos, entre os primeiros havia divisões étnicas, ideológicas, políticas e sociais. Essas diferenças se refletiram nas atitudes de maior ou menor radicalismo frente ao colonialismo português. [...]

SILVA, Eduardo; REIS, João José. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 79-80. [Fragmento]

A província da Bahia constituiu-se no maior núcleo de resistência contra as forças portuguesas na luta pela Independência do Brasil. Desde 1821 iniciou-se um movimento político para a deposição da junta governativa lusitana na província. A partir do início do ano 1822, baianos das mais variadas classes sociais, visões políticas e etnias formaram alianças estratégicas para compor a resistência antilusitana em todo o Recôncavo; associações que não significaram o fim do racismo e dos privilégios de classe ou a vitória sobre o radicalismo político ao fim do movimento.

Rapidamente o conflito ganhou feições violentas, com uma forte ofensiva portuguesa e ataques a fortificações militares na cidade de Salvador. A invasão ao Convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa foi um dos mais intensos embates entre lusitanos e populares da capital baiana, resultando no martírio da religiosa **Joana Angélica de Jesus**. A abadessa do convento tentou bravamente impedir a entrada dos soldados portugueses no recolhimento, mas acabou sendo brutalmente assassinada. O evento foi o estopim para impulsionar a **Guerra de Independência da Bahia**.



ARTISTA DESCONHECIDO. *Martírio de Sôror Angélica*. [ca. 1821]. Óleo sobre tela. Salvador, Brasil.

Antes mesmo da declaração oficial de Independência do país, os baianos começaram a aclamar D. Pedro I como defensor

perpétuo do Brasil e a formar batalhões de voluntários, que reuniram cerca de dez mil pessoas. O alistamento de mulheres era proibido, o que não impediu a jovem filha de lavradores **Maria Quitéria de Jesus Medeiros** de integrar-se à tropa. Às escondidas, ela fugiu de casa, cortou os cabelos, vestiu-se com o uniforme masculino e assumiu o nome de "soldado Medeiros". Devido à sua coragem e destreza no manejo das armas, o general francês Pedro Labatut, comandante geral da resistência baiana, concedeu à Maria Quitéria a patente de cadete. Num contexto em que o ambiente militar era exclusivamente masculino, Maria Quitéria desafiou os paradigmas da época e influenciou outras mulheres, liderando um pelotão feminino. Em 1823, foi recebida no Rio de Janeiro e reconhecida pelo já imperador D. Pedro I, que condecorou a cadete com a insígnia de Cavaleira da Ordem Imperial do Cruzeiro.

FAILUTTI, Domenico. *Retrato de Maria Quitéria de Jesus Medeiros*. 1920. Óleo sobre tela, 233 x 255 cm. Museu Paulista da Universidade de São Paulo, Brasil.



A população pobre baiana foi a mais atingida pela série de ataques promovidos pelos portugueses; além das perdas humanas e materiais, a vida no Recôncavo durante a Guerra de Independência foi extremamente difícil, afetada pela escassez de mantimentos e pela insegurança nas ruas das cidades. Não tão reconhecida pela historiografia tradicional, a contribuição da marisqueira negra

Maria Felipa de Oliveira ao movimento foi lembrada pela tradição oral baiana, sobretudo por sua participação na organização da chegada de provisões ao Recôncavo Baiano. Na Ilha de Itaparica, Maria Felipa liderou um grupo de populares – incluindo mulheres negras e indígenas – e organizou um ataque a embarcações e marinheiros portugueses, beneficiando-se do conhecimento da geografia local.



AUTOR DESCONHECIDO. [Sem título]. Maria Felipa em representação.

A independência da Bahia seria impossível sem o envolvimento dos grupos subalternizados que se voluntariaram em busca da liberdade da província. Negros e mestiços livres engrossaram as tropas combatentes, bem como certo número de escravizados, animados pela promessa do governo imperial de facilitar a alforria como recompensa pela sua participação nas batalhas. O envolvimento desse grupo preocupava alguns setores da elite que temiam que ocorresse na Bahia o que houve no movimento de Independência do Haiti (1791-1804): um levante de cunho abolicionista que destruísse toda a estrutura econômica escravista instalada na província que beneficiava a elite branca. Por isso, embora tenham sido primordiais como combatentes, a população negra livre e escravizada (que compunha densamente a população baiana, principalmente em Salvador) foi excluída do projeto político de libertação da Bahia e do Brasil, uma vez que a vigência institucional do regime escravista perdurou até 1888 e o racismo mancha, até hoje, as relações sociais e econômicas no país.

Após um ano e cinco meses de guerra, em dois de julho de 1823, ocorreu a expulsão dos portugueses de Salvador. Eles tentaram fugir para Lisboa, mas foram interceptados pela esquadra do almirante Cochrane, que promoveu um bloqueio marítimo à capital. O **Dia da Independência do Brasil na Bahia** ou **Dois de Julho** é feriado no estado da Bahia, sendo celebrado com festas populares e solenidades oficiais. As comemorações evocam simbolismos políticos, religiosos, militares, mas, sobretudo, o imaginário popular sobre o movimento.



BERNOULLI PLAY

Maria Quitéria e a história das mulheres nas Forças Armadas >> CLPV

Pioneira na participação feminina nas Forças Armadas, Maria Quitéria foi uma das importantes figuras da Independência do Brasil. Veja mais sobre ela e a história das mulheres nas Forças Armadas brasileira nessa videoaula.



EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM

01 [...] No território baiano, as lutas foram bastante acirradas, do litoral ao interior. Revelaram o destemor de guerreiras como Maria Quitéria [...] e Joana Angélica, desde então homenageadas e festejadas nos livros de História. Uma grande lutadora, entretanto, ficou esquecida por quase dois séculos [...]. O povo de Itaparica jamais a esqueceu; seus feitos passaram de mãe para filho e filha, uma geração após outra. Maria Felipa de Oliveira nasceu escrava, não se identificou o ano, mas depois foi liberta e colocou a liberdade como o valor maior dessa vida. [...] Festejou o Grito de Pedro I e, quando os portugueses pegaram em armas para que o Brasil continuasse sendo Colônia, engajou-se na luta pela Independência. [...]

LEVINO, J. Maria Felipa de Oliveira: negra, pobre e heroína. *A Verdade*, 26 set. 2012. Disponível em: <https://averdade.org.br/2012/09/maria-felipa-de-oliveira-negra-pobre-e-heroína/>. Acesso em: 23 dez. 2022. [Fragmento]

- A. Explique o(s) motivo(s) da eclosão de conflitos armados em províncias como a Bahia no contexto histórico descrito no trecho.
- B. Com base no texto, analise a forma como se deram, ao longo do tempo, os registros historiográficos sobre as mulheres envolvidas nesses conflitos.

02 Texto I



PARREIRAS, Antônio. *O primeiro passo para a independência da Bahia*. 1931. Óleo sobre tela. Palácio do Rio Branco, Brasil.

Texto II

[...] Nasce o sol a 2 de julho
Brilha mais que no primeiro
É sinal que neste dia
Até o sol é brasileiro [...]

SANTOS, Ladislau Titára. *Hino do estado da Bahia* (Dois de Julho), 1823. [Fragmento]

Com base na observação e análise dos textos I e II, esclareça de que forma a pintura de Parreiras e o Hino da Bahia rememoram e preservam os conflitos de Independência do século XIX.

1.4. O reconhecimento da Independência do Brasil: o papel dos símbolos e das relações diplomáticas

Em 1822, após a declaração de Independência do Brasil, a Coroa portuguesa continuou considerando o Brasil como membro do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, tratando todo o movimento de emancipação política como traição ao Império Português. Enquanto isso, no plano interno, as Guerras de Independência e lutas nas províncias ganharam amplo apoio de D. Pedro I, que providenciou a contratação de exércitos mercenários – sobretudo ingleses –, bem como a compra de armas e navios de guerra. Além disso, estabeleceu uma série de medidas repressivas contra portugueses que viviam no Brasil e se recusavam a reconhecer a emancipação, confiscando bens e intervindo nos negócios lusitanos.



Bandeira imperial do Brasil, adotada a partir de 1º de dezembro de 1822.

O amarelo representa a Casa de Habsburgo (da imperatriz Leopoldina) e o verde a Casa de Bragança (de D. Pedro I). O Brasão de Armas está sobreposto a uma cruz da Ordem de Cristo, circulado por uma esfera de estrelas (representando as províncias) e abraçado por ramos de café e tabaco.

O recém-formado governo brasileiro também passou a buscar, por meio de seus representantes diplomáticos, o reconhecimento de sua Independência perante a comunidade internacional. Desde 1816, devido à elevação do Brasil à condição de reino, os **símbolos brasileiros** – como a bandeira própria – já eram conhecidos pela comunidade internacional. Em agosto de 1822, no Manifesto às Nações Amigas, destinado a países estrangeiros, D. Pedro I reconhecia a autoridade de seu pai, D. João VI, mas estabelecia que o reino do Brasil se considerava como reino irmão do português. Assim, alguns historiadores consideram esse o primeiro manifesto a favor da Independência do Brasil.

Mais do que o “Grito do Ipiranga” de setembro de 1822, o evento central para o rompimento formal de D. Pedro I com Portugal foi a sua aclamação como imperador e a elevação do Brasil à condição de Império, em 12 de outubro de 1822. Depois disso, sua coroação e sagração, ocorridas em 1º de dezembro de 1822, foram cercadas de simbolismos culturais e políticos tão importantes quanto a declaração de Independência.



[...] O ato da coroação teve lugar em 1º de dezembro, aniversário da restauração portuguesa e da União Ibérica e início do reinado dos Bragança: mais uma vez, a festa aglutinava datas e vinculava a realeza independente à monarquia destituída, porém atenta, em Portugal. [...] O novo imperador recebeu a unção sagrada que o fazia rei legítimo diante dos demais soberanos europeus e perante seu povo. Desejando romper com o costume português, por um lado, e influenciado pela sagração e coroação de Napoleão, em 1804, por outro, D. Pedro I empenhou-se [...] na realização desta cerimônia religiosa, regida pelo livro primeiro do antigo *Pontifical Romano*. [...]

SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 225-226. [Fragmento]

No plano internacional, o reconhecimento diplomático por parte das nações vizinhas não foi imediato, uma vez que a opção do Brasil pela manutenção da monarquia não era vista com bons olhos pelas repúblicas latino-americanas. A monarquia era entendida como uma herança do colonizador e portadora de um suposto Imperialismo. A Argentina – à época, Províncias Unidas do Rio da Prata – manteve aproximação com o Império do Brasil, interessada na conquista da soberania sobre a região da Cisplatina. Contudo, em 1825, o governo argentino rompeu relações diplomáticas com o Império, que declarou guerra às Províncias Unidas do Rio da Prata em 10 de dezembro de 1825 – a Guerra da Cisplatina.

Duas potências mundiais reconheceram a emancipação brasileira, interessados em atuarem como influência política hegemônica no grande Império sul-americano. Em 1824, os Estados Unidos reconheceram a soberania brasileira, embaixados na Doutrina Monroe, e, em 1825, foi a vez da Inglaterra, após intensas negociações para a renovação dos tratados comerciais vantajosos à entrada das mercadorias britânicas no Brasil e favoráveis à abolição gradativa do tráfico internacional de pessoas escravizadas.

O reconhecimento por parte da Coroa portuguesa ocorreu em 1825, com intermediação de diplomatas ingleses. Uma série de conferências e debates foram necessários, uma vez que estavam em jogo questões como a sucessão real e os direitos dinásticos, o estabelecimento de tratados comerciais entre as nações, a situação dos bens sequestrados de portugueses residentes no Brasil e as indenizações reclamadas pela Coroa portuguesa pelo patrimônio que permaneceu na América (tesouros, Biblioteca Real, armas e navios de guerra). Além disso, a resistência portuguesa relacionava-se, também, à possível reação das várias nações africanas integradas ao Império colonial – diversos reinos africanos rapidamente reconheceram a Independência do Brasil, como o Reino do Daomé (Benin).

Desse modo, o final das mediações diplomáticas foi o **Tratado de Paz, Amizade e Aliança**, firmado entre Brasil e Portugal em agosto de 1825. Para obter o reconhecimento formal da Independência do Brasil por parte de sua antiga metrópole, o Império brasileiro contraiu uma dívida com Portugal, parte dela paga imediatamente com empréstimos realizados com a Inglaterra.



BERNOULLI PLAY

Riscos de fragmentação territorial do Brasil Imperial >> P32T

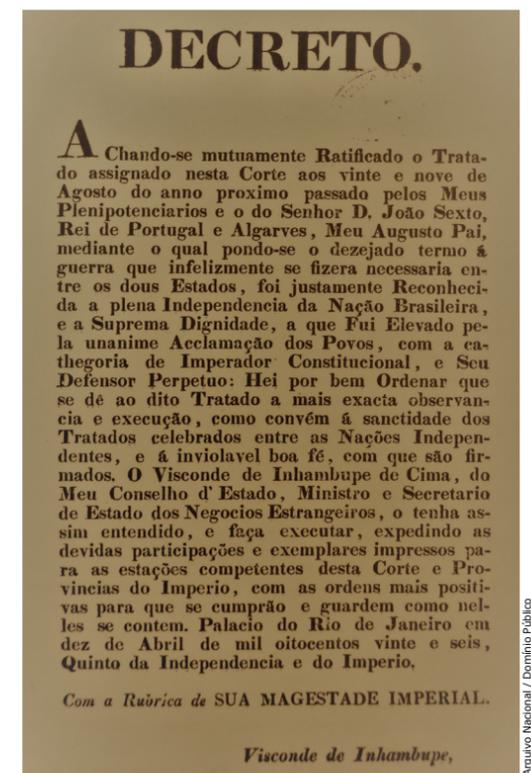
Logo após a Independência do Brasil, conflitos que ameaçaram unidade territorial do Império ocorreram. Veja nessa videoaula quais conflitos foram esses e como o início do Período Imperial foi bastante conturbado.

DÁ O QUE PENSAR

[...] A Independência é sempre um fato emblemático da história de um país, um divisor de águas que separa um passado sob o jugo do dominador de um presente promissor e libertário. Daí as datas nacionais serem comemoradas com desfiles militares, bandas e discursos como o Sete de Setembro.

Com o mesmo caráter ufanista, são erguidos monumentos, instituídas medalhas, selos e brasões, compostos hinos, criadas bandeiras e pintados quadros de temática nacionalista. Estes, por sua vez, feitos a pedido de governantes, acabam por fazer uma leitura da história segundo o olhar daqueles que o encomendaram e financiaram. [...]

Nascido em 1807, em Rocroy, na França, Moreaux se especializou como pintor de história e de paisagem em uma época que vigorava o romantismo nas artes e literatura. A tela *A proclamação da Independência*, de 1844, foi feita a pedido do Senado Imperial e encontra-se hoje no Museu Imperial de Petrópolis, Rio de Janeiro. Suas dimensões são grandes: tem 2,44 m x 3,83 m, sem contar a moldura. O quadro agradou a família imperial e aproximou Moreaux definitivamente da Corte. Pelo quadro *A sagração de S.M. Dom Pedro II* recebeu o Hábito da Ordem de Cristo.



Império do Brasil – Arquivo Nacional. 1826. Página do decreto de 10 de abril de 1826 ordenando que se cumpram os termos estabelecidos no Tratado de Paz, Amizade e Aliança entre o Brasil e Portugal.

Arquivo Nacional / Domínio Público



[...] No centro da tela, o príncipe D. Pedro, tal qual uma estátua equestre, com a mão direita erguida, agita seu chapéu bicorne. A figura é destacada da multidão pela luz que incide sobre o príncipe e o cavalo. A comitiva de D. Pedro está afastada dele, ao fundo da tela e alguns também erguem seus chapéus. A multidão na frente do príncipe – crianças, mulheres e homens – pouco se assemelha à população brasileira. Parece-se mais com a população rural da Europa. Os personagens congratulam-se, acenam, trocam abraços, correm. É uma festa popular, mas sem negros, [...] nem índios, que não foram retratados na tela. Duas figuras morenas se destacam na multidão, mas é difícil reconhecer de que grupo social se trata. A paisagem ao fundo é indefinida. Somente as palmeiras sombreadas fazem alusão de um lugar nos trópicos. Todo conjunto remete mais à imaginação do que à realidade, o que, aliás, é característico da arte romântica, em voga na época. Uma cena idealizada que mostra um príncipe aclamado pelo seu povo e cavalgando entre a massa popular branca e europeizada. [...]

DOMINGUES, Joelza Ester. Independência do Brasil por Moreaux. *Ensinar História*, 31 mar. 2015. Disponível em: <https://ensinarhistoriajoelza.com.br/independencia-do-brasil-por-moreaux/>. Acesso em: 27 jan. 2020. [Fragmento]



MOREAUX, Francisco Renato. *A Proclamação da Independência*. 1844. Óleo sobre tela, 244 x 383 cm. Museu Imperial de Petrópolis, Brasil.

Detalhamento da obra de Moreaux:



Detalhe. Representação de crianças brasileiras parecidas com crianças europeias.



Detalhe. Observe a mistura de indumentárias de diferentes lugares e a aparição de uma personagem mestiça entre os brancos.



Detalhe. Na representação, D. Pedro aparece sendo aclamado pelas camadas populares.

A partir da leitura do texto e da análise do quadro e dos detalhamentos, realize os pontos a seguir:

1. Reúna-se em grupo com seus colegas.
2. Indiquem a representação que o quadro sugere a respeito do príncipe.
3. No tocante à participação popular, o quadro foi fiel em sua representação? Justifique.
4. Considerando o contexto presenciado por Moreaux na Europa no período de produção do quadro, aponte elementos desse contexto que foram reproduzidos na obra.
5. Para finalizar, produzam uma representação do momento da Independência do Brasil, de acordo com critérios consolidados historicamente. Pode ser uma pintura, um desenho, uma representação teatral ou outros. O importante é que essa produção traga uma representação mais de acordo com o que as concepções científicas trazem sobre o fato.

Compartilhem o desenvolvimento da atividade por meio da *hashtag*

#subernoulliinvestigacaocientifica

2. Eis o Império!

2.1. Por que não uma República?

Para consolidar a Independência, foi necessário reunir esforços na construção do Estado brasileiro em seus aspectos político, administrativo e judicial. A maior preocupação no âmbito interno era garantir a união do país e a ordem social em um contexto de guerra contra os portugueses em diversas províncias. O temor da monarquia e de parte das elites eram os exemplos de fragmentação territorial e os modelos políticos adotados pelos vizinhos latino-americanos recém-independentes – após um longo período de guerras e batalhas de emancipação, a ex-América Espanhola assistiu ao nascimento de 17 Repúblicas emancipadas onde o poder foi organizado em bases legitimadas por líderes militares locais, os **caudilhos**. Assim, a solução monárquica foi adotada no Brasil:



[...] Um Estado independente nas Américas, mas cujo projeto conservador levou à formação de um Império (regido por um monarca português) e não de uma República. [...] Afinal, diferentemente de seus vizinhos latino-americanos, o chefe de Estado no Brasil era um monarca, descendente direto de três casas reais europeias das mais tradicionais: os Bragança, os Bourbon e os Habsburgo. [...]

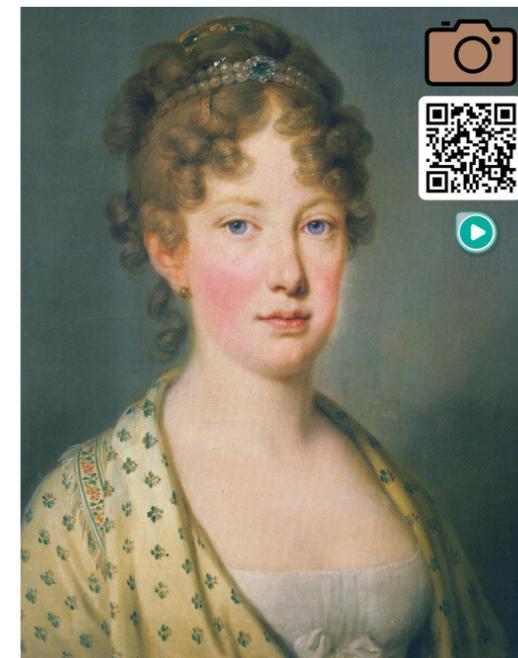
SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 10. [Fragmento]

Mas o que tornou esse arranjo possível? De acordo com o historiador José Murilo de Carvalho, há algumas explicações para o fato, mas nenhuma delas é capaz de explicar por si só a adoção do sistema monárquico. O primeiro argumento é a **justificativa administrativa** que identifica nas diferenças entre o modelo colonial português e o espanhol a origem da organização política observada no Brasil. A centralização política brasileira era aparente e não se fez presente a todo o momento, pois a autoridade de **vice-reis** sobre os **capitães-gerais** ocorria de forma mais abstrata do que efetiva, sendo mais presente em capitânias mais próximas e conectadas ao Rio de Janeiro (como Colônia do Sacramento, Santa Catarina e São Pedro).

O segundo argumento seria o da **natureza política** dos acontecimentos: no Brasil, ocorreu a transferência da Corte Portuguesa em 1808, fato que abriu margens para o processo emancipatório do país, sobretudo pelas medidas tomadas por D. João VI, como a **Abertura dos Portos às Nações Amigas** e a **elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarves**. Na prática, não se pode desconsiderar a importância desses eventos, que de fato fortaleceram os símbolos e as práticas monárquicas no Brasil. Porém, somente a estadia da Corte no Brasil não era suficiente para garantir a Independência do país, pois as tensões e articulações políticas do período indicavam a crise do sistema colonial e a eclosão da emancipação brasileira, com ou sem o apoio da monarquia.

O **Conselho de Estado** e a então princesa **Leopoldina** sabiam que a adoção da monarquia não era inevitável. Ao realizarem a leitura do clima político, os articuladores políticos da Independência sabiam que tanto a influência do liberalismo poderia conduzir o país a uma saída constitucionalista, inspirada pela Revolução do Porto, ou a uma solução considerada mais “radical”: a defesa do sistema republicano. Leopoldina e José Bonifácio – ministro do Reino e dos Estrangeiros – teriam influenciado D. Pedro I a assumir a postura de liderança do movimento anticolonial que já tomava conta de diversas províncias. Foi no início de setembro de 1822, em uma reunião emergencial presidida por Bonifácio, que foi decidida a separação definitiva entre Brasil e Portugal. A declaração de Independência foi assinada pela princesa Leopoldina, que havia assumido a regência devido à viagem de D. Pedro a São Paulo.

Um terceiro argumento, referente à **unidade territorial**, indica que a manutenção da monarquia, em vez da implementação de uma República, iria garantir a integridade dos territórios brasileiros, a estabilidade política e a construção de um vasto Império na América.



KREUTZINGER, Joseph. *Maria Leopoldina de Áustria, imperatriz do Brasil*. 1815. Óleo sobre tela. Palácio de Schönbrunn, Áustria. A princesa Leopoldina teve grande participação no processo de emancipação política do Brasil.

Entretanto, esse argumento esconde o seu principal objetivo, que era confirmar o interesse da aristocracia na manutenção da escravidão e da integridade de seus latifúndios. Para esses grupos, a fragmentação política e adoção de um regime político com maior participação popular poderia conduzir a uma revolta escrava, a exemplo do que ocorreu no Haiti. Portanto, uma unidade política administrada por um monarca já conhecido pela população seria ideal para a preservação da “velha ordem” – o que de fato ocorreu.

A questão da unidade territorial também refletiu diretamente nas argumentações de José Bonifácio. De acordo com ele, a manutenção da escravidão no país era um preço que o Brasil pagaria por sua integridade territorial e emancipação, uma vez que as elites escravocratas compunham a base política de sustentação do novo imperador – D. Pedro I. Durante a primeira **Assembleia Nacional Constituinte do Brasil**, em 1823, Bonifácio, na posição de primeiro-ministro de Dom Pedro I, propôs a abolição gradual do regime escravista – projeto rejeitado pelos demais parlamentares, representantes da aristocracia rural e escravocrata.

Apenas na segunda metade do século XIX seriam sancionadas leis abolicionistas.

Dessa forma, a melhor explicação para a solução institucional pela monarquia reside na análise dos interesses sociais e econômicos das elites políticas, que conduziram a um arranjo institucional favorável ao sistema escravista e à manutenção da estrutura fundiária, excluindo os anseios da grande massa populacional – escravizados, indígenas e mulheres. De acordo com as historiadoras Lilian Schwarcz e Heloisa Starling, foi construído um **Estado**, mas não uma **nação**:



[...] Prevaleceu uma noção estreita de cidadania, que alijou do exercício da política uma vasta parte da população e ainda mais o extenso contingente de escravizados. Com isso, noções bastante frouxas de representatividade das instituições políticas se impuseram. [...]

SCHWARZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 484. [Fragmento]



BERNOULLI PLAY

Maria Leopoldina e José Bonifácio: por trás da Independência do Brasil >> XZVY

A Independência do Brasil teve dois articuladores de leitura política por trás das cortinas: José Bonifácio e Maria Leopoldina. Entenda nessa videoaula a importância dos dois para a concretização da Independência.

2.2. O desenho institucional do Estado Nacional

As fraquezas institucionais do Estado nascente e as divergências políticas no interior da elite levaram a acalorados debates durante os trabalhos de elaboração da primeira Constituição do Brasil. A Assembleia Nacional Constituinte – formada por deputados provinciais que representavam as elites locais – dividiu-se, basicamente, em três grupos políticos que constituíam correntes de opinião divergentes:

Os **liberais moderados** estavam associados a proprietários rurais, comerciantes, setores da média burguesia e militares que defendiam um projeto monárquico e constitucional, no qual o monarca deveria se submeter às leis elaboradas pelo Parlamento. Eles não questionavam a ordem social vigente, uma vez que se beneficiavam dela. Os **liberais exaltados**, por sua vez, buscavam soluções institucionais mais democráticas e projetos voltados ao desenvolvimento econômico e à redução das desigualdades. Dentro desse grupo existiam diversas facções, umas mais radicais que as outras, que defendiam posições como o incentivo à industrialização, a abolição gradual da escravidão, a separação entre Estado e Igreja, o sistema republicano federalista e o sufrágio universal. Esses dois grupos também são considerados, por alguns historiadores, como o **Partido Brasileiro** – embora ele não fosse uma organização institucional e em nada se assemelhasse aos partidos políticos atuais. Isso porque ambos faziam oposição ao chamado **Partido Português**, que defendia um projeto de monarquia nos moldes absolutistas e a centralização na figura do imperador. Boa parte desse grupo era composto por portugueses, mas políticos conservadores nascidos no Brasil também integraram essa corrente.

O ambiente na Assembleia era tenso, marcado por demonstrações de xenofobia que refletiam o sentimento antilusitano que também se fazia presente nas ruas e nas demais províncias. Os trabalhos iniciaram-se, portanto, incitando polêmicas e discordâncias entre os deputados, sobretudo em torno de proposições sobre extinção gradual da escravidão, limitações institucionais ao poder do monarca, **integração dos indígenas**, criação de universidades e até a mudança da capital do Império para o interior.

Perante a exaltação dos deputados, temendo a fragmentação territorial e o clima de caos político, o imperador vetou o primeiro projeto constitucional de 1823, que possuía forte caráter liberal, fortalecia o Poder Legislativo e retirava de D. Pedro a força absoluta da administração pública. D. Pedro I prendeu e exilou opositores, inclusive antigos apoiadores como os irmãos Andrada – José Bonifácio, Antônio Carlos e Martim Francisco. A Constituição foi então redigida por um pequeno grupo de brasileiros natos e juristas formados em Coimbra e outorgada em 25 de março de 1824, atestando a postura autoritária do monarca.

A **Constituição Imperial de 1824** definiu o regime de governo como representativo, monárquico, hereditário e constitucional. Sem alterar a estrutura socioeconômica, a Constituição confirmou a manutenção da escravidão e, ainda, a preservação de uma série de privilégios aos portugueses em cargos da administração pública e em diversos setores do comércio. Inspirada pelo modelo liberal francês, a Carta Magna assegurava os direitos naturais civis – direito à vida, a ir e vir, à propriedade privada, à igualdade jurídica, às liberdades de expressão e de culto religioso (em âmbito privado). No entanto, a aplicação desses direitos foi garantida, na prática, a uma parcela muito restrita da população brasileira. Um grande contingente da população ficaria excluído de usufruir a condição de cidadão por fazer parte da população escravizada; o sistema eleitoral estabelecido (com o voto censitário) também excluiu outros segmentos majoritários da sociedade: pobres, mulheres e indígenas.

Outro ponto em que a Carta de 1824 se aproximou do constitucionalismo liberal do século XIX foi com a organização clássica dos poderes em **Executivo, Legislativo e Judiciário** – também proposta no projeto vetado de 1823. A novidade foi a inclusão, pelo imperador, de um quarto Poder, o chamado **Moderador**, cuja finalidade real seria “zelar” pelo equilíbrio dos outros poderes. Na prática, ele servia como ferramenta institucional de interferência autoritária e controle nos campos Legislativo e Judiciário. Vale ressaltar que ele não era usado com muita frequência.

O **Poder Executivo** era exercido pelo imperador e pelo Conselho de Estado, órgão de assessoria direta do monarca. Suas atribuições eram a nomeação de bispos, magistrados, diplomatas, comandantes militares; a concessão de títulos de nobreza; e a expedição de decretos. O Conselho era composto por ministros de Estado vitalícios nomeados pelo imperador, que o aconselhavam em questões relativas à guerra, relações diplomáticas, economia e administração pública.

O **Poder Legislativo** cabia à Assembleia Geral, fragmentada em duas Casas – o Senado (com mandatos vitalícios) e a Câmara dos Deputados (eleitos para um mandato de quatro anos).

No caso do Senado, os eleitores votavam nos nomes formando uma lista tripla, encaminhada ao imperador, a quem cabia a escolha final. Já os deputados eram eleitos indiretamente. Nas eleições primárias, eram definidos os eleitores (corpo eleitoral) que posteriormente elegeriam os deputados e senadores. De acordo com o historiador Boris Fausto, a eleição para a Câmara dos Deputados se processava assim:



[...] Nas eleições primárias, votavam os cidadãos brasileiros, inclusive os escravos libertos, mas não podiam votar, entre outros, os menores de 25 anos, os criados de servir, os que não tivessem renda anual de pelo menos 100 mil réis provenientes de bens de raiz (imóveis), indústria, comércio ou emprego. Os candidatos, por sua vez, só podiam ser pessoas que, além dos requisitos dos votantes, tivessem renda de, no mínimo, 200 mil réis anuais e não fossem escravos libertos. Os escolhidos nessas eleições primárias formavam o corpo eleitoral que elegeria os deputados. Para ser candidato nessa segunda etapa, as exigências aumentavam: além dos requisitos anteriores era necessário ser católico e ter uma renda mínima anual de 400 mil réis. Não havia referência expressa às mulheres, mas elas estavam excluídas desses direitos políticos pelas normas sociais. Curiosamente, até 1882 era praxe admitir o voto de grande número de analfabetos, tendo em vista o grande silêncio da Constituição a esse respeito. [...]

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2001. p. 151. [Fragmento]

O **Poder Judiciário**, por sua vez, funcionava em duas instâncias. A primeira cabia ao juiz de paz; a segunda instância competia ao Supremo Tribunal de Justiça, que concedia ou negava revisões nas causas e processos. A Constituição de 1824 regulamentou as funções do juiz de paz, cargo eletivo e, assim como ocorria no Legislativo, geralmente disputado entre os membros das elites locais – em sua maioria, latifundiários e escravocratas. Eles eram eleitos também segundo o critério censitário e, além da função de justiça, exerciam papel policial nas províncias, imbuindo a primeira instância da justiça imperial de um forte caráter privado e personalista. Porém, durante o Primeiro Reinado, os juizes de paz ainda estavam submetidos à instituição central (no caso, o Supremo Tribunal de Justiça) e, por consequência, à moderação do imperador; logo, assim como o Legislativo, o Judiciário não era autônomo, pois o imperador poderia suspender e demitir magistrados, interferir no andamento de processos judiciais e alterar as sentenças.

EXERCÍCIO DE APRENDIZAGEM

03 [...] Em 21 maio 1823, Cipriano [Barata] denuncia a prisão de jornalistas no Rio de Janeiro [...]. Ele diz que as províncias estão assustadas “com a perseguição dos liberais debaixo do falso pretexto de carbonários e republicanos, que são indiferentes”. [...] A corte difundia fofocas em torno de “temas delicados”, como os limites do poder executivo, que alguns deputados da Assembleia Constituinte pensavam incluir na Constituição. [...]

LEITE, Renato Lopes. O republicanismo na Independência do Brasil: a retórica cívico-humanista do jornalista Cipriano Barata. In: LARIO, A. (ed.) *Espacio, Tiempo y Forma*, Madrid, série V, n. 22, p. 75, 2010. [Fragmento]

- A. Analise o uso do termo “republicano” como sinônimo de “liberal” pela Corte e pelos partidários de D. Pedro I.
- B. Descreva as intenções políticas dos liberais na Constituinte de 1823 que motivaram as críticas indicadas no texto.

TÁ NA MÍDIA



WALSH, Robert. *Câmara de Deputados do Império do Brasil*. 1830. Rio de Janeiro.



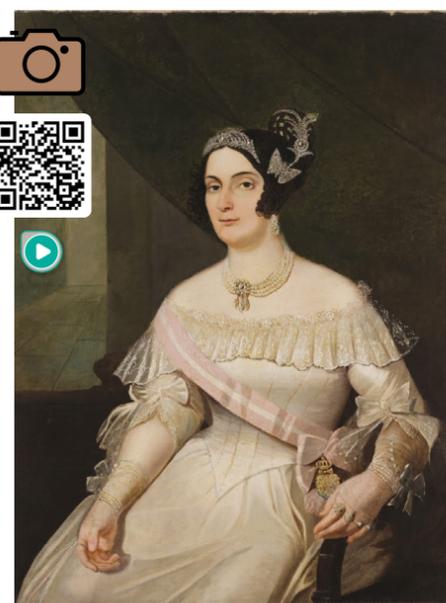
SITE

Acesse o QR Code e veja um mapa detalhado da composição da Constituinte de 1823.

2.3. Primeiro Reinado: da vida privada às conturbações da esfera pública

Amparado pela Constituição de 1824, o comportamento autoritário de D. Pedro I sempre foi motivo de tensões políticas, desde críticas moderadas na imprensa até posicionamentos mais radicais. Além disso, a intimidade do monarca e questões de ordem familiar transformaram-se em graves problemas diplomáticos e econômicos do Império.

A imagem pública do imperador já era desgastada desde antes da Independência, devido ao seu comportamento boêmio e aos diversos relacionamentos extraconjugais que o então príncipe regente mantinha abertamente.



Seu casamento com Leopoldina, arquiduquesa da Áustria, havia sido uma das maiores conquistas diplomáticas da casa dos Bragança, considerado uma forte aliança entre dinastias europeias no contexto do Congresso de Viena e reforço do absolutismo. Em cartas a parentes na Europa, a imperatriz constantemente relatava o caráter violento do marido e seus inúmeros casos de traição. D. Pedro I chegou a favorecer socialmente algumas de suas amantes com privilégios da realeza; a mais famosa delas, **Domitila de Castro**, ganhou o título nobiliárquico de **Marquesa de Santos** e deu à luz filhos ilegítimos (sem direitos dinásticos hereditários), mas que o imperador reconheceu oficialmente por meio de decretos. Toda essa situação gerou grande comoção popular, sobretudo pela humilhação pública da imperatriz Leopoldina, cuja popularidade era mais expressiva do que a do próprio imperador. Leopoldina morreu em 1826, um ano após dar à luz Pedro de Alcântara, futuro D. Pedro II. O evento fez proliferar ainda mais os boatos e maldizeres a respeito do caráter do imperador.

AMARAL, Francisco Pedro do. *Retrato da Marquesa de Santos*. [ca. 1820-1829]. Óleo sobre tela, 108 x 135 cm. Museu Histórico Nacional, Brasil. Representação da Marquesa de Santos, por volta dos 29 anos.

A má fama de D. Pedro I chegou até a Europa e dificultou o processo de busca por uma nova esposa. O imperador foi recusado por diversas princesas e seu comportamento repercutiu em muitos jornais europeus como motivo de chacota do monarca brasileiro. Após as consideráveis tentativas frustradas, D. Pedro casou-se em 1829 com **Amélia de Leuchtenberg** e rompeu definitivamente o seu relacionamento com a Marquesa de Santos. A figura da nova imperatriz foi importante para o esforço de resgate da popularidade de D. Pedro I em um contexto de conflitos bélicos e políticos no interior do Império e em Portugal.



DEBRET, Jean-Baptiste. *Casamento de D. Pedro e D. Amélia*. 1829. Óleo sobre tela, 45 x 72,3 cm. Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras, Brasil.

Após a realização do casamento por procuração na Inglaterra, a nova imperatriz embarcou para o Brasil e recebeu as bênçãos nupciais em uma cerimônia religiosa com a presença da Corte e dos filhos do primeiro casamento de D. Pedro, que aparecem no fundo do quadro: Pedro, Januária, Paula e Francisca.

O ano de 1826 também foi marcado pela morte de D. João VI, então rei de Portugal, o que iniciou uma disputa pela sucessão do trono entre D. Pedro I e seu irmão, D. Miguel. Somando-se a essa crise, a onda das Revoluções Liberais na Europa, iniciadas em 1830, fortaleceram o pensamento liberal e as críticas ao absolutismo no Velho Continente e nas Américas. Sendo assim, tanto na política externa quanto internamente o governo de D. Pedro I foi marcado por tensões. Os dois grandes dilemas do imperador eram a sua proximidade com a política portuguesa, que incomodava os políticos brasileiros; e as conveniências e inconveniências em torno da adoção de uma postura constitucional e abandono de instituições autocráticas, como o Poder Moderador.

A situação de D. Pedro I tornou-se insustentável devido ao favorecimento de ministros portugueses e ao assassinato do jornalista italiano **Libero Badaró**, em São Paulo. Badaró era proprietário do jornal de oposição *O Observador Constitucional*, no qual defendia a liberdade dos brasileiros e opunha-se categoricamente às posições do imperador. Na imprensa, proliferaram-se denúncias de que D. Pedro I poderia ser o mandante do crime.

Na Câmara dos Deputados, a maioria liberal iniciou severos ataques ao governo e a políticos portugueses. O antilusitanismo animou ainda mais os ânimos da oposição e deu margem para a eclosão de várias manifestações em diferentes províncias. Os intensos conflitos – o mais famoso ficou conhecido como a **Noite das Garrafadas** – desgastaram ainda mais a imagem do imperador, que perdeu apoio em diferentes frentes: na aristocracia local, entre os membros do corpo legislativo, e até no Exército. Por fim, no dia 7 de abril de 1831, abdicou da Coroa brasileira em favor de seu único filho legítimo do sexo masculino, Pedro de Alcântara, à época com cinco anos de idade. Enquanto o futuro imperador não tivesse idade para comandar a nação, ordenava a Constituição que o governo seria exercido por uma Regência – um dos últimos atos de D. Pedro I foi nomear seu antigo apoiador e recente desafeto político, José Bonifácio de Andrada, como tutor de seu filho. Retornando a Portugal, D. Pedro lutou ao lado dos parlamentares liberais contra as pretensões absolutistas do irmão na Guerra Civil Portuguesa (1832-1834), reconquistando o trono lusitano em 1834 como D. Pedro IV e abdicando em favor de sua filha, D. Maria II. Ele faleceu no mesmo ano após ter contraído tuberculose.

Para muitos historiadores e mesmo para os observadores contemporâneos ao acontecimento, o 7 de abril de 1831 foi uma data mais decisiva para a Independência política do Brasil do que o 7 de setembro de 1822. O afastamento de D. Pedro I e a ascensão de um governante legitimamente brasileiro – ainda que tutelado por regentes e menor de idade – foram os últimos movimentos da ruptura definitiva entre Brasil e Portugal, abrindo espaço para a formação e consolidação de uma identidade propriamente nacional.

EXERCÍCIO DE APRENDIZAGEM

04 (UERJ)

Trecho da carta de despedida de D. Pedro I a seu filho Pedro II

Meu querido filho e imperador... Deixar filhos, pátria e amigos, não pode haver maior sacrifício; mas levar a honra ilibada, não pode haver maior glória. Lembre-se sempre de seu pai, ame a sua e a minha pátria, siga os conselhos que lhe derem aqueles que cuidarem de sua educação, e conte que o mundo o há de admirar...

Eu me retiro para a Europa: assim é necessário para que o Brasil sossegue, e que Deus permita, e possa para o futuro chegar àquele grau de prosperidade de que é capaz. Adeus, meu amado filho, receba a bênção de seu pai que se retira saudoso e sem mais esperanças de o ver.

ALCÂNTARA, D. Pedro de. 12 abr. 1831. Disponível em: revistadehistoria.com.br.

Ainda permanece a imagem de Pedro I como um dos responsáveis pela autonomia política do Brasil. Contudo, nove anos após proclamar o 7 de setembro de 1822, o imperador abdicava de seu trono e retornava à Europa. A instabilidade política e econômica foi a marca de seu breve reinado. Cite um setor da sociedade brasileira da época que se opunha à manutenção do governo de Pedro I e uma razão para essa oposição. Em seguida, aponte um motivo para a instabilidade econômica que caracterizou esse governo.

3. A instabilidade política das regências



[...] Evento emblemático, o 7 de abril consagrou o espaço público como arena de luta dos mais diversos grupos políticos e camadas sociais, marcando a emergência de novas formas de ação política, em momento no qual, transbordando a tradicional esfera dos círculos palacianos e das instituições representativas, tornava-se pública, e se assistia a uma rápida politização das ruas. [...]

BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil imperial: volume II (1831-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 59. [Fragmento]

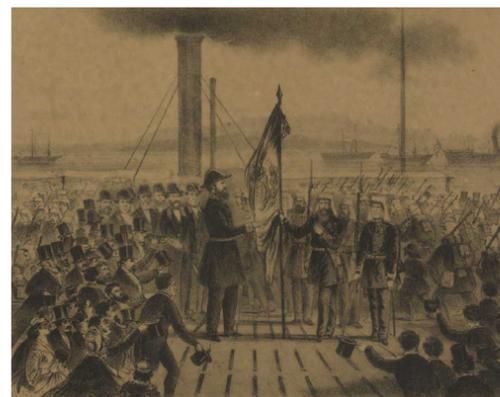
O Período Regencial foi um dos mais conturbados da história do país, e um dos mais relevantes, pois esteve em jogo a unidade territorial, fortemente ameaçada diante de diversas insurreições que eclodiram de norte ao sul do Brasil. A ausência de um monarca apto a governar (D. Pedro II tinha cinco anos de idade à época da abdicção de seu pai) fez surgir uma crise na unidade política e territorial do país, construída ao longo do Primeiro Reinado em razão da figura soberana do rei e garantida por meio do Poder Moderador. A regência era uma modalidade de governo prevista na Constituição de 1824, e esse período englobou um total de quatro regências, sendo duas Regências Trinas (compostas por três governantes) e duas Regências Unas (com apenas um governante).

Os primeiros três regentes assumiram o governo provisoriamente após serem eleitos pelo Senado e representavam distintas facções políticas. A principal ação da **Regência Trina Provisória** (abril a julho de 1831) foi preparar o terreno político para reformas administrativas favoráveis às elites políticas, garantindo seu apoio na manutenção da unidade nacional. Contudo, o vácuo no poder imperial fez florescer ideias e projetos políticos a respeito da legitimidade dos líderes locais e do aumento ou da diminuição da centralização político-administrativa nas províncias, fazendo eclodir nas diferentes regiões do Império conflitos que envolveram as lideranças ilustradas, os grupos conservadores e, sobretudo, as camadas populares.

3.1. Reformas institucionais

As reformas implementadas durante a Regência buscaram suprir o vazio deixado pela suspensão de algumas instituições monárquicas, como o Poder Moderador (de uso exclusivo do monarca, e, portanto, suspenso durante o Período Regencial) e o Conselho de Estado. Em maio de 1831, o governo provisório foi substituído por uma **Regência Trina Permanente** (1831-1835), composta por grupos moderados.

Os três regentes buscaram estabelecer formas eficientes de manutenção da ordem e de organização militar no Brasil, em favor da unidade política e territorial. Tal renovação era imperativa para os regentes porque a base do Exército brasileiro à época era composta por negros e mestiços livres e por homens pobres, liderados por comandantes estrangeiros (muitos deles portugueses) que, em um contexto de forte antilusitanismo, acionavam a desconfiança das elites nacionais. Assim, diante do temor da insubordinação do Exército, os regentes preferiram enxugar o quadro de militares e criar a **Guarda Nacional**, uma nova força pública de caráter civil e paramilitar, vinculada à autoridade do Ministro da Justiça,



ARTISTA DESCONHECIDO. *Embarque do contingente da Guarda Nacional da Corte sob o comando do tenente-coronel Francisco Leão Cohn no dia 06 de fevereiro de 1866*. Séc. XIX. Litografia, 44,6 x 56 cm. Biblioteca Nacional, Brasil.

que seria mobilizada pelo governo central para conter insurreições e revoltas nas regiões distantes da capital. Inspirada na Guarda Nacional Francesa, deveria ser constituída por cidadãos com idade entre 21 e 60 anos, e renda mínima de 100 mil-réis. Assim, diferentemente do Exército, a base da Guarda Nacional era recrutada entre membros da aristocracia agrária, grandes comerciantes e outros potentados, constituindo-se como uma instituição de forte caráter elitista e conservador. Nela residem as origens de práticas de abuso de autoridade, **mandonismo** e clientelismo das oligarquias regionais que moldaram a arquitetura sociopolítica brasileira até o período republicano.

Outro importante projeto da Regência Trina Permanente foi a elaboração do **Código do Processo Criminal** em 1832, que determinava que a justiça criminal passava a ser controlada apenas pelos juizes de paz, membros das elites locais eleitos diretamente pelos cidadãos de cada município. O cargo de juiz de paz já estava determinado na Constituição de 1824 e indicava certa descentralização de poderes; a partir de 1832, contudo, seus poderes foram ampliados e o governo central passou a depender cada vez mais de sua cooperação para garantir a aplicação de decretos e leis. Uma de suas funções era, por exemplo, o emprego da Guarda Nacional para garantir o cumprimento de ordens judiciais e mandados de busca e apreensão. Nesse sentido, as ações do poder central passavam a depender da cooperação de uma figura eleita na localidade. Sendo assim, o Código contribuiu, portanto, para disseminar os poderes do governo central em direção às províncias e, principalmente, aos líderes locais, o que agitou antagonismos e conflitos entre as elites e as camadas populares no interior do Império.

3.2. Unidade nacional, federalismo e rebeliões negras

Uma das marcas do Período Regencial foram as **rebeliões** que tomaram conta de todos os cantos do país. Entre essas revoltas estão as conhecidas Revolta dos Malês (Bahia, 1835), Cabanagem (Província do Grão-Pará, 1835-1840), Balaiada (Maranhão, 1838-1841), Farroupilha (Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, 1835-1845) e Sabinada (Bahia, 1837-1838). Por muito tempo, elas foram conhecidas na historiografia como “rebeliões nativistas”, considerando o caráter regional. Atualmente, os historiadores analisam esses levantes com base em uma perspectiva mais abrangente, levando em conta o contexto político radical do período e os debates entre os defensores da **unidade nacional** e os **federalistas**.



Accesse o QR Code e veja um mapa detalhado das Rebeliões Regenciais entre 1831 e 1848.

O termo “federalismo” vem do latim *foedus*, palavra que pode ser traduzida como aliança ou união; ele diz respeito ao sistema político no qual diversos grupos ou unidades territoriais consentem fazer parte de um Estado maior por meio de um pacto que reconhece a soberania do governo central, mas também garante certo nível de autonomia relacionada às políticas públicas, às legislações e aos atos de administração local. No continente americano, a experiência histórica que influenciou a difusão do federalismo foi a Independência dos Estados Unidos e a construção da confederação estadunidense, solução política encontrada para unificar as antigas Treze Colônias inglesas em torno do poder central. Foi comum utilizar o termo “federação” (ou “confederação”) para se referir aos EUA até a eclosão da **Guerra Civil** (1861-1865). Devido à influência do federalismo sobre as elites locais do Império, essa tendência não pode ser associada apenas a grupos políticos mais liberais e exaltados do período. Além disso, a definição de federalismo que circulava entre os intelectuais do período não era necessariamente incompatível com a manutenção do sistema monárquico.

Por aumentar o poder coercitivo e repressivo das oligarquias regionais e assegurar, em nível local, o pacto das províncias com o governo central, a Guarda Nacional fortaleceu o sentimento federalista, no interior das elites, do federalismo no país. É importante notar que as ideias federalistas vinham sendo alimentadas no interior das elites locais e divulgadas na imprensa pelo menos desde o final do século XVIII com as revoltas separatistas (tais como a Conjuração Mineira de 1789), pelos conflitos do Primeiro Reinado (como a Confederação do Equador de 1824) e pelas manifestações de descontentamento com a política de D. Pedro I que levaram a sua abdicção em 1831. Contudo, foi com o **Ato Adicional de 1834** que o federalismo ganhou mais adeptos.

Esse Ato foi uma releitura de alguns pontos da Constituição de 1824, especialmente no que se referia ao excesso de centralização política e administrativa. Entre seus pontos mais importantes, estão a substituição da Regência Trina pela Regência Una (com mandato de quatro anos), e a criação das **Assembleias Legislativas Provinciais**, o que garantiu maior descentralização e, portanto, maior autonomia às províncias.



[...] A intenção dos federalistas com o Ato Adicional era conter os conflitos armados que apareciam no Brasil. Entretanto, para os federalistas, essa tarefa de contenção deveria ser conduzida pelo Legislativo provincial, e não pelo poder central, conforme os centralizadores pensavam. [...] Na medida em que não existe mais um centro comum com poderes capazes de impor uniformemente uma política para todo o Império, o pensamento federalista formula a ideia de que, a partir dos interesses provinciais, poderia brotar a unidade nacional. [...]

COSER, Ivo. O conceito de federalismo e a ideia de interesse no Brasil do século XIX. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 941-981, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582008000400005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 jan. 2021. [Fragmento]

A agenda política de boa parte das revoltas regenciais também foi marcada por um nítido recorte racial. Fator relevante para a eclosão de diversas rebeliões de negros escravizados nesse período foi o aumento significativo da população escravizada na primeira metade do século XIX, com a respectiva intensificação do tráfico atlântico de pessoas escravizadas para trabalhar forçadamente nas lavouras da Região Sudeste (voltadas para abastecimento de alimentos e para o cultivo de café que começava a acontecer na região do Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro) e nos latifúndios do Nordeste. Ao mesmo tempo, com a crescente urbanização de algumas regiões do Império, sobretudo cidades litorâneas e portuárias, como Rio de Janeiro e Salvador, cresceu a população de pessoas escravizadas que circulava com relativa liberdade e se envolvia no mercado de serviços urbanos – os chamados **escravos de ganho**. O ambiente urbano favorecia a troca de informações, a partilha de tradições culturais, a ampliação das redes de contato e o aumento da politização entre os escravizados, bem com o estabelecimento de relações de solidariedade, camaradagem ou mesmo antagonismos entre diferentes grupos.

Por fim, é preciso pontuar que a Constituição de 1824 excluía sistematicamente negros e mestiços – escravizados ou libertos – do acesso à plena cidadania, o que, em conjunto com a manutenção do violento regime escravista, motivou diversas reivindicações políticas desses grupos sociais.



DEBRET, Jean-Baptiste; FRÈRES, Thierry. *Barbearia*. 1835. Litografia em cores, 50,4 × 33,3 cm. Instituto Itaú Cultural, Brasil.

SAIBA+

No ambiente das cidades litorâneas do Brasil Império eram comuns os “escravos de ganho”, pessoas escravizadas que exerciam diversos ofícios típicos do ambiente urbano – venda de alimentos, artesanato, serviços manuais. Essa era uma prática controlada de perto por autoridades locais e pela população livre.

Entre as elites senhoriais, os políticos e mesmo no interior de grupos mais liberais estava disseminado o temor em torno da politização dos negros e da influência do levante de escravizados ocorrido na Independência do Haiti (1791-1804). De fato, o “haitianismo” moldou a mentalidade e inspirou alguns revoltosos negros no Brasil. Também nesse momento inseriam-se os debates liberais e iluministas em torno dos direitos dos homens à liberdade, divulgados por meio da imprensa, da oralidade e das experiências recentes de luta dos negros no território brasileiro, como a Conjuração Baiana de 1798. Por fim, a rivalidade entre liberais e conservadores e os múltiplos embates entre os brancos livres no Período Regencial permitiram que negros escravizados se articulassem com maior autonomia, conforme indica o historiador João José Reis:



[...] A desunião dos homens livres, em tese, favoreceu grandemente a rebelião escrava porque revelava aos cativos a debilidade política dos senhores, afrouxava sua vigilância individual e coletiva, e diminuía sua capacidade de retaliação militar. [...]

REIS, João José. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: SENAC, 2000. p. 252. [Fragmento]

Negros escravizados participaram das lutas de diversas revoltas ocorridas durante as Regências, muitas vezes interessados em propostas abolicionistas limitadas (e oportunistas) dos revoltosos, que prometiam a liberdade daqueles que participassem das tropas combatentes caso fossem vitoriosos – o que raramente aconteceu. No entanto, negros lideraram e protagonizaram três importantes levantes nesse período: a **Revolta de Carrancas** (Minas Gerais, 1833), a dos **Malês** (Bahia, 1835) e de **Manuel Congo** (Rio de Janeiro, 1838).

Revolta de Carrancas (1833)

Décadas antes de a Lei Áurea ter sido assinada e ter garantido legalmente a abolição da escravidão no Brasil, outro 13 de maio já era marcado pela luta organizada de escravizados pelo fim do cativo. Nessa mesma data, no ano de 1833, nas fazendas Campo Alegre e Bela Cruz, localizadas na Freguesia de Carrancas, no sul da província de Minas Gerais, ocorreu uma das rebeliões mais sangrentas do Brasil escravista. A região de Carrancas agregava uma enorme população de escravizados no início do século XIX, uma vez que a província de Minas Gerais era responsável por quase metade da importação de mão de obra escravizada africana por meio do tráfico internacional. A grande diversidade étnica entre os escravizados – oriundos de diversas regiões da África, e outros nascidos no Brasil – não impediu a associação em torno da luta pela própria liberdade e tomada das propriedades fundiárias dos brancos da freguesia.

Essa revolta também é conhecida como **Levante de Bela Cruz**, devido ao nome de uma das propriedades atacadas pelos revoltosos. A insurreição iniciou-se quando os escravizados da fazenda Campo Alegre, em busca da própria liberdade, mataram o juiz de paz e filho do proprietário Gabriel Francisco Junqueira, influente político da facção liberal moderada. Os rebeldes tentaram atacar a casa principal da fazenda, mas ela estava guarnecida por jagunços. Assim, partiram em direção à fazenda Bela Cruz, de propriedade do irmão do juiz de paz, José Francisco Junqueira. Em conjunto com os escravizados da própria fazenda, formaram um grupo de cerca de 60 revoltosos que invadiram a sede e assassinaram todos os integrantes da família proprietária, inclusive as crianças. Munidos com armas da fazenda Bela Cruz, uma parte dos escravizados tentou ainda atacar uma terceira fazenda, mas foram fortemente reprimidos por aliados do proprietário que já havia sido informado do levante. Entre os cabeças da revolta, destacam-se Ventura Mina (fazenda Campo Alegre), Joaquim Mina (fazenda Bela Cruz) e Damião (fazenda Campo Belo).

A Revolta de Carrancas gerou a maior pena de morte coletiva da história do Brasil escravocrata, com dezessete condenados e dezesseis pessoas efetivamente enforcadas em praça pública na Vila de São João del-Rei entre os anos de 1833 e 1834. A punição cumpria função exemplar e tentativa de coibir novas revoltas de escravizados; além disso, o levante repercutiu na imprensa de época e motivou projetos de lei que visavam implementar punições mais severas a rebeliões e ofensas físicas de escravizados contra seus senhores.



DEBRET, Jean-Baptiste; FRÈRES, Thierry. *Comerciante de Samburá. Vendedor de palmito*. 1835. Litografia, 20,6 × 31,6 cm. Biblioteca Nacional, Brasil.

Muitos dos malês eram vendedores ambulantes que circulavam intensamente pela cidade de Salvador e comercializavam, inclusive, amuletos de proteção vinculados à espiritualidade islâmica, como as bolsas de mandinga: bolsinhas de couro nas quais eram guardadas folhas de papel com passagens do *Alcorão* e rezas de outras religiões.

SAIBA+

Revolta dos Malês (1835)

Protagonizado por negros muçulmanos, a maior parte deles escravizados, o Levante dos Malês ocorreu em Salvador, na Bahia, no ano de 1835, cidade que à época contava com cerca de 65 mil habitantes, quase metade deles negros escravizados. Boa parte dos escravizados eram os **malês**: muçulmanos oriundos da África Ocidental, pertencentes à macroetnia **iorubá** ou nagô (na língua iorubá, o termo *imale* significava “muçulmano”, originando a palavra “malê”). É importante notar que, ao chegarem ao Brasil, além de serem submetidas ao regime de trabalho escravo, essas pessoas eram obrigadas a se converterem ao catolicismo, situação que levou à revolta de centenas de muçulmanos de origem iorubá. Também participaram do movimento negros não muçulmanos haussás, igbominas e picapó, que recorriam a amuletos e crenças islâmicas, situação que expõe o forte **sincretismo** com outras expressões religiosas, como a crença nos orixás e práticas católicas.

Por saberem ler e escrever em árabe, os malês puderam se articular e trocar informações em uma língua desconhecida pelos proprietários e autoridades locais. Além da tradição muçulmana, compartilhavam entre si experiências de combate e organização militar que trouxeram de África. Foi nessa revolta que possivelmente a liderança de **Luíza Mahin** ocorreu. De acordo com o que relata seu filho, o poeta e advogado **Luís Gama**, ela teria sido uma negra liberta que trabalhava como quitandeira e auxiliou na organização dos malês. Não há documentações que comprovem a real existência de Luíza Mahin, tudo que se sabe sobre ela foi narrado por Luís Gama. Alguns historiadores afirmam que ela foi um eu lírico criado por ele:



[...] Historiadora de ofício, a escritora apresenta um estudo marcadamente interdisciplinar para propor uma terceira via analítica a uma grande celeuma da historiografia nacional: a inexistência de fontes documentais que atestem a existência de Luíza Mahin, mãe do abolicionista Luís Gama. As únicas fontes que confirmam sua existência são os escritos e poemas de seu filho. Dentre os caminhos que vêm sendo trilhados pelos estudiosos do tema, alguns grupos apontam para saídas literárias e subjetivistas. Nesses casos, Luíza seria um personagem marcante da obra ficcional de seu filho. [...]

FARIAS, Márcio. Um clássico em potencial do feminismo negro no Brasil. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 36, p. 207-208, jan. / jun. 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/viewFile/31859/pdf>. Acesso em: 4 fev. 2021. [Fragmento]

As fontes históricas – os depoimentos dos envolvidos e objetos apreendidos pela polícia – não são suficientes para determinar um objetivo da Revolta dos Malês, que teve motivações heterogêneas: a luta pelo fim da escravidão; a repressão às formas de expressão religiosa islâmicas; a objeção à religião católica imposta aos escravizados; a tomada do poder da cidade de Salvador, com objetivo de formar uma nação controlada pelos africanos islâmicos. O movimento de cunho étnico, político e religioso tomou corpo no dia 25 de janeiro de 1835, quando os malês se armaram e tomaram as ruas da cidade utilizando trajes tipicamente islâmicos – os abadás, camisas brancas largas e compridas, e as carapuças, espécie de turbante branco –, atacando propriedades particulares, igrejas e distribuindo panfletos em árabe que divulgavam as ideias de liberdade. Eles tentaram invadir o prédio da Câmara Municipal, onde também funcionava a cadeia da cidade, pois pretendiam libertar **Pacífico Licutan**, muçulmano estimado pela comunidade malê. A revolta durou cerca de seis horas porque os rebeldes foram denunciados, o que permitiu aos líderes locais organizarem forte repressão aos malês. Também não foi fácil garantir a coesão suficiente entre os negros de origem africana e aqueles que nasceram no Brasil, o que gerou tensões internas ao movimento.

Ao final da revolta, mais de setenta rebeldes morreram nos combates e outras dezenas foram presos, recebendo diversos tipos de sentenças: pena de morte, prisão, trabalhos forçados, açoites e deportação (essa última destinada aos libertos). Nos anos seguintes, a religião islâmica foi duramente reprimida na cidade e seu entorno. Além disso, instalou-se entre as elites escravistas um forte sentimento antiafricano e de desconfiança com relação aos escravizados da província da Bahia, considerados sediciosos. Em Salvador, foram proibidas as reuniões com mais de quatro negros e foi instituído um toque de recolher para os escravizados, que durante um determinado período só puderam circular na cidade munidos de um “passe” de seu senhor; já no Rio de Janeiro, capital do Império, o desembarque de africanos libertos oriundos da província da Bahia chegou a ser proibido.

Revolta de Manuel Congo (1838)

Em 1838, a região do Vale do Paraíba fluminense possuía grande importância para a economia imperial devido à incipiente produção de café. A Vila de Vassouras era uma das maiores produtoras do grão e possuía, na época, uma média de 20 mil habitantes, sendo mais da metade deles pessoas escravizadas – grande parte, homens entre 15 e 40 anos nascidos no continente africano. O município de Paty do Alferes, onde ocorreu o levante de Manuel Congo, era uma rica freguesia e passagem obrigatória entre a província de Minas Gerais e o porto do Rio de Janeiro.

Em novembro de 1838, um grupo de centenas de escravizados participou de uma revolta, motivados pelo assassinato de um escravizado pelo capataz de uma das fazendas da região. Os líderes foram **Manuel Congo** (cujo nome faz referência à sua nação de origem), escravizado que trabalhava como ferreiro, e **Mariana Crioula**, mucama nascida no Brasil, como seu nome indica. Juntos, eles incentivaram cerca de 400 escravizados a se armarem, fugirem em massa das fazendas de café e seguirem em direção às matas da serra fluminense com o objetivo de formar um grande quilombo na região. O proprietário de uma das fazendas acionou as autoridades locais,

que mobilizaram centenas de homens da Guarda Nacional para debelar o movimento. Um grupo de rebeldes – dentre eles, os líderes Manuel Congo e Mariana Crioula, deletados como “rei” e “rainha” dos revoltosos – foi capturado e acusado de crime de insurreição que, conforme a Constituição de 1824, era um crime grave sujeito à pena de morte. Ao todo, foram dezesseis réus e diferentes sentenças; embora Mariana tenha sido absolvida, Manuel Congo foi enforcado em novembro de 1839 e outros rebelados também morreram após receberem a pena de 50 açoites diários durante 13 dias.

É possível que alguns escravizados tenham conseguido se manter foragidos após o levante, mas a revolta instalou um clima de pânico e tensão entre os latifundiários do Vale do Paraíba, temerosos com a possibilidade de nova fuga em massa de escravizados. Outras tentativas de fuga e formação de quilombos na serra ocorreram nos anos seguintes, mas não foram bem-sucedidas. Em lei sancionada no ano de 2011, Manuel Congo e Marianna Crioula foram considerados heróis do estado do Rio de Janeiro.



EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM

05 (Unesp) A Revolta dos Malês, ocorrida em 1835 na Bahia, contou com ampla participação popular e defendeu, entre outras propostas,

- a rejeição ao catolicismo e a construção de uma ordem islâmica.
- a manutenção da escravidão de africanos e a ampliação da escravização de indígenas.
- o retorno de D. Pedro I e o restabelecimento da monarquia absolutista.
- a ampliação das relações diplomáticas e comerciais com os países africanos.
- o reconhecimento dos direitos e deveres de todo cidadão brasileiro.

06 [...] As tensões entre [...] projetos políticos federalistas – cuja ênfase reside na busca por mais poderes e atribuições às províncias – e [...] projetos de reiteração do Estado unitário – os quais se esforçam por garantir maior centralização das rendas e do poder político no governo do Império – constituem, atualmente, tema bastante debatido pela historiografia. Não se pode, contudo, confundir federalismo com separatismo, [...] tampouco associar federalismo apenas aos grupos mais exaltados daqueles anos. [...]

SILVA, Luiz Geraldo Santos da; FELDMAN, Ariel. Revisitando o passado em tempos de crise: federalismo e memória no período regencial (1831-1840). *Revista Topoi*, v. 11, n. 21, p. 144, jul. / dez. 2010. [Fragmento]

Caracterize o surgimento do federalismo no Período Regencial.

07 [...] Liderados pelo escravo Ventura, o outro grupo seguiu em direção à fazenda Bom Jardim, para ali fazerem o mesmo e darem prosseguimento à insurreição. Encontraram, pelo caminho, um agregado da mesma fazenda que se dirigia à Bela Cruz. [...] Ao chegarem a essa fazenda, encontraram forte resistência por parte do proprietário e de seus escravos, sendo o líder Ventura ferido gravemente. João Cândido da Costa Junqueira já havia sido informado dos trágicos acontecimentos de Campo Alegre e Bela Cruz e, rapidamente, armou parte de sua escravaria de confiança e a reuniu em uma sala e ficou à espera dos insurgentes. A maioria dos escravos ficou trancafiada na senzala. [...]. As informações sobre os combates entre o fazendeiro e seu braço de escravos armados e os cativos insurretos foram escassas nos autos e não mereceram muita atenção nos relatos feitos pelas autoridades da época. [...]. Embora o líder tenha sido morto, havia um receio de que a insurreição se estendesse, uma vez que muitos escravos se embrenharam nas matas da região, sendo capturados alguns dias depois. [...]

ANDRADE, Marcos Ferreira de. Massacre em Carrancas. *Impressões Rebeldes*. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/?temas=massacre-em-carrancas>. Acesso em: 16 dez. 2020. [Fragmento]

Explique os motivos que levaram ao levante narrado no texto.

VAI LÁ E FAZ



[...] o separatismo, no Período Regencial, surgiu como consequência inevitável dos descontentamentos das províncias. Tratava-se de um mal, mas um mal menor. O fenômeno naquelas circunstâncias poderia ser exemplificado graficamente pela imagem de uma bandeira agitada quando interesses, sobretudo de raiz econômica, e no que tange ao usufruto do poder político de decisão, estivessem em risco ou seriamente comprometidos por uma política de Estado prejudicial aos grupos abastados de regiões afastadas do centro da monarquia e pela lógica da Economia Moral anteriormente citada. O objetivo de separar não era ordem do dia no Período Regencial, como já foi dito, era consequência inevitável.

Pelo contrário, conservadores, regressistas e progressistas do período preocupavam-se, *a priori*, com a integridade do Império brasileiro dando continuidade à configuração política do Primeiro Reinado. [...]

MOMESSO, Beatriz Piva. Continuidade ou ruptura na história do Brasil Império? *Intellêctus*, ano XVIII, n. 1, p. 255, 2019. [Fragmento]

Conforme aponta o texto, algumas configurações políticas do Período Regencial abriram margens para o desejo de separatismo das províncias. E se naquela época houvesse um júri entre as populações das províncias em que cada uma defendesse a permanência ou não da unidade territorial brasileira? Na atividade a seguir, você poderá simular essa situação.

1. Reúna-se com seus colegas e dividam a sala em dois grupos:
 - os que defendem a unidade territorial;
 - os que defendem o separatismo.
2. Após a divisão da turma, produzam um júri simulado em que cada grupo deverá defender seu posicionamento em relação à unidade territorial ou ao separatismo. Escolham um colega para ser o advogado de cada causa, selecionem as testemunhas a favor ou contra e apresentem argumentos e provas embasados historicamente para defender o ponto de vista do grupo. Se necessário, façam uma pesquisa sobre o tema.

Observação: o importante no desenvolvimento dessa atividade é que a turma não precisa chegar a um vencedor, mas que consiga resolver o problema e mediar o conflito com base nos acontecimentos do Período Regencial.

Compartilhem o desenvolvimento da atividade por meio da *hashtag*

#soubernoullimediador

4. Temáticas do Segundo Reinado

A ascensão de D. Pedro II ao trono brasileiro estava prevista na Constituição de 1824, quando o monarca atingisse os vinte e um anos de idade, lei revista pelo Ato Adicional de 1834 que fixou a maioridade do monarca em dezoito anos de idade. Em 1835, considerando o contexto de revolta e instabilidade que o Período Regencial vivia, começou a ser difundida a opinião favorável à necessidade de antecipar a coroação do jovem herdeiro real – movimento que se transformou em uma verdadeira campanha de grupos conservadores e dos palacianos, membros da elite vinculados à família real. A campanha aos poucos ganhou apoio popular, sendo difundida por meio da imprensa, de folhetos e versos entoados nas ruas e de festas públicas. Para os simpatizantes da antecipação da maioridade, diante de vários levantes, projetos republicanos, insurgências de escravizados e da radicalização do Período Regencial, a estabilização política do país passava, necessariamente, pela centralização de poderes na figura do imperador. Ainda que de maneira simbólica, o reforço do sistema monárquico no país e da autoridade governamental dependia da ascensão do filho legítimo e brasileiro de D. Pedro I.

Em 1840 foi criado o **Clube da Maioridade** (ou Sociedade Promotora da Maioridade), que canalizou os esforços de senadores e deputados das distintas facções políticas na mudança na legislação a respeito da maioridade do jovem Pedro de Alcântara. Em 23 de julho de 1840, com consentimento do até então príncipe, foi proclamada pela Assembleia Legislativa Geral a Declaração de Maioridade de D. Pedro II aos 14 anos de idade, jogada política também conhecida como **Golpe da Maioridade**.

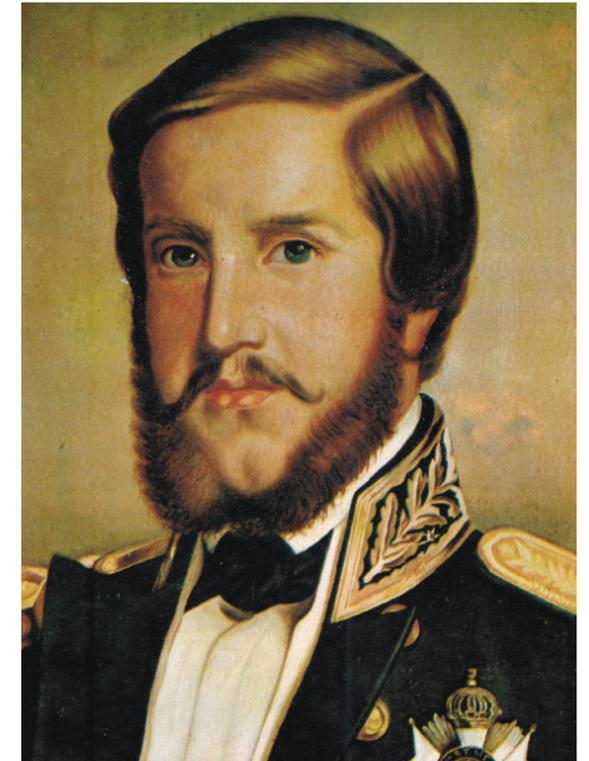


Na mesma data, o jovem monarca fez seu juramento perante os parlamentares, no qual se comprometeu a respeitar a Constituição de 1824 e manter a religião Católica Apostólica Romana, a integridade e indivisibilidade do Império. Assim, com a antecipação do governo, a Regência foi extinta e iniciava-se o **Segundo Reinado**.

4.1. A educação de D. Pedro II: descaracterizando a pouca idade do imperador

Uma das funções dos políticos mais próximos ao novo imperador foi a de promover uma narrativa imagética que descaracterizasse a pouca idade do monarca, que assumiu o poder com 14 anos de idade. Jovem e inexperiente, D. Pedro II recebeu de alguns políticos e intelectuais contrários à antecipação da maioridade a alcunha de “rapazinho”; mesmo entre os defensores de D. Pedro II, havia aqueles que imaginavam que, devido à idade do imperador, seria fácil manipulá-lo. Foi necessário, portanto, evocar práticas tradicionais da realeza para construir a imagem de um monarca que, mesmo menor de idade, seria dotado de maturidade emocional para ocupar o cargo de imperador.

O imperador foi instruído desde pequeno para se tornar líder da nação brasileira e cultivar uma imagem diferente de seu pai, considerado boêmio, agressivo e impulsivo. D. Pedro II foi tutorado pelo político José Bonifácio e posteriormente por Manuel Inácio de Andrade, o Barão de Itanhaém; o objetivo era a formação de um governante firme e ao mesmo tempo conciliador, tendo em vista o cenário recente de conflitos durante a Regência e as questões sociais que envolviam a manutenção da escravidão. A educação formal de D. Pedro II foi extremamente rígida, com aulas diárias ministradas nas dependências da família real que incluíam conhecimentos científicos em engenharia, Matemática, Química e Biologia, alfabetização em diversas línguas (dentre elas, latim, francês, inglês, alemão, italiano, hebraico e tupi). A infância de D. Pedro II é considerada por muitos historiadores como solitária, uma vez que o seu contato com as próprias irmãs e outras crianças era bastante limitado. Além da tutoria, D. Pedro II contou com os cuidados próximos de Mariana Carlota de Verna Magalhães Coutinho, a “Dadama”, camareira-mor e babá das crianças da família real, a qual o imperador respeitava como mãe de criação; e com a proteção de Rafael, um militar negro, veterano da Guerra da Cisplatina. Esses personagens foram responsáveis pelos estudos iniciais e pela instrução de D. Pedro II para a vida na Corte.



KRUMHOLZ, Ferdinand. *Retrato de D. Pedro II*. [ca. 1840]. Óleo sobre tela, 70 x 90 cm. Museu Imperial de Petrópolis, Brasil.

Essa representação do monarca foi produzida no início da década de 1840, pouco tempo após a sua coroação. A preocupação dos apoiadores do imperador era a construção de uma imagem madura e viril.

Com a declaração de maioridade, D. Pedro II intensificou seus estudos políticos e diplomáticos com o auxílio do influente político e mordomo-mor da Casa Imperial Paulo Barbosa, que conhecia profundamente as intrigas partidárias do Parlamento. O imperador ocasionalmente realizava aparições públicas nas repartições do governo e eventos da Corte, além de ter viajado pelas províncias de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A veiculação da face do imperador nos jornais e moedas da época também foi importante para a construção da imagética de um D. Pedro II maduro e competente.

Assim que se aproximava a data em que o imperador completaria dezoito anos de idade, foram agilizadas as negociações para o casamento do monarca. Para boa parte da população, o matrimônio seria a verdadeira consumação da maioridade de D. Pedro II, contribuindo para sua imagem de homem viril e maduro. É importante pontuar ainda que, no sistema monárquico, os enlances matrimoniais eram, na verdade, estratégias de construção de alianças entre dinastias e formas de estabelecimento de boas relações diplomáticas com outras nações. No caso de D. Pedro II, as buscas não foram fáceis, tendo em vista a má fama do pai e a distância do Brasil com relação à Europa. A noiva veio do Reino das Duas Sicílias e da importante Casa de Bourbon: **Teresa Cristina**, quatro anos mais velha que o imperador. O casamento ocorreu em 1843 por procuração – como era de praxe – e a imperatriz embarcou para o Brasil no mesmo ano. Ao conhecê-la pessoalmente, D. Pedro II ficou frustrado com a aparência da esposa, que era fisicamente diferente dos retratos enviados anteriormente.

SAIBA+

Inicialmente rejeitada, a imperatriz aos poucos se acostumou à corte e estabeleceu uma relação de afeto com o monarca. Assim, o casal cumpriu o importante papel de Estado que deles era esperado: em 1845, nasceu o primeiro herdeiro de D. Pedro II.



(a) MEIRELLES, Victor. *Dom Pedro II do Brasil*. 1864. Óleo sobre tela, 252 x 165 cm. Museu de Arte de São Paulo, Brasil. (b) MEIRELLES, Victor. *Retrato de Teresa Cristina das Duas Sicílias*. 1864. Museu de Arte de São Paulo, Brasil.

Nesse sentido, ainda que esforços tivessem sido mobilizados para o contrário, D. Pedro II acabou, assim como o seu pai, estabelecendo alguns relacionamentos extraconjugais. O mais famoso deles – e extensivamente registrado por meio de cartas e diários – foi com a preceptora de suas filhas, Luísa Margarida de Barros Portugal, a **Condessa de Barral**. A relação dos dois era romântica e intelectual, uma vez que a condessa era uma mulher culta, havia vivido na corte do rei francês Luís Filipe I, tendo intermediado o contato do imperador com diversos intelectuais da época, como o compositor Franz Liszt e o diplomata Arthur de Gobineau.

D. Pedro II era um grande amante das artes, da ciência e da cultura, tendo realizado diversas viagens internacionais ao longo de seu reinado. A cultura de viagens ao estrangeiro era comum à elite brasileira do século XIX, como forma de turismo e educação, e facilitada pelas evoluções nos meios de transporte e de comunicação na época da Segunda Revolução Industrial. O monarca realizou três grandes excursões não oficiais e visitou quatro continentes, tendo conhecido países da Europa, da América do Norte, do Oriente Médio e do norte da África. As viagens do imperador foram duramente criticadas por seus opositores políticos, uma vez que ocorreram nas décadas de 1870 e 1880, pouco tempo após o fim da Guerra do Paraguai, num período de grandes turbulências sociais e políticas. Contudo, foram importantes para o estabelecimento de contatos culturais e científicos; por meio de suas excursões ao exterior, D. Pedro II trouxe o telefone para o Brasil em 1877 (o segundo país do mundo a ter uma conexão telefônica), adquiriu uma vasta coleção de antiguidades egípcias para o então Museu Imperial de Petrópolis (perdidas no incêndio do Museu Nacional, em 2018) e contratou os geólogos que organizaram o ensino de mineralogia no país, motivo da criação da Escola de Minas de Ouro Preto, em 1875.



BERNOULLI PLAY

A construção da imagem de Pedro II >> 05EB

Para que assumisse o trono aos 14 anos, foi feito todo um trabalho acerca da imagem de Pedro II. Veja nessa videoaula como se deu a construção da imagem do monarca de maneira a legitimar sua posição.

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM

- 08** Leia o fragmento a seguir:
- [...] Queremos Pedro II,
Ainda que não tenha idade
A nação dispensa a lei.
Viva a Maioridade! [...]
Por subir Pedrinho ao trono,
Não fique o povo contente;
Não pode ser coisa boa
Servindo com a mesma gente. [...]

CALMON, Pedro. *História do Brasil na poesia do povo*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1973. p. 191. [Fragmento]

Com base na análise dos versos e de seus conhecimentos sobre o tema, contextualize o episódio histórico apresentado e indique suas principais causas.

- 09** Leia o trecho a seguir escrito em 1876 por Ladislau Mello Netto, botânico brasileiro e então diretor do Museu Imperial:

[...] Havia entusiasmo no ar, um desejo de formar a reputação do Museu e ganhar estima aos olhos do público e do governo nacional. [...] As conferências realizadas no auditório do Museu, à noite, atraíram um grupo seletivo e distinto, que incluía muitas vezes a presença vibrante do imperador Dom Pedro II. [...] Em toda a parte elogiava-se e falava-se bem do Museu; os viajantes que vinham visitar a capital do país ansiavam por ver suas coleções! [...]

MELLO NETTO, Ladislau de Souza *apud* SCHWARTZMAN, Simon. *Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2001. p. 8. [Fragmento]

Explique como a figura de D. Pedro II foi importante para a reputação do Museu.

4.2. A construção do nacionalismo

O século XIX foi a “era dos nacionalismos”, tempo da institucionalização de uma história oficial vinculada a memoráveis eventos políticos e à configuração de heróis nacionais; da identificação com os povos originais e seus caracteres linguísticos; da escolha de monumentos culturais, paisagens naturais e símbolos oficiais como hinos e bandeiras, assim como hábitos e costumes, especialidades culinárias e animais emblemáticos.

Para o historiador Benedict Anderson (2008), o nacionalismo é a instrumentalização política da ideia de **nação** – uma comunidade política limitada territorialmente, soberana e imaginada, na qual os pertencentes não se conhecem pessoalmente e não compartilham das mesmas situações de vida, mas possuem um sentimento de pertencimento movido por elementos como língua, território, história e instituições políticas comuns. A nação é, sobretudo, uma construção do pensamento liberal; mas no Brasil monárquico ela foi construída em torno da figura do imperador. Assim, os símbolos vinculados à monarquia, à educação e à cultura foram centrais no projeto de construção do nacionalismo brasileiro.

Na segunda metade do século XIX, o Brasil constituía um Império de proporções continentais, caracterizado por um contingente populacional heterogêneo e que havia acabado de passar por um período de grandes turbulências políticas motivadas pela pluralidade de identidades e projetos políticos locais. Apartados os ânimos no campo político, a monarquia pôde centrar-se na promoção de uma cultura nacional e da formação de sua elite intelectual para consolidar a unificação do Império. O movimento de nacionalização das elites vinha ocorrendo desde o Período Joanino. Antes disso, devido à ausência de instituições de ensino superior na colônia, apenas membros abastados da elite eram enviados ao estrangeiro, principalmente para Universidade de Coimbra, em Portugal, na qual os colonos se formavam em Teologia, Direito, Medicina e Filosofia.

Em 1808 foram criados os primeiros cursos superiores no Brasil – a **Faculdade de Cirurgia da Bahia** e a **Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro**, além de academias militares – permitindo a formação das elites locais. Após a Independência foram criados cursos de Direito, Farmácia e Engenharia, além de ter sido ampliado o ensino profissionalizante. A educação superior nesse período foi importante para unificar a elite em torno dos mesmos valores, ideologias e interesses materiais. Além disso, fez com que essa camada se vinculasse fortemente ao Estado, uma vez que formava a classe política e de servidores do governo.

Assim, havia um movimento guiado pelo Estado e pelas elites de propaganda de um determinado ideal de nação. Conforme aponta o historiador Eric Hobsbawm:



[...] As nações existem não apenas como funções de um tipo particular de Estado territorial [...], como também no contexto de estágio particular de desenvolvimento econômico e tecnológico. [...] As nações são [...] fenômenos duais, construídos essencialmente pelo alto, mas que, no entanto, não podem ser compreendidas sem ser analisadas de baixo, ou seja, em termos das suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns. [...]

HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 19-20. [Fragmento]

A produção historiográfica e elaboração científica da História Nacional foi de extrema relevância para a formulação da identidade nacional brasileira nesse período. Nesse âmbito, o **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB** – (1838) incentivou e financiou pesquisas e trabalhos sobre a história e formação do país, fazendo parte do projeto político-ideológico de construção e solidificação das ideias de nação unificada, integridade territorial e de nacionalidade brasileira. Os acadêmicos e intelectuais do IHGB buscaram inserir a história do Brasil dentro dos ideais liberais e iluministas de progresso e civilização.

Em 1840, o Instituto promoveu um concurso para eleger a melhor obra sobre história do Brasil; o vencedor foi o naturalista alemão **Carl Philipp von Martius** que, com sua obra *Como se deve escrever a história do Brasil* (1845), lançou as bases para a linha de pensamento que concebe o nascimento da nação brasileira a partir do encontro das três diferentes “raças” – brancos europeus, indígenas nativos e negros africanos –, ideia que fundamenta o mito da “democracia racial”. Sua obra foi oriunda de uma viagem que fez pelo interior do Brasil entre 1817 e 1820. Na expedição científica, Von Martius e seu colega, o zoólogo Johann Baptist von Spix, tinham o objetivo de inventariar e catalogar a fauna, a flora e os diferentes biomas brasileiros.



STEINMANN, Johann Jacob; SALATHÉ, Friedrich. *Largo do Paço*. 1839. Água-tinta e aquarela sobre papel, 11,7 x 16,8 cm. Pinacoteca do Estado de São Paulo, Brasil. Local onde funcionou, em uma sala, a primeira sede do IHGB.



Outra figura importante do IHGB foi **Francisco Adolfo de Varnhagen**, que em sua *História geral do Brasil* (1854-1857) reforçou a herança lusitana, bem como os estereótipos sobre natureza e os povos indígenas do Brasil.

O estímulo à vida intelectual e à produção artística foi, portanto, prática institucional de difusão dos elementos do nacionalismo brasileiro. A adoção da estética do **Romantismo** serviu para a consolidação ideológica e emocional da ideia de uma nação soberana, pacificada e unificada. O movimento romântico refletia as transformações sociais e culturais promovidas pelas revoluções burguesas dos séculos XVIII e XIX, buscava valorizar o indivíduo como pertencente a uma pátria. A valorização da nação e de suas origens históricas foi realçada de formas particulares pelos artistas de cada país, evidenciando os elementos específicos de cada identidade nacional.

O Romantismo brasileiro e o movimento indianista

A face indígena representou a identidade brasileira do projeto nacionalista na Literatura. Segundo a ideologia romântica, os elementos nativos da terra seriam as características genuinamente nacionais de um povo; por isso, não havia dúvida de que o indígena e a natureza exuberante eram as melhores referências para as obras dessa fase do Romantismo no Brasil,

conhecida como **indianista**. A representação do país como indígena – frequentemente, na figura masculina – incorporava as concepções de um Brasil simultaneamente americano, monárquico e português, isto é, uma mistura de elementos culturais da antiga metrópole (de matriz europeia) identificada com o continente americano, o que nos tornou independentes.

Os indígenas e seus elementos culturais característicos, dizimados e destruídos de forma sistemática desde o encontro violento com o colonizador português, apareciam como personagens principais dos romances épicos e de pinturas oficiais. Os povos nativos eram retratados com base em traços positivos, como a honra e a coragem, representados como heróis e “bons selvagens” que lutaram contra os conquistadores portugueses. Leia a análise das historiadoras Lilia Schwarcz e Heloisa Starling a respeito do projeto indianista:



[...] Enquanto os brancos podem ser divididos entre portugueses brutos e colonizadores (que transformaram uma nação livre em escrava) e brancos religiosos (padres jesuítas mancomunados com o futuro Império), também os indígenas se encontram divididos. De um lado, os silvícolas bárbaros ou (por sua simplicidade) catequizados; de outro os aborígenes indomáveis e livres como a natureza. Nessa batalha de dualidades, o par enaltecido é o que lembra a pureza: os portugueses do futuro Império (que personificam a unidade nacional e a fé cristã) e os indígenas não conspurcados pela civilização. [...] É assim que a literatura vai cedendo espaço ao discurso oficial, sendo o indígena transformado num modelo nobre, mesmo que como o grande perdedor nessa gênese do Império. [...] Como um exemplo a ser seguido, o indígena surgia como um herói e vítima de um processo que o atropelava. Nascido livre, ele é morto em liberdade e para a liberdade. [...]

SCHWARCZ, Lilian M.; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 286-287. [Fragmento]

O poema épico *Confederação dos Tamoios*, obra do escritor Gonçalves de Magalhães, publicado em 1856, parte da concepção do indígena como “bom selvagem” para narrar a história de luta pela liberdade contra os colonizadores portugueses. Na *Confederação dos Tamoios* histórica – revolta indígena ocorrida entre 1554 e 1567 –, os Tupinambá e seus aliados (Tupiniquim, Aimoré e Temiminó, além de colonizadores franceses) foram exterminados pelos portugueses; no poema de Magalhães, o herói deixa de ser português e passa a ser Aimbiré, chefe tupinambá que organizou a unificação estratégica das nações vizinhas e invasores franceses em torno da Confederação, e vinga a violência praticada pelos lusitanos contra seu povo.

Seguindo o discurso da criação do país por meio de uma origem mítica, o poeta Gonçalves Dias escreve sua obra mais conhecida, o poema *I-Juca-Pirama*, publicado em 1851, no qual é retratado o tema da antropofagia e as atitudes heroicas e bravias dos povos Tupi e Timbira. O poema conta a história de um guerreiro tupi, feito prisioneiro pelos Timbira e que, esperando pela morte, ainda teme pela sorte de seu pai velho, cego e fraco, a quem ele servia de guia. A bravura e honra do guerreiro o dignifica perante seus inimigos, que interrompem o ritual antropofágico uma vez que, perante a dignidade demonstrada, decidem que o tupi merece viver. Desde o título, a obra apresenta a forte temática indianista, pois consiste na adaptação de uma expressão do Tupi que significa “o que é digno de ser morto”.

Na prosa, a trilogia indianista de José de Alencar – *O guarani* (1857), *Iracema* (1865) e *Ubirajara* (1874) – apresenta um retrato idealizado dos costumes, das práticas e da índole dos povos nativos do Brasil por meio de histórias de martírios e sacrifícios feitos por indígenas. As obras constituem uma história da colonização e da formação do povo brasileiro por meio de uma narrativa de encontro entre natureza e civilização.



AMOEDO, Rodolfo. *Último tamoio*. 1883. Óleo sobre tela, 180,3 x 261,3 cm. Museu Nacional de Belas Artes, Brasil.

SAIBA+

O quadro retrata uma cena do extermínio das nações indígenas confederadas no século XVI, com Aimbiré, índio chefe dos Tamoio, morto numa praia. Ao seu lado, erguendo piedosamente sua cabeça, está o Padre José de Anchieta.

A temática amorosa perpassa os três romances e cumpre dois objetivos: a representação da honra indígena e a idealização da miscigenação étnica como ponto de origem da nação. Em *Iracema*, por exemplo, a história se passa em um cenário mitificado do século XVII e apresenta o casal Iracema (indígena) e Martim (português), que simboliza os primeiros habitantes do Brasil. De sua união nasceu Moacir, o primeiro brasileiro, o filho predestinado. Porém, Iracema morre para que seu descendente viva.

A escolha do indígena como símbolo da nacionalidade brasileira serviu a outro projeto político e ideológico: afastar a imagem do negro escravizado e promover o apagamento do estigma da escravidão. Em um contexto internacional e interno de reprodução de um pensamento racista, das teorias eugenistas e de pressões a favor da abolição – revoltas de escravizados, formação de sociedades abolicionistas e publicação de uma legislação contrária ao tráfico, como o *Bill Aberdeen* (1845) e a Lei Eusébio de Queirós (1850) –, a idealização de um segmento étnico desassociado da população negra fez parte do projeto político imperial de transmitir ao mundo a ideia de um Brasil grandioso, moderno e civilizado.

Fundada em 1826, a Academia Imperial de Belas Artes começou a funcionar de maneira regular durante o governo de D. Pedro II, que foi um verdadeiro mecenas do Romantismo brasileiro. Diversas instituições voltadas à arte e à ciência foram fundadas no Período Imperial, fornecendo apoio e financiamento para os artistas que se alinhavam ao projeto político e estético promovido pela monarquia. É nesse momento que aparecem o Conservatório de Música (1834), o Conservatório Dramático (1843) e a Ópera Nacional (1857).

Nas artes plásticas, além da produção de pintura oficial da Corte, temas como a exaltação do exótico, da natureza, o indigenismo histórico, retratos e paisagens entrariam em voga a partir da década de 1860. Muitos desses quadros eram produzidos no exterior e representavam uma visão idealizada e distante da realidade brasileira. Um dos artistas mais expressivos dessa vertente era Victor Meirelles nas obras *A primeira missa no Brasil* (1860) e *Moema* (1866). José Maria Medeiros também ficou conhecido pelo quadro *Iracema* (1881). Nessas pinturas, os nativos aparentam passividade e idealização: compõem a cena sem possibilidade de transformação, aparecem “colados” à paisagem natural. Em telas amplas, a colonização perde seu caráter de invasão e violência para demonstrar um encontro cordial, consensual e harmonioso.

Na música, *O guarani* de José de Alencar inspirou a ópera *Il guarany* do brasileiro Carlos Gomes, que estreou na Itália em 1870. A obra foi ovacionada pelo público italiano no Teatro Scala, em Milão, e repercutiu por toda a Europa, sendo posteriormente apresentada na Rússia, na Áustria, em Portugal, na Dinamarca e na Holanda.



[...] *Il guarany* foi [...] uma das óperas exóticas mais famosas de sua época. A música foi bem aceita pelo público italiano, sobretudo pela sua inventividade melódica. A ópera contribuiu, também, através do espetáculo cênico da *grand opéra*, para a difusão de uma imagem do Brasil pitoresco e exótico, imagem essa identificada com a própria figura de Carlos Gomes, que continuou sendo representado como os indígenas de *Il guarany* nas charges e historietas da imprensa até o fim da sua carreira italiana. [...]

SILVA, Olga Sofia Freitas. *Il guarany de Antônio Carlos Gomes: a história de uma ópera nacional*. 2011. Dissertação (Mestrado em Música) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. p. 140. [Fragmento]



EXERCÍCIO DE APRENDIZAGEM



Leia o trecho:

[...] Como um “fardo da civilização” o Império se impunha por meio da representação do indígena, mas, também, sobre o indígena: sua grande vítima. [...]

SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 287. [Fragmento]

Levando em consideração as características do projeto político nacionalista do governo imperial, explique o trecho anterior.

TUDO SE ENCAIXA



A paródia é um recurso de intertextualidade recorrente na literatura, na música, no cinema e na arte de maneira geral. Consiste em uma reinterpretação de uma obra já existente em um contexto diferente. A paródia é mais do que simples referência a outro texto; ela altera e subverte o sentido da obra que a inspirou, geralmente de forma irônica, com fins cômicos ou tom de crítica.

Importante nome da literatura romântica brasileira, Gonçalves Dias compôs “A canção do exílio”, poema emblemático do nacionalismo ufanista e um dos versos mais parodiados de nossa literatura. Dias inspirou-se na estética e nos versos de Goethe, que exaltavam a Alemanha como pátria idealizada por meio de seus elementos naturais e geográficos característicos. Os versos de Dias foram incorporados ao hino nacional brasileiro. Leia um trecho do poema:

Canção do exílio

Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá;
As aves, que aqui gorjeiam,
Não gorjeiam como lá.

Nosso céu tem mais estrelas,
Nossas várzeas têm mais flores,
Nossos bosques têm mais vida,
Nossa vida mais amores.

[...]

Não permita Deus que eu morra,
Sem que eu volte para lá;
Sem que disfrute os primores
Que não encontro por cá;
Sem qu'inda aviste as palmeiras,
Onde canta o Sabiá.

DIAS, Gonçalves. *Canção do Exílio*. Portal Domínio Público. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000100.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2021. [Fragmento]

A paródia foi um recurso textual bastante empregado pelo Modernismo brasileiro. Leia um trecho do poema escrito por Murilo Mendes na década de 1930:

Canção do exílio

Minha terra tem macieiras da Califórnia
onde cantam gaturamos de Veneza.

[...]

Eu morro sufocado
em terra estrangeira.

Nossas flores são mais bonitas
nossas frutas mais gostosas
mas custam cem mil réis a dúzia.

Ai quem me dera chupar uma carambola de verdade
e ouvir um sabiá com certidão de idade!

MENDES, Murilo. In: MORICONI, Italo (org.). *Os cem melhores poemas brasileiros do século*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 33. [Fragmento]

Composta por Tom Jobim e Chico Buarque de Hollanda, a canção “Sabiá” é mais uma reinterpretação da “Canção do exílio” de Dias. Ela venceu o Festival Internacional da Canção de 1968.

Sabiá

Vou voltar
Sei que ainda vou voltar
Para o meu lugar
Foi lá e é ainda lá
Que eu hei de ouvir cantar
Uma sabiá
Cantar
Uma sabiá
Vou voltar
Sei que ainda vou voltar
Vou deitar à sombra
De uma palmeira
Que já não há

[...]

SABIÁ. Intérprete: Chico Buarque. Compositores: C. Buarque e T. Jobim. In: CARAVANAS ao vivo – CD 2. Intérprete: Chico Buarque. Rio de Janeiro: Biscoito Fino, 2018. 1 CD, faixa 8. [Fragmento]

Produza uma paródia da “Canção do exílio” de Gonçalves Dias partindo do atual contexto. Sua paródia deve ponderar aspectos socioculturais do momento em que vivemos. Você pode explorar outros gêneros textuais além da poesia e da música, desde que a referência à obra original seja perceptível, como nas obras de Murilo Mendes, Tom Jobim e Chico Buarque.

4.3. Além da vida na Corte e do nacionalismo romântico

O Rio de Janeiro era a capital política e administrativa do Império e, por isso, local de grande circulação de magistrados, grandes comerciantes, diplomatas e artistas. Com seus salões e palácios, a Corte era o centro da vida cultural do Império, a cidade mais populosa e densamente urbanizada do país, além de polo econômico e financeiro – sobretudo pela presença de um porto de grande importância para a economia nacional. O Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX atraía, portanto, todos aqueles que desejavam se envolver com os negócios, as artes e a política. A capital imperial era dotada de um espírito cosmopolita que propiciava a formação de pactos políticos, alianças econômicas, redes matrimoniais e de compadrio.

Os diversos ambientes de convivência da alta sociedade imperial na Corte colaboraram para a homogeneização cultural e o fortalecimento do programa nacionalista a partir dos costumes das elites. O Parlamento, a imprensa e as festas públicas foram centrais, por exemplo, para a tentativa de padronização fonética e linguística do idioma – o português brasileiro cada vez mais se diferenciava do português de Portugal. Foi durante o Segundo Reinado que o sotaque da Corte se estabeleceu como padrão e passou a influenciar a fala de habitantes de outras províncias, embora, devido à amplitude territorial, os idiomatismos regionais continuassem existindo.

A divulgação de uma literatura e manifestações artísticas que representassem os costumes da elite brasileira eram importantes para divulgar os interesses e referências culturais dessa classe e padronizar os valores da sociedade brasileira em formação. Nesse sentido, o **romance urbano** – obras geralmente publicadas nos jornais no formato de **folhetim** e lidos coletivamente nos lares ou locais públicos, como os cafés – propagandeava elementos nacionalistas e desempenhava a importante função de democratização da leitura. Num cenário de elevadas taxas de analfabetismo – o primeiro **censo** realizado no Brasil, em 1872, indicou que apenas 18,6% da população livre e 15,7% dos escravizados sabiam ler e escrever –, essa prática ampliava o alcance da literatura.



HILDEBRANDT, Eduard. *Rua do Ouvidor, Rio de Janeiro*. 1844. Aquarela, 35,3 x 25,8 cm. Uma representação dos cortiços do Rio de Janeiro durante o Segundo Reinado.

Esses romances focavam na elegante e civilizada vida urbana das grandes cidades brasileiras do século XIX, sobretudo as três grandes capitais: Rio de Janeiro, Salvador e Recife. Esses foram os espaços mais impactados pelos projetos de modernização com a realização de obras públicas, como ampliação de avenidas, canalização do esgoto, implantação de abastecimento domiciliar de água potável, instalação de bondes e iluminação pública. Tais edificações eram voltadas para a sociedade branca e concentradas nas regiões habitadas pelas famílias da elite. O poderio econômico da aristocracia urbana também levou ao surgimento de grandes ruas comerciais com diversos tipos de prestação de serviços e lojas de produtos importados.

Contudo, esses eram ambientes que funcionavam com base na violenta lógica escravista e na segregação social. O projeto nacionalista do Estado imperial estava voltado para os indivíduos livres e brancos, que eram os que verdadeiramente podiam usufruir dos avanços da modernização e urbanização. A Corte e as capitais eram cenários cheios de contradições sociais visíveis: os bairros de elite, com suas ruas calçadas, rede de água e esgoto e iluminação a gás coexistiam com os **cortiços** assolados por epidemias de varíola e febre amarela, onde residiam as camadas populares, sobretudo negros libertos e imigrantes. As regiões de habitações populares sofriam com a forte repressão policial, uma vez que era refúgio para escravizados foragidos e ambientes propícios para a articulação de revoltas. Para o historiador Sidney Chalhoub, tudo isso fazia parte de um verdadeiro projeto ideológico do governo imperial:



Tornava-se possível imaginar que haveria uma forma “científica” – isto é, “neutra”, supostamente acima dos interesses particulares e dos conflitos sociais em geral – de gestão dos problemas da cidade e das diferenças sociais nela existentes. [...] Insistir na importância de conceitos como “civilização”, “ordem”, “progresso”, e outros afins – os correlatos como “limpeza” e “beleza”, e os invertidos tais como “tempos coloniais”, “desordem”, “imundície” etc. – não nos leva muito além da transparência dos discursos, da observação da forma como eles se estruturam [...]. O que se declara, literalmente, é o desejo de fazer a civilização europeia nos trópicos. [...]

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1996. p. 35. [Fragmento]

A partir do mundo urbano e da Corte, é possível notar o papel das elites regionais – sobretudo da aristocracia agrária e escravista – no fortalecimento do pacto das províncias com o governo central por meio da representação parlamentar, dos papéis de comando na Guarda Nacional, mas, sobretudo, na manutenção e reprodução local da estrutura política e social que sustentava o Império e garantia a sua estabilidade e unidade. Esse grupo foi beneficiado por uma série de medidas do governo – lentidão na aprovação de leis abolicionistas, regulamentação do acesso à propriedade fundiária por meio da **Lei de Terras**, expansão de linhas férreas para o interior, incentivos à vinda de mão de obra imigrante – também foi representado no projeto nacionalista do Estado imperial. Muitos romances regionalistas divulgavam aspectos locais das províncias que eram ignorados nos romances de folhetim do Rio de Janeiro e diziam respeito à maioria da população brasileira, que vivia no meio rural. Em contraposição à cidade e à Corte, o **sertão** surge como representação também idealizada do interior do Brasil, e o sertanejo (homem do interior, personagem masculino associado ao trabalho e à terra) como elemento nacional. José de Alencar produziu os romances *O gaúcho* (1870) e *O sertanejo* (1875), considerados regionalistas; os clássicos *Inocência* (1872), de Visconde de Taunay, e *A escrava Isaura* (1875), de Bernardo Guimarães, também são exemplos desse tipo de literatura.



LANDSEER, Charles. *Sertanejo ou vaqueiro do Sertão de Pernambuco*. [ca. 1825-1826]. Grafite e aquarela sobre papel, 38,4 x 21,1 cm. Instituto Moreira Salles, Brasil. Os tipos e costumes regionais também foram idealizados pela estética romântica do século XIX.

Tanto na perspectiva urbana quanto na regionalista, vigoravam visões idealizadas de nascimento da nação e de organização da sociedade. O sentido de nacionalidade era construído a partir da naturalização e mesmo do apagamento de flagelos sociais históricos: o genocídio indígena, a concentração de terras e, sobretudo, o sistema escravista. Vale lembrar que se reproduzia, nos círculos da intelectualidade brasileira, correntes de pensamento racistas e etnocêntricas, como o **darwinismo social**. Essas filosofias eram carregadas de um forte determinismo e afirmavam que os indivíduos seriam condicionados, socialmente, por três fatores: a raça da qual faziam parte, o meio em que viviam e o momento de desenvolvimento histórico de seu povo. Com base no discurso pseudocientífico, os intelectuais da época hierarquizaram a sociedade imperial, inserindo o homem branco no topo e estabelecendo lugares inferiores para negros, mestiços e indígenas. É nesse período que se popularizam ideias racistas como a de “indolência indígena” (ideia de que os povos indígenas eram preguiçosos e inaptos ao trabalho); esse também é o momento em que o governo imperial desenvolveu a política de estímulo à imigração e substituição da mão de obra negra escravizada por europeus brancos, como projeto oficial de branqueamento do povo brasileiro.

Desse modo, por mais que o projeto unificador financiado pelo Estado imperial tivesse grande penetração social, não era o único modelo que guiava a produção artística e o pensamento intelectual da época. Diversos políticos, intelectuais e artistas posicionaram-se criticamente contra essa perspectiva e questionaram as práticas e filosofias racistas da época. No último quartel do século XIX, com a guinada antiescravista que tomou conta de determinados setores da elite liberal, alguns escritores românticos passaram a abordar temáticas sociais e defender o fim do sistema escravista, compondo a corrente literária que ficou conhecida como **condoreirismo** – referência ao condor, ave que simbolizava a liberdade. Na literatura abolicionista, o principal representante foi o poeta baiano **Castro Alves**. Sua produção rompe com a valorização da natureza e apresenta uma perspectiva mais racionalista e humanista, utilizando a literatura para divulgar o sofrimento vivido pelos negros escravizados e defender a causa abolicionista. *O navio negreiro* (1870) é um poema que denuncia a violência e desumanidade no trato com africanos escravizados na viagem de um **navio tumbeiro** que realiza a travessia do Atlântico. Seus versos descrevem as cenas macabras de sofrimento, dor e morte experienciadas pelos africanos e chegaram a ser decorados pelos militantes da causa abolicionista, que os reproduziam nos cafés, teatros e salões do Império.

5. Os porquês da queda do Império

5.1. Um Império em guerra

A **Guerra do Paraguai** (1864-1870) foi um conflito de caráter internacional que deixou impactos duradouros na arena política, nas relações diplomáticas e na estrutura social do Brasil imperial. Tão importante quanto essas repercussões foram os efeitos dessa guerra sobre a economia brasileira e as bases produtivas do Império: sistema escravista, agricultura exportadora e manufaturas. Nos anos anteriores ao conflito, a situação econômica do Império já não era animadora: passada a fase de otimismo do surto de industrialização da **Era Mauá**, os latifundiários e investidores encontraram-se diante de uma crise motivada pelo fim do tráfico internacional de pessoas escravizadas, que estrangulou o setor cafeeiro, e pela dependência com relação ao capital internacional, sobretudo inglês. Os articuladores políticos e diplomatas brasileiros acreditavam que o conflito – que motivava derrubar o chefe paraguaio Solano López e definir as fronteiras e a livre navegação na região do Rio da Prata – seria breve. Contudo, estudos de história econômica indicam que os gastos com a Guerra do Paraguai foram dez vezes maiores do que o orçamento anual regular do Império. As despesas estatais com recursos humanos e materiais durante os longos anos de conflito – treinamento e armamento dos militares; transporte e fornecimento de víveres às tropas na região do Rio da Prata, onde ocorreram os embates bélicos; direcionamento da infraestrutura produtiva para o esforço de guerra – agravaram a crise financeira e engatilharam um grave *deficit* econômico que enfraqueceu o regime monárquico e justificou o aumento da oposição ao governo de D. Pedro II.

Origem dos recursos gastos na Guerra do Paraguai
(em milhares de contos de réis)

Fontes dos recursos	Total (em mil contos de réis)	%
Empréstimos estrangeiros	49	8,0
Empréstimos internos	27	4,4
Emissão de dinheiro	102	16,6
Emissão de títulos	171	27,8
Imposto	265	43,2
Total	614	100,0

PELÁEZ, C. M.; SUZIGAN, W. *História monetária do Brasil*. Brasília: Ed. da Univ. de Brasília, 1981. p. 114.

SAIBA+

O dispêndio do governo imperial com a Guerra do Paraguai fez crescer a dívida externa do país e gerou um aumento da inflação, tendo em vista a necessidade de emissão de papel-moeda e a elevação geral dos impostos. A crise econômica se estendeu até o fim do regime monárquico no país e foi herdada pelo governo republicano.

À época do conflito, o Exército brasileiro estava completamente desestruturado e a força militar residia, basicamente, na Guarda Nacional, que não era uma instituição militar profissionalizada. Seguindo o projeto nacionalista romântico do Império, esperava-se que o Exército brasileiro contasse com muitos voluntários, movidos por um espírito ufanista e patriótico. Contudo, o sentimento de nação ainda não estava fortemente consolidado e os novos alistamentos foram insuficientes, sendo necessários o acionamento da Guarda Nacional e a convocação compulsória de homens livres para recomposição do quadro de militares do Exército. Buscando fugir do alistamento forçado, muitos membros da elite e proprietários de escravizados enviaram cativos em seu lugar.

A presença de pessoas escravizadas nas fileiras do Exército foi motivo de grandes polêmicas naquele período. Em 1866, D. Pedro II chegou a consultar seus ministros no Conselho de Estado a respeito do assunto. O dilema era os benefícios e as inconveniências da concessão de alforrias para elevar o número de homens disponíveis para o Exército. Parte da elite escravista adotou a prática de doações ou substituições, como indicado anteriormente, mas um grande grupo de proprietários foi contrário à liberação da mão de obra escravizada em um período em que já não era possível adquirir cativos no comércio internacional. Em novembro daquele ano, o governo decretou a liberdade aos escravizados que pudessem servir na guerra, o que, na prática, significou a venda de cativos para o Estado.

Negros libertos e escravizados sofreram com a discriminação racial no interior do Exército, mas, por outro lado, a presença deles no corpo militar fez crescer o número de abolicionistas no interior da instituição, propiciou a importante experiência de distanciamento do cativo e efetivou fortes redes de solidariedade.



AGOSTINI, Ângelo. *De volta do Paraguai*. 1870. Instituto Itaú Cultural, Brasil.

Na década de 1870, foram inúmeras as críticas na imprensa ao emprego de escravizados como soldados na guerra; nos periódicos os jornalistas e intelectuais expuseram o paradoxo da situação de cativo e marginalização social vivida pelos negros veteranos de guerra.

A vitória do Império brasileiro, portanto, teve um elevado custo financeiro e político, pois colocou em xeque a base de sustentação do regime monárquico no país e abriu espaço para o fortalecimento da oposição a D. Pedro II. A Guerra do Paraguai expôs aos combatentes um embate entre sistemas políticos – monarquia *versus* república – e as fragilidades do Império. Ao longo das batalhas, o Exército se fortaleceu institucionalmente e os militares se conscientizaram de sua força política. Intelectualmente guiados pela filosofia positivista, começaram a se posicionar publicamente a favor da substituição da monarquia por um sistema político guiado por princípios racionais e científicos: a República.



TÁ NA MÍDIA

AMÉRICO, Pedro. *A Batalha do Avair*, c. 1872-1877. Óleo sobre tela, 600 x 1.110 cm. Museu Nacional de Belas Artes, Brasil.

Acesse o QR Code e veja uma coletânea iconográfica sobre a Guerra do Paraguai.

EXERCÍCIO DE APRENDIZAGEM

11

Leia o texto a seguir, parte de um depoimento de um contemporâneo da Guerra do Paraguai (1864-1870):

[...] Não tínhamos exército quando começara a luta no Sul. Decorrente dos princípios da Regência Trina, que fora instituída a Guarda Nacional, o pacífico reinado de D. Pedro II – a grande exceção entre as nações do século XIX – continuara a mesma orientação avessa a inúteis gastos militares num país necessitado de tudo, ainda embrionário, recém-saído do torpor colonial, que por três séculos o mantivera modorrento e deserto [...] fora preciso tudo improvisar sob o ataque de Solano López. Às pressas foram ajuntados voluntários, marinha de guerra, armamento, munições, corpos de saúde, de engenharia, abastecimento, etc. para acudir a ingrata contingência que não tínhamos provocado. [...]

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes. *Vida cotidiana em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Unesp, 1999. p. 228. [Fragmento]

Indique os problemas de ordem logística que o Império Brasileiro enfrentou no momento da eclosão da Guerra do Paraguai.

5.2. O abolicionismo e o republicanismo

Numa sociedade escravista, a preocupação das elites com relação às tensões e rebeliões de pessoas escravizadas convivia com a expansão do próprio emprego da escravidão como base na produção econômica. O contrário, no entanto, não é necessariamente verdadeiro. A proibição do tráfico de pessoas escravizadas em 1850 com a Lei Eusébio de Queirós colocou em xeque as possibilidades de manutenção da ordem escravista no Brasil imperial, uma vez que a reprodução natural dos escravizados não era suficiente para suprir a demanda por mão de obra nos latifúndios e nas cidades. Os custos de manutenção e controle da população escravizada também se elevaram nesse período, e, embora a historiografia dê conta de uma intensificação do tráfico interno de escravizados das cidades e mesmo dos latifúndios nordestinos para as regiões cafeeicultoras (o Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro,

e sobretudo o oeste paulista), a gestão de mão de obra livre e imigrante era comparativamente mais rentável para os grandes fazendeiros. Os limites à expansão da escravidão conviveram com a intensificação de movimentos populares e intelectuais em torno do abolicionismo.

Nas décadas de 1860 e 1870, o sentimento antimonarquista começou a se entrelaçar com anseios republicanos e com a temática da abolição da escravidão. Surgiram, no mesmo período, o **Partido Republicano** e uma série de associações antiescravistas, como a Sociedade de Libertação no Rio de Janeiro e a Sociedade Emancipadora do Elemento Servil. Também a partir dos anos 1870, após intensos embates entre setores liberais e latifundiários escravistas (sobretudo das propriedades da Região Nordeste), iniciou-se a aprovação gradual de legislações e medidas favoráveis à abolição do sistema escravista no país. A **Lei do Ventre Livre** (1871) foi uma reforma adotada pelo governo imperial que visava acalmar os ânimos da campanha abolicionista e impedir a eclosão de uma grande rebelião de escravizados ou, ainda, uma guerra civil semelhante à que ocorrera nos EUA nos anos 1860 (e que culminou com a abolição geral da escravidão no país).

O **movimento abolicionista** constituiu-se em uma grande rede de apoio e solidariedade entre escravizados, negros libertos e pessoas brancas que condenavam a instituição escravista. Desde que a escravidão foi implementada no Brasil, existiu abolicionismo; contudo, foi a partir dos anos 1870 que ele se transformou em ativismo político e social com ideário forte e simbolismo marcante: por exemplo, utilizar uma flor de camélia no paletó, ou outra peça de roupa, e mesmo cultivá-la em casa era sinal de adesão à causa. Os abolicionistas empenharam-se na construção de laços de cooperação: apadrinhamentos e casamentos; fortalecimento das irmandades religiosas negras; negociações jurídicas de alforrias e melhores condições de trabalho. Os quilombos multiplicaram-se no último quartel do século XIX e ganharam forte apoio logístico e financeiro de abolicionistas. As rebeliões, os motins e outras expressões de insubmissão também contavam com o apoio desse grupo, que muitas vezes acobertava fugas e acolhia escravizados fugitivos. No final da década de 1880, o abolicionismo era ideia popular e disseminada nas grandes capitais, onde foi comum a ocorrência de passeatas, procissões e outras manifestações artísticas e populares favoráveis ao fim da escravidão.

Os políticos e intelectuais adeptos ao movimento abolicionista dividiam-se em duas correntes, uma mais moderada, favorável ao gradualismo e ao pagamento de indenizações aos escravocratas, e outra radical.

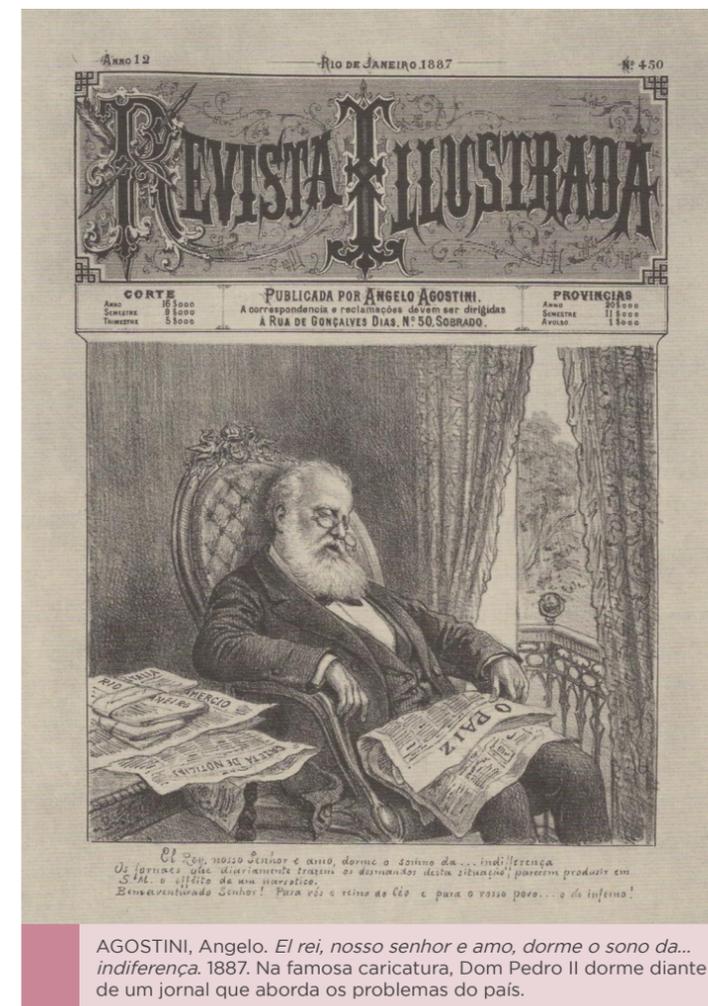
Os adeptos da corrente radical eram contrários a todo tipo de “reformismo” e exigiam a abolição imediata e sem compensação financeira do Estado para os escravistas; demandavam também reparações para os escravizados, pois compreendiam que o fim da escravidão não eliminaria a desigualdade econômica e social já existente, e poderia, ainda, dar margem para outras formas de submissão, como o trabalho servil, os endividamentos e as trocas de favores. Entre os abolicionistas radicais, destacam-se Silva Jardim, José do Patrocínio, Antônio Bento e Luís Gama.



Fotografia de Luís Gama. [ca. 1880]. O discurso engajado do líder abolicionista brasileiro repercutiu no meio jurídico, na imprensa e literatura do período.

Nascido livre na Bahia, **Luís Gama** foi escravizado quando criança e, após aprender a ler e escrever no cativeiro, conseguiu provar que era liberto. Estudou intensamente a literatura jurídica do período e tornou-se advogado **autodidata** (o que era permitido à época), tendo defendido gratuitamente diversas pessoas escravizadas em várias províncias. Estima-se que Gama tenha auxiliado centenas de pessoas a conquistarem a alforria judicialmente. Na imprensa, denunciava violações das leis, sentenças injustas e erros cometidos por magistrados; na literatura, produziu poemas que criticavam o sistema escravista e evocavam a sua negritude. Sua morte em 1882 gerou grande comoção popular, com uma multidão de pessoas das mais variadas classes sociais acompanhando o cortejo fúnebre.

Assim como Gama, diversos abolicionistas e republicanos eram extremamente ativos na imprensa; por meio de artigos, panfletos, pasquins e ilustrações, esses grupos criticavam e ridicularizavam o monarca e a sua falta de habilidade para contornar as graves crises que acometiam o Império. D. Pedro II recebeu várias alcunhas nesse período, tais como “Pedro Banana”, e era constantemente representado como um homem velho, de barba comprida, cansado e sonolento, ou até como um fantoche nas mãos de seus conselheiros. O italiano **Angelo Agostini** foi um dos caricaturistas mais relevantes e atuantes na imprensa desse período; em 1876, ele fundou a *Revista Ilustrada*, periódico engajado na campanha abolicionista, republicana e anticlerical. Em uma sociedade de maioria analfabeta, as caricaturas de Agostini e outros periodistas eram de extrema relevância para a difusão das críticas ao governo.



AGOSTINI, Angelo. *El rei, nosso senhor e amo, dorme o sono da... indiferença*. 1887. Na famosa caricatura, Dom Pedro II dorme diante de um jornal que aborda os problemas do país.

O **movimento republicano** era composto, em sua maioria, por membros de uma elite intelectual urbana, grandes comerciantes, profissionais liberais e fazendeiros de café oriundos do Partido Liberal. Essa causa ganhou adeptos em todo o país, sobretudo nas províncias de São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco. De modo geral, os republicanos simpatizavam com as ideias federalistas e criticavam o excesso de centralização política e administrativa do Segundo Reinado, mas havia diferentes correntes de pensamento no interior do movimento. De acordo com o historiador José Murilo de Carvalho:

“[...] Havia [...] pelo menos três modelos de república à disposição dos republicanos brasileiros. Dois deles, o americano e positivista, embora partindo de premissas totalmente distintas, acabavam dando ênfase a aspectos de organização do poder. O terceiro colocava a intervenção popular como fundamento do novo regime, desdenhando os aspectos de institucionalização. [...]”

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1990. p. 22. [Fragmento]

Nessa lógica, os proprietários rurais defendiam o modelo estadunidense, mais liberal, individualista e focado no federalismo e em interesses particulares. Esse modelo foi em boa parte adotado após a Proclamação da República, em 1889. Já o modelo positivista de república ganhou a atração dos militares, interessados nos aspectos de organização social e medidas disciplinadoras permitidos por esse sistema político. Por fim, para os republicanos dos ambientes urbanos, alinhados a outras pautas sociais, como o abolicionismo, o modelo mais popular de governo seria o mais adequado para a superação de todos os elementos do regime anterior que sobreviviam na política brasileira. Aqui, é necessário fazer uma ressalva: nem todo republicano era, necessariamente, um abolicionista. Embora houvesse essa associação, sobretudo entre a intelectualidade, muitos republicanos eram latifundiários que empregavam mão de obra escravizada em suas propriedades e viam na abolição um grande prejuízo econômico; outros até apoiavam as leis abolicionistas, mas lutavam no Parlamento pela aprovação do pagamento de indenizações aos proprietários de acordo com os escravizados alforriados.

EXERCÍCIO DE APRENDIZAGEM

12 (UFU-MG) Considere o fragmento a seguir:

O nosso caráter, o nosso temperamento, a nossa organização toda, física, intelectual e moral, acha-se terrivelmente afetada pelas influências com que a escravidão passou trezentos anos a permear a sociedade brasileira. A empresa de anular essas tendências é superior, por certo, aos esforços de uma só geração, mas, enquanto essa obra não estiver concluída, o abolicionismo terá sempre razão de ser.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. 1883.

Nesse trecho, Joaquim Nabuco, um dos principais líderes abolicionistas da década de 1880, sugere que o fim da escravidão é necessário não apenas pela “barbaridade” que representa em relação aos cativos, mas por ser responsável por efeitos nefastos na sociedade, na política e na economia brasileira. Para o autor, não se impunha somente a necessidade de eliminar o cativo dos escravos, mas também de regenerar as influências da escravidão na sociedade brasileira. A respeito desse assunto, cite três efeitos (um na sociedade, um na política e um na economia) negativos que a escravidão, aos olhos dos abolicionistas, possa ter criado no Brasil ao longo de seus trezentos anos de existência.

5.3. Enfim, a República!



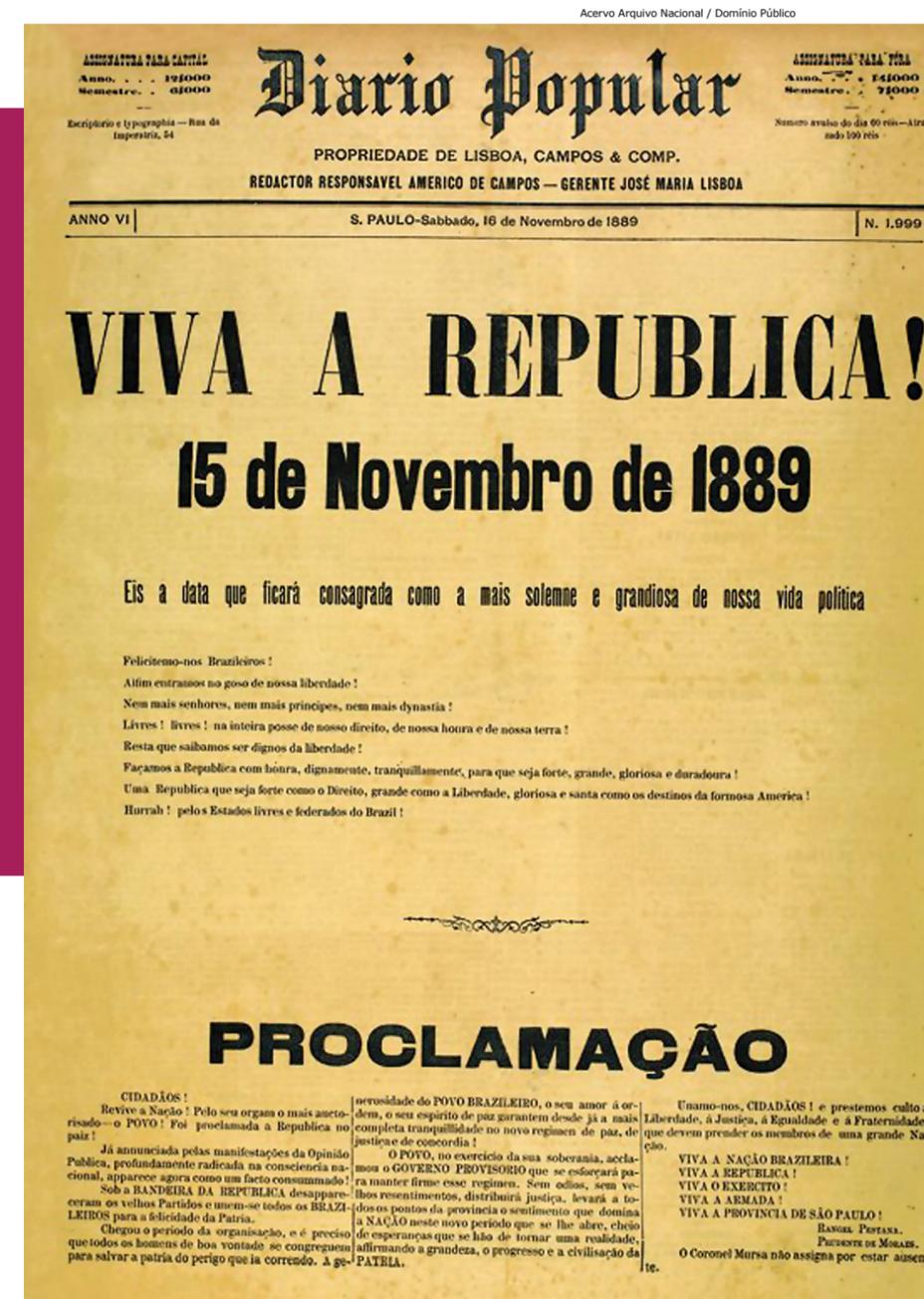
[...] O projeto republicano [...] vinha de encontro a uma ampliação importante do espaço público durante a década de 1880, que levou a ação política para fora do Parlamento. [...] O movimento intelectual também foi forte, já que criou uma nova linguagem, lançou mão da polêmica e atacou os três suportes do Império: o monarca, a religião e o romantismo. [...]

SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 316. [Fragmento]

A **Proclamação da República** em 15 de novembro de 1889 significou, obviamente, a derrota do sistema monárquico e de seus sustentáculos: o sistema escravista, a associação entre Igreja e Estado, a narrativa nacionalista elitista e centrada na nobreza. O contexto de crise econômica, política e social do fim de século deu margem à implantação de um novo sistema político no Brasil e marcou, também, o coroamento de um conjunto de ideias, símbolos e elementos culturais que são a marca do Mundo Contemporâneo ocidental: a modernização, o materialismo, o cientificismo e o evolucionismo.

Na época, a Proclamação foi compreendida pela população do Rio de Janeiro como um fenômeno militar desassociado do movimento republicano que vinha se fortalecendo desde a década de 1870. As disputas políticas a respeito dos verdadeiros protagonistas e em torno da construção de uma versão oficial do 15 de novembro perpetuou-se por todo o século XX e ainda impacta o meio político na atualidade: em 1889, grupos militaristas enfatizavam a liderança do Marechal **Deodoro da Fonseca** e a contribuição do então comandante Floriano Peixoto; enquanto os paulistas defendiam a atuação dos chamados republicanos históricos – Benjamin Constant, Quintino Bocaiuva e Francisco Glicério. Contudo, há um consenso inquestionável: o evento não contou com participação popular.

Diferentemente do ocorrido em outras nações americanas na época das Independências, a adoção da república no Brasil não foi um processo revolucionário. Ela envolveu poucos atores políticos, uma mínima movimentação nas ruas e, mais importante, pouco alterou na estrutura social e econômica brasileira. Assim como em outras transições políticas na história do país, era do interesse dos grupos envolvidos e das elites que o processo ocorresse de forma controlada, sem abrir margem para demandas sociais ou rebeliões populares. Além disso, para alguns historiadores, havia um problema de ordem cultural e identitário que impediria uma revolução republicana: apesar da promoção da unidade política e territorial do Brasil ao longo do Período Imperial, não era de fato difundido no país o sentimento de comunidade ou a ideia de pertencimento a uma única nação. O projeto nacionalista imperial dialogava apenas com as elites e com a camada social branca e livre, negligenciando a população pobre e tendo sido limitado pela presença da escravidão. Assim, surgiu a interpretação de que a República no Brasil teria nascido sem cidadãos; nesse sentido, a construção da nacionalidade continuou sendo um projeto de governo na República, que mobilizou toda uma geração de intelectuais na virada do século para reformular as bases da identidade nacional brasileira.



Capa do jornal *Diário Popular*, edição de 16 de novembro de 1889. O periódico identifica a data da proclamação como a mais solene e grandiosa da vida política brasileira.

DÁ O QUE PENSAR

Memórias da Abolição

Em 1890, após a abolição da escravatura e com a República em fase de implementação, o ministro da Fazenda, Rui Barbosa, ordenou a coleta e a incineração de todos os documentos, papéis, livros de matrícula e registros fiscais relativos à escravidão. A queima desses documentos já havia sido proposta por Joaquim Nabuco na Câmara dos Deputados, em 1888, logo após a Lei Áurea, e foi efetivada em 13 de maio de 1891. A respeito desse tema, leia os textos a seguir:



Texto I

[...] É corrente a versão segundo a qual Ruy teve como motivo para a queima dos arquivos erradicar uma “mancha” na nossa História, a saber, a escravidão. É preciso lembrar que um intelectual como Ruy Barbosa jamais seria ingênuo a ponto de acreditar que a destruição física de documentos depositados no Ministério da Fazenda fosse suficiente para apagar da memória nacional quatro séculos de escravidão. Ruy Barbosa buscava evitar que uma campanha indenizatória movida por ex-senhores de escravos pudesse vir a ser bem-sucedida, tendo como documentos probatórios os registros fiscais do Ministério da Fazenda. [...]



J Branyni / Getty Images

ASSEMBLEIA Legislativa do Estado. *Catálogo de obras de Ruy Barbosa*: Coleção Macedo Soares. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado, 2003. p. 21. [Fragmento]

Texto II

[...] A ideia de queima de arquivos, ao afirmar a finalidade de “impedir a indenização”, oculta a dimensão decisiva do modo como o direito reproduz práticas racistas no Brasil. O debate sobre as indenizações necessita ser inserido na política de escravização e supremacia racial do século XIX. [...] A promulgação de leis e de acordos internacionais não pode ser identificada nem com o começo ou o fim da escravidão. [...] De modo direto, a ideia de que a queima iria evitar uma demanda por indenização parece supor que a escravidão no Brasil deixou de existir como fenômeno social de relevância no dia da promulgação da Lei Áurea. [...]

DUARTE, Evandro Piza; CARVALHO NETO, Menelick de; SCOTTI, Guilherme. Ruy Barbosa e a queima dos arquivos: as lutas pela memória da escravidão e os discursos dos juristas. *Universitas Jus*, v. 26, n. 2, p. 31-34, 2015. [Fragmento]

Tendo como suporte as ideias dos textos I e II, responda às seguintes perguntas:

1. A intenção de incineração dos documentos relativos à escravidão era dificultar as indenizações. Em relação à pesquisa científica, quais as consequências da queima de documentos oficiais sobre a escravidão?
2. Você acredita que a destruição desses documentos conseguiu apagar a mácula que os anos de escravidão trouxe para o país? Pense na atualidade, nas dimensões e nas consequências da escravidão.
3. Para finalizar, compartilhe suas respostas com a turma em uma roda de conversa.

FECHA COMIGO

Ao longo do capítulo, você conheceu alguns temas que envolveram o período em que o sistema político imperial vigorava no país. Para consolidar seus estudos e organizar visualmente os assuntos trabalhados no capítulo, construa diferentes linhas do tempo e insira os eventos históricos pertinentes a temáticas específicas: por exemplo, processos que denotam o avanço do federalismo no Brasil; acontecimentos relacionados à luta abolicionista ao longo do Império; demonstrações de participação popular no Período Imperial. Você perceberá que diversos eventos estarão presentes em mais de uma linha do tempo, o que demonstra que as tensões políticas, sociais, culturais e econômicas se entrecruzaram na história do Império brasileiro.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

- 01** (EBMSP–2023) Em uma tentativa de apaziguar os ânimos dos brasileiros, Pedro de Alcântara partiu em viagem a São Paulo, deixando Maria Leopoldina no Palácio Imperial como regente interina. Ao receber uma ordem expressa da Coroa Portuguesa exigindo o retorno imediato de Dom Pedro a Portugal, Leopoldina junto a um Conselho de Ministros declarou a Independência do Brasil que posteriormente foi ratificada pelo regente.



Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticias-diversidade>. Acesso em: set. 2022.

O fato de a história oficial apontar D. Pedro I como o patrono da Independência do Brasil, ocultando a participação da Princesa Leopoldina neste processo, pode ser creditado

- A. ao desempenho irrelevante e pouco participativo que as mulheres exercem no processo histórico brasileiro.
- B. ao papel no qual as mulheres preferem se colocar de “rainha do lar”, dona de casa e cuidadora da educação dos filhos.
- C. à anulação histórica e sistemática das mulheres ao longo do desenrolar da história do Brasil.
- D. à alienação política feminina e ao desinteresse pelas questões mais complexas que envolvam a formação sociopolítica do país.
- E. à opção das mulheres pela educação doméstica, que as colocam alheias aos processos políticos e sociais.

- 02** (ONHB)



Legenda: Avante, “Nação” campo-maiorense! Unidos humilharemos as tropas de Fidié! Mirem-se no exemplo daqueles homens de Esparta! Vão lá que eu fico aqui esperando...

FELIX, Rubens. 2007.

Sobre a charge (2007) e sobre a Batalha do Jenipapo (1823), é possível afirmar:

- A. A charge utiliza a metáfora de Esparta, cidade-estado grega conhecida pelo militarismo e pela força de sua oligarquia, para comparar a luta de piauienses, cearenses e maranhenses às Guerras Púnicas.
- B. A charge, elaborada no século XXI, apresenta uma narrativa visual para o evento ocorrido em 13 de março de 1823, no vilarejo de Campo Maior, no Piauí.
- C. Portugal lutava para manter os territórios ao norte do país unificados e sob seu controle; a charge ironiza o sentimento nacionalista da batalha que foi motivada pela manutenção do poder econômico das elites latifundiárias do Piauí.
- D. A batalha contou com a participação de uma população sertaneja lutando com foices, enxadas e pedaços de pau contra as tropas portuguesas lideradas pelo major Fidié, em um dos conflitos mais sangrentos do pós-Independência.

03 (EBMSP) A expressão “Independência do Brasil na Bahia” diz respeito

- à chegada da Corte portuguesa em Salvador em 1808, oportunidade em que foi elevado o Brasil à condição de Reino Unido a Portugal.
- à expulsão definitiva das tropas portuguesas do Brasil, em decorrência da articulação entre Câmaras municipais do recôncavo da Bahia, da participação das classes populares e da ação militar de tropas formadas por voluntários nordestinos.
- à presença do imperador D. Pedro I, em Salvador, após a Proclamação da Independência, onde comandou a resistência local contra as tropas portuguesas.
- às batalhas travadas entre tropas nacionalistas e tropas portuguesas em todo o território do estado da Bahia, especialmente em áreas da Chapada Diamantina e do litoral sul da Bahia.
- à incorporação da Capitania da Bahia ao Estado monárquico brasileiro, em decorrência de acordo firmado entre deputados baianos que participaram das Cortes portuguesas e o Brasil independente.

04 (PUC Minas–2019) Na década de 1830, no Rio de Janeiro, jornais como *O Mulato* (antes *O Homem de Cor*), *Brasileiro Pardo*, *O Cabrito*, *O Crioulinho* e *O Lafuente* proclamavam a igualdade de direitos entre os cidadãos brasileiros independentemente da cor. Destaca-se assim a questão do racismo nas discussões, muito antes da abolição da escravidão em 1888. Com relação aos jornais, é correto afirmar:

- A existência deles reflete a presença de um movimento negro já em ação na luta por direitos e cidadania para os libertos, mesmo que deslocada da luta pelo fim do escravismo.
- A questão da raça passa a ser uma novidade no mundo e no Brasil, deslocada da discussão dos direitos, e visa afirmar que os negros coexistem com brancos na sociedade brasileira.
- Indicam assim que os negros tiveram uma atuação política e social para a derrocada da escravidão e a vitória da liberdade: os negros em defesa de escravos de origem africana.
- Estão associados à promulgação da Lei de 1831, a primeira a proibir o tráfico de escravos (ou “lei para inglês ver”), que efetivamente reduziu a entrada de escravos negros no Brasil.

05 (UFES) O banco que financiou a Independência, o Rothschild, é o mais antigo banco de investimentos do mundo [...]. Foram os Rothschild que deram o primeiro financiamento ao Brasil independente, em 1825.

O Globo, 21 set. 1998.

O texto refere-se à dívida externa do Brasil no Primeiro Reinado, contraída com banqueiros ingleses, quase sempre com a casa Rothschild.

O Brasil começava sua história como país independente, acumulando dívidas com banqueiros internacionais, situação ligada, entre outras, à(ao)

- legislação que visava à contenção das importações de supérfluos, o que causava prejuízos aos comerciantes.
- redução do tráfico de escravos no Brasil, especialmente para o Nordeste, em troca do direito de os comerciantes brasileiros abastecerem com exclusividade algumas colônias inglesas, fato que endividava o país.
- acordo sobre compensações, que previa o pagamento a Portugal de uma indenização em libras esterlinas em troca do reconhecimento da independência do Brasil.
- rompimento de relações diplomáticas e comerciais com os Estados Unidos, que não concordaram com as taxas alfandegárias, medida que resultou na diminuição da receita tributária do país
- aumento do *deficit* público causado pelas despesas com a defesa das fronteiras brasileiras, devido às rivalidades políticas com a França.

06 (UEPA) Todas as medidas que estão ao alcance da Junta Provisória se tem tomado; sentimos não podermos afirmar que a tranquilidade está inteiramente restabelecida, porque ainda temos a temer principalmente a gente de cor, pois quase muitos negros e mulatos foram vistos no saque e envolta com os soldados; e os infelizes que se mataram a bordo do navio entre outras vezes sediosas deram vivas ao Rei Congo – o que faz supor alguma combinação de soldados e negros.

Ofício n. 22. 23 out. 1823. In: A Junta Provisória e a Independência, Conselho Federal de Cultura, RJ. 1974. p. 37 *apud*. COSTA, João Lúcio Mazzini da. *Rei Congo*. Belém: Produção Independente, 2004.

A descrição do texto relaciona-se ao processo de formação do Império Brasileiro. Nesse contexto, é correto afirmar que no Grão-Pará:

- as investidas da Coroa Portuguesa em defesa de D. Pedro I motivaram a aliança de soldados e de negros na luta pela incorporação do Grão-Pará ao nascente Império Brasileiro.
- a presença inglesa a serviço do Império Brasileiro na capital da Província denotava a associação dos comerciantes em defesa à expansão do capitalismo inglês na Província.
- a presença de negros e mulatos apoiando os soldados no episódio do Brigue Palhaço contribuiu para a rápida incorporação da Província ao nascente Estado brasileiro.
- a reação popular contra a imposição dos soldados que serviam ao imperador na Província paraense encontrou apoio por parte da população pobre que desejava a autonomia política.
- o processo encontrou resistências tanto da população mais pobre como negros e mulatos, quanto das camadas mais abastadas, temerosas pelas mudanças que ocorreriam com a adesão.

07 (FGV-SP–2022) Beneficiados pela aquisição de capacidade tributária, legislativa e coercitiva, os grupos regionais acabaram por aceitar, em certo grau, os novos padrões de comportamento político impostos pelo Estado. Fosse para atender a demandas específicas da região como, por exemplo, a necessidade de estradas, fosse para satisfazer anseios generalizados, [...] os grupos regionais acabaram envolvendo-se de fato na construção do Estado nacional.

DOLHNIKOFF, Miriam. Elites regionais e a construção do Estado nacional. In: JANCÓS, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. 2003.

O texto menciona as relações entre os grupos sociais das províncias com o poder monárquico brasileiro ao longo do século XIX, acentuando

- a distribuição conveniente de poderes entre membros de uma elite escravista.
- a natureza opressiva do poder central sobre os políticos provinciais.
- a manutenção do equilíbrio político devido ao uso comedido do poder moderador.
- a predominância do direito costumeiro nos vínculos políticos interprovinciais.
- a extensão às províncias do direito de constituição de governos autônomos.

08 (EBMSP–2019) Acharam a cidade baixa em uma perfeita anarquia; toda casa de português era arrombada e toda a família vítima do furor, todas as vendas e armazéns eram igualmente arrombados, tiradas as torneiras das pipas de todos os líquidos, quebradas as prateleiras, rasgadas e jogadas à rua todas as fazendas e mortos os donos ou caixeiros que eram achados.

REIS, João J. *Rebelião escrava no Brasil*. São Paulo: Brasiliense. p. 45 (Adaptação).

Os manifestantes cantavam



ANDRADE, Maria José; TEIXEIRA, Marii. *Bahia, onde começou o Brasil*. Salvador: IRDEB, 1988. p. 76.

As cenas descritas no texto e na charge relacionam-se aos conflitos ocorridos na cidade de Salvador, em 1831, denominados como “mata maroto”, que então expressavam

- o protesto contra a presença de comerciantes ingleses na Bahia que, por serem protestantes em sua maioria, eram acusados de hereges e inimigos do país.
- as práticas de perseguição aos escravos negros, fugitivos de propriedades rurais, e que procuravam refúgio em cortiços das áreas comerciais na cidade de Salvador.
- o incentivo à caça aos remanescentes de soldados ingleses e franceses que lutaram ao lado das tropas lusitanas para impedir o abastecimento da cidade de Salvador.
- o sentimento de antilusitanismo das camadas populares ao acusarem os comerciantes portugueses de serem responsáveis pelos altos preços dos gêneros do comércio varejista.
- as ações de proteção dadas pelas comunidades pobres da periferia da cidade de Salvador aos soldados brasileiros que lutavam contra os portugueses pela independência do Brasil.

09 (UFPI) Observe o seguinte depoimento:

[...] Nasci e me criei no tempo da regência e nesse tempo o Brasil vivia, por assim dizer, muito mais na praça pública do que mesmo no lar doméstico.

ROCHA, Justiniano José da.

Partindo do comentário apresentado, é correto afirmar que

- a constante afluência às ruas resultava do crescimento comercial, registrado durante a Regência, nas principais cidades do país.
- a influência italiana nos usos e costumes da sociedade do Rio de Janeiro modificou a tradição da vida reclusa às residências.
- a ociosidade da nobreza brasileira estimulava a valorização dos passeios constantes nas ruas e praças do Rio de Janeiro.
- a turbulência política desse período se fazia presente através das revoltas e manifestações populares nas ruas da Capital do Brasil.
- o comércio ambulante, a cargo de escravos que eram transferidos do setor rural para as cidades, complementava a renda de seus senhores de engenhos.

10 (FGV-SP) A partir da década de 1970, ganhou espaço a interpretação de que o imperialismo inglês foi a causa da Guerra do Paraguai, deflagrada em dezembro de 1864. Segundo essa vertente, o trono britânico teria utilizado o Império do Brasil, a Argentina e o Uruguai para destruir um suposto modelo de desenvolvimento paraguaio, industrializante, autônomo, que não se submetia aos mandos e desmandos da potência de então. Estudos desenvolvidos a partir da década de 1980, porém, revelam um panorama bastante distinto.

DORATIOTO, Francisco. Paraguai: guerra maldita. In: FIGUEIREDO, Luciano. *História do Brasil para ocupados*. 2013 (Adaptação).

Os novos estudos sobre a Guerra do Paraguai

- questionam a superioridade militar da aliança entre Argentina, Brasil e Uruguai e consideram que a vitória dessas nações derivou mais de algumas circunstâncias favoráveis do que da competência bélica.
- apontam para o expansionismo territorial do Império do Brasil como o principal causador dessa guerra, como pode ser verificado por meio das pretensões brasileiras por territórios divisos com o Paraguai e a Argentina.
- atribuem a responsabilidade do conflito aos quatro países envolvidos, que estavam em um momento particular de suas histórias, porque se encontravam em meio aos processos de construção e consolidação dos Estados Nacionais.

- demonstram como a inabilidade diplomática das nações envolvidas provocou uma guerra prolongada e muito cara, que, em última instância, gerou forte dependência econômica da região durante o resto do século XIX.
- realçam a importância do Uruguai e da Argentina como provocadores desse conflito regional porque defendiam que a navegação do estuário do Prata fosse exclusividade dessas nações, trazendo imediato prejuízo à Inglaterra.

11 (UnB-DF) Observe a imagem a seguir:



AMOÊDO, Rodolpho. *Marabá*. 1882. Óleo sobre tela, 151,5 cm x 200,5 cm. Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro.

Julgue os itens em verdadeiro (V) ou falso (F).

- No século XIX, logo após a Independência política, as elites brasileiras pretendiam consagrar, no imaginário coletivo, heróis e narrativas fundadoras capazes de promover a unidade do país, projeto do qual o indianismo fez parte.
- No Brasil do século XIX, especialmente no Período Regencial e no Segundo Reinado, a preocupação em se construir uma identidade nacional teve como símbolo expressivo, entre outros, a criação de instituições, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Colégio Pedro II.

12 (UEG-GO) O processo de formação do Estado Nacional, no Brasil, caracterizou-se por períodos de confronto e de estabilidade, ao longo do século XIX. Sobre este assunto, julgue a validade das proposições a seguir:

- A instauração da República no Brasil, em 1889, representou a reacomodação dos grupos dominantes em torno das instituições públicas, de forma que a primeira Constituição republicana ampliou a autonomia dos estados da Federação, estabelecendo as bases de sustentação da oligarquia.

- A emancipação do Brasil, em 1822, alterou tanto as estruturas econômicas quanto as estruturas jurídicas, como se percebe na Constituição de 1824, em que a participação política do povo foi ampliada significativamente através do voto masculino universal.
- As revoltas populares do Período Regencial expressaram a superação das distinções regionais e a vitória do projeto da unidade territorial, baseado na centralização do poder e na submissão das lideranças regionais aos interesses da Regência.

Assinale a alternativa correta:

- Apenas a proposição I é verdadeira.
- Apenas a proposição II é verdadeira.
- Apenas a proposição III é verdadeira.
- Nenhuma das proposições é verdadeira.

13 (UECE) E ter a qualidade de cidadão brasileiro é, sim, ter uma denominação honorífica, mas que só dá direitos cívicos e não direitos políticos. Situação semelhante acontecia mesmo em países como Inglaterra, França e Estados Unidos, em que boa parte da população não possuía direitos políticos.

GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 112-115.

Em relação aos direitos políticos dos brasileiros na primeira metade do século XIX, são feitas as seguintes afirmações:

- Ser cidadão numa sociedade escravocrata era uma distinção almejada, mesmo que ela não trouxesse consigo direitos políticos.
- O significado corrente da expressão "direitos cívicos" era de reconhecer, por exemplo, a denominação honorífica de escravos e libertos que haviam lutado por alguma causa benéfica ao Brasil.
- A segurança pública estava relacionada à proteção dos cidadãos, por isso a dificuldade de muitos em considerar os libertos como cidadãos de fato.

Sobre as três afirmações anteriores, assinale o correto.

- Todas são verdadeiras.
- Apenas a I e a III são falsas.
- Apenas a I e a II são falsas.
- Apenas a II e a III são falsas.

14 (UFJF-MG-2019) O texto seguinte explica a maneira como os indígenas foram tratados ao longo da história do Brasil:

Ao analisar as políticas indigenistas no Brasil, o teólogo e historiador José Oscar Beozzo apontou para uma mudança na função dos aldeamentos no século XIX. Nos séculos XVI e XVII "o índio é o 'gentio' que se contrapõe ao cristão. A missão é mais evangelizadora. Já no século XIX o índio é o 'selvagem', e a missão católica ganha um conteúdo mais político que religioso, ou seja, pretendia-se a civilização à evangelização", o que, para o autor, implicou o deslocamento do centro dos conflitos em torno da mão de obra indígena para as suas terras. Entendendo também que houve uma relação direta entre a questão das terras e a política indigenista no século XIX, especialmente com a promulgação da Lei de Terras de 1850, a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha enfatiza que "a questão indígena deixou de ser essencialmente uma questão de mão de obra para se tornar uma questão de terras".

OLIVEIRA, Tatiana Gonçalves. *O aldeamento dos índios de Itambacuri e a política indigenista na província de Minas Gerais (1873-1889)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFJF, 2016 (Adaptação).

O texto explicita que, no século XIX,

- buscava-se a conversão dos indígenas para que estes se tornassem cristãos.
- pensava-se em inserir os índios na sociedade para que estes tivessem direitos políticos.
- planejava-se um programa de escolarização para que os índios deixassem de ser violentos.
- pretendia-se controlar os índios para que se pudesse dominar suas terras.
- visava-se perseguir e capturar os índios para que estes trabalhassem como escravizados.

15 (Enem) O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) reuniu historiadores, romancistas, poetas, administradores públicos e políticos em torno da investigação a respeito do caráter brasileiro. Em certo sentido, a estrutura dessa instituição, pelo menos como projeto, reproduzia o modelo centralizador imperial. Assim, enquanto na Corte localizava-se a sede, nas províncias deveria haver os respectivos institutos e relatos regionais para a capital.

DEL PRIORE, M.; VENÂNCIO, R. *Uma breve história do Brasil*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010 (Adaptação).

De acordo com o texto, durante o reinado de D. Pedro II, o referido instituto objetivava

- construir uma narrativa de nação.
- debater as desigualdades sociais.
- combater as injustiças coloniais.
- defender a retórica do abolicionismo.
- evidenciar uma diversidade étnica.

16 (ESPM-SP)



MEIRELLES, Victor. *Moema*.

I-Juca-Pirama

No meio das tabas de amenos verdores,
Cercado de troncos – coberto de flores,
Alteiam-se os tetos d’altiva nação;
São muitos seus filhos, e nos ânimos fortes,
Temíveis na guerra, que em densas coortes
Assombram das matas a imensa extensão.

São rudos, severos, sedentos de glória,
Já prélios incitam, já cantam vitória,
Já meigos atendem à voz do cantor:
São todos Timbiras, guerreiros valentes!
Seu nome lá voa na boca das gentes,
Condão de prodígios, de glória e terror!

DIAS, Gonçalves.

Fundado pelo regente Araújo Lima, o Instituto Histórico e Geográfico contou com intenso apoio de D. Pedro II, que presidiu mais de 500 de suas sessões. Empenhado na construção da “identidade nacional”, o Instituto Histórico e Geográfico, sob a influência do Romantismo europeu, criou na poesia, na pintura, na literatura de ficção um mito a que se deu o nome de

- A. bandeirismo. C. ascetismo. E. indianismo.
- B. medievalismo. D. tropicalismo.

17 (UFJF-MG) O fotógrafo português Cristiano Junior retratou os tipos de trabalhadores característicos das ruas da Corte do Rio de Janeiro, ao longo do século XIX.

Documento 1



CRISTIANO JÚNIOR. *Diversos tipos de trabalhadores das ruas*. Museu Histórico Nacional. Disponível em: <https://goo.gl/DyyNWp>.

Documento 2

Em 18 de janeiro de 1858, a Câmara Municipal de Três Pontas enviava o seguinte ofício ao Presidente da Província de Minas Gerais: “A falta de braços ocasionada pela morte dos escravos tem também influído consideravelmente para a diminuição da produção porque o agricultor não acha meios de os substituir em razão de o pequeno número de trabalhadores livres que existe neste município achar um salário maior do que aquele que razoavelmente se pode pagar para cultivar a terra, na condução de gado, porcos e tropas para o mercado da Corte [...]”.

MARTINS, Marcos Lobato. O debate sobre trabalho escravo, abolicionismo e trabalho livre no Sul de Minas (décadas de 1870- 1880). *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 19, n. 28, p. 208-235, dez. 2012 (Adaptação).

Utilizando as informações presentes nos documentos anteriores, e seus conhecimentos sobre a sociedade e o mundo do trabalho no Brasil do Segundo Reinado, assinale a alternativa correta.

- A. Os melhores salários eram pagos para os que atuavam no trabalho agrícola sendo grande a migração das cidades para as áreas rurais.
- B. Na maioria das cidades brasileiras do século XIX conviviam trabalhadores livres e escravos, que podiam exercer atividades distintas.
- C. As mulheres negras, escravas ou não, eram proibidas de exercer ofícios fora das casas.
- D. A mão de obra assalariada só pôde ser adotada no Brasil após a abolição da escravidão.
- E. O trabalho de crianças, fossem elas livres ou escravas, era proibido por lei e regulamentado pelo Estado.

EXERCÍCIOS DISCURSIVOS

01 (FUVEST-SP) O papel da imprensa, como agente histórico, foi decisivo para a Independência do Brasil na medida em que significou e ampliou espaços de liberdade de expressão e de debate político, que formaram e interferiram no quadro da separação de Portugal e de início da edificação da ordem nacional. A palavra impressa no próprio território do Brasil era então uma novidade que circulava e ajudava a delinear identidades culturais e políticas e constituiu-se em significativo mecanismo de interferência, com suas singularidades e interligada a outras dimensões daquela sociedade que aliava permanências e mutações.

MOREL, Marco. *Independência no papel: a imprensa periódica*. JANCSÓ, I. (org.). *Independência: história e historiografia* (Adaptação).

- A. Explique por que a imprensa pode ser considerada “uma novidade” no Brasil à época da Independência.
- B. O texto se refere a “outras dimensões daquela sociedade que aliava permanências e mutações”. Dê dois exemplos dessas dimensões, relacionando-as com o “início da edificação da ordem nacional” no Brasil da época da Independência.

02 (UFRJ) Convoquei extraordinariamente esta assembleia por dois motivos: o primeiro, a inesperada notícia de que estavam a chegar tropas estrangeiras de emigrados portugueses que vinham buscar asilo neste Império; o segundo, os negócios da fazenda em geral, e com especialidade o arranjo do Banco do Brasil, que até agora não tem obtido desta assembleia medidas eficazes e salutares. O primeiro cessou, o segundo existe, e muito lamento ter a necessidade de o recomendar pela quarta vez a esta assembleia. Claro é a todas as luzes o estado miserável a que se acha reduzido o tesouro público, e muito sinto prognosticar que, nesta sessão extraordinária, e no decurso da ordinária, a assembleia, a despeito das minhas reiteradas recomendações, não arranja negócio de tanta monta, desastroso deve ser o futuro que nos aguarda.

D. PEDRO I. Fala do Trono na abertura da Assembleia Geral Extraordinária de 2 de abril de 1829, *In: Falas do trono*. Brasília: INL/MEC, 1977. p. 114.

O Banco do Brasil havia sido criado pelo príncipe regente D. João, em 1808. A despeito das exortações de D. Pedro I, foi decretada a falência do banco no ano de 1829. Este foi um dos aspectos da crise que levou ao fim o Primeiro Reinado. Explique um outro aspecto econômico e um aspecto político da crise que levou à abdicação de D. Pedro I, em 1831.

03 (UEMA) Após a emancipação política do Brasil, a nova nação independente buscava a afirmação da sua identidade por meio de uma representação simbólica de sua nacionalidade.



Considerando a representação contida na escultura histórica anterior, relacione a escolha do indígena, por parte da elite política e intelectual, como legítimo representante simbólico da nacionalidade brasileira, com a construção do projeto de identidade nacional no século XIX.

04 (UEL-PR-2020) Leia o texto e observe a imagem a seguir:

O fato é que a imagem pública de D. Pedro viajava por meio de seus objetos e de suas coleções. E desse conjunto de coleções talvez a mais emblemática seja aquela que constou no seu “museu” e que acabou ganhando vida, em separado. [...] Não por coincidência, nesse mesmo momento o monarca fazia todo um projeto em que elevava sua imagem, como grande representante desta nação. E era por meio das artes, da ciência, da educação, da história ou da geografia que o monarca fazia jus à ideia de que centralizava a nação. [...] Tendo em mente essa representação de Pedro II, cunhada pessoal e publicamente, pretendeu-se, pois, refletir sobre as coleções particulares do monarca – entre objetos de mineralogia, múmias ou fotografias – mas que eram também públicas, mostrando como, na verdade, essa divisão, no caso da realeza, pouco se verifica.

SCHWARCZ, Lília Moritz; DANTAS, Regina. O Museu do Imperador: quando colecionar é representar a nação. *Revista do IEB*, São Paulo, n. 46, p. 123-164, fev. 2008. [Fragmento]



Museu Nacional em 2 de setembro de 2018, onde estava depositada grande parte das coleções de D. Pedro II.

FOLHA DE LONDRINA.

Com base no texto e na imagem, responda aos itens a seguir:

- A. De acordo com o texto e os conhecimentos sobre o Brasil no século XIX, que imagem de si, como chefe da nação, D. Pedro II buscou projetar por meio de suas coleções? Cite, ao menos, dois elementos que justifiquem sua resposta.
- B. A partir das informações presentes no texto e com base na imagem, quais patrimônios históricos foram atingidos pelo incêndio que assolou o Museu Nacional em 2018? Cite, ao menos, dois exemplos.

05 (Unicamp-SP-2022) Luís Gonzaga Pinto da Gama (1830-1882) foi um abolicionista, orador, jornalista e escritor brasileiro. Nascido de mãe negra e pai branco, foi, contudo, escravizado aos 10 anos de idade e permaneceu analfabeto até os 17 anos. Conquistou judicialmente sua liberdade e atuou na advocacia em prol dos escravizados. Entre seus poemas, lê-se:
 Ciências e letras
 Não são para ti
 Pretinho da Costa
 Não é gente aqui.

Em 2015, a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo, concedeu-lhe o título de advogado. Em 2018, seu nome foi inscrito no Livro de Aço dos heróis nacionais, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves.

FERREIRA, Ligia Fonseca. Luiz Gama autor, leitor, editor: revisitando as Primeiras Trovas Burlescas de 1859 e 1861. *Estudos Avançados*, v. 33, n. 96, 2019 (Adaptação).

- A partir da leitura do texto e de suas reflexões,
- A. liste e explique dois aspectos da relação entre origem social e formas de acesso ao mundo das ciências e letras no período em que Gama atuou;
 - B. cite e analise dois significados, no contexto do Brasil do século XXI, da concessão do título de advogado a Luís Gama.

06 (UERJ) Gonçalves Dias é um dos principais representantes do Romantismo no Brasil, movimento contemporâneo ao processo de consolidação do Estado monárquico brasileiro e que forneceu elementos simbólicos para a construção da identidade nacional. Observe este fragmento de um de seus poemas:

Canção do Tamoio

Não chores, meu filho;
 Não chores, que a vida
 É luta renhida:
 Viver é lutar.
 A vida é combate,
 Que os fracos abate,
 Que os fortes, os bravos
 Só pode exaltar.
 [...]

E pois que és meu filho,
 Meus brios reveste;
 Tamoio nasceste,
 Valente serás.
 Sê duro guerreiro,
 Robusto, fragueiro,
 Brasão dos tamoios
 Na guerra e na paz.
 [...]

Porém se a fortuna,
 Traindo teus passos,
 Te arroja nos laços
 Do inimigo falaz!
 Na última hora
 Teus feitos memora,
 Tranquilo nos gestos,
 Impávido, audaz.
 [...]

GONÇALVES DIAS, Antônio.
 Disponível em: www.cin.ufpe.br.

Identifique, em "Canção do Tamoio", um elemento integrante da proposta de construção da identidade nacional brasileira. Justifique também a utilização desse elemento pelo movimento romântico.

07 (Unicamp-SP-2022) Durante muito tempo – e ainda hoje – despejou-se um discurso moralizante sobre os índios. Considerando os Aimorés, não se trata apenas de uma tribo nem de um mesmo grupo etnolinguístico; trata-se, antes, de uma denominação genérica que podia ser aplicada a vários grupos, em geral Tapuias. Neste rol de Tapuias, incluíam-se os que viriam a ser chamados de Botocudos durante o século XIX e Krenak no século XX.

Há uma carência de fontes escritas em relação a esses Aimorés. O nome foi a marca forte que os registros históricos deixaram sobre esses grupos indígenas. Essas nomeações não eram assumidas por eles, sendo uma identidade atribuída pelos adversários.

MOREL, Marco. *A saga dos Botocudos: guerra, imagens e resistência indígena*. São Paulo: Hucitec, 2018. p. 44-45 (Adaptação).

De acordo com a leitura do texto e seus conhecimentos, responda às questões.

- A. Identifique e explique a crítica feita pelo autor do texto ao processo de construção da identidade Aimoré.
- B. Explique a construção das identidades atribuídas pelo romantismo brasileiro aos indígenas no século XIX.

08 (Unicamp-SP-2022)



Transcrição da primeira legenda: "Mas também, quando a gente se lembra que eles assentam um pobre cristão naquele prato que travam no beijo e o engolem como se fosse feijoada!... Que horror!"

Transcrição da segunda legenda: "Mas quem diria! Esses antropófagos é que ficaram com medo de serem devorados pela curiosidade pública. Só a muito custo o diretor do museu impediu que eles fugissem."

AGOSTINI, Angelo. Charge sobre a Exposição Antropológica. *Revista Ilustrada*, n. 310, p. 4-5, 1882.

A Exposição Antropológica Brasileira, ocorrida em 1882, insere-se no quadro das grandes Exposições Internacionais, bem como das exposições etnográficas desenvolvidas ao longo do século XIX. Marcadas pela prática colecionista e pela ambição de conhecer, colonizar e categorizar o mundo, as exposições etnográficas expunham objetos e muitas vezes pessoas de culturas exóticas e distantes. Na ocasião, sete índios botocudos, acompanhados de intérprete, foram enviados para o Rio de Janeiro com a finalidade de serem expostos ao público e também estudados pelos pesquisadores do Museu Nacional.

Os Botocudos pareciam estar ali para performar o mito do primeiro contato ao serem apresentados como selvagens, bárbaros, violentos e grotescos. Apesar de terem vivido no aldeamento do Mutum, portanto sob o jugo e tutela do Estado, foram lidos pelos habitantes da corte como se estivessem tendo seu primeiro contato com os brancos naquele momento, já que, segundo os jornais, estavam com medo e queriam fugir. Nessa exposição os Botocudos representavam por definição "o outro", a imagem que espelha exatamente o contrário do Brasil civilizado.

VIEIRA, Marina Cavalcanti. A Exposição Antropológica Brasileira de 1882 e a exibição de índios botocudos: performances de primeiro contato em um caso de zoológico humano brasileiro. *Horizontes Antropológicos*, n. 53, p. 317-357, 2019 (Adaptação).

- A. Considerando o contexto das exposições da época, explique qual o objetivo de apresentar os indígenas em um zoológico humano durante a Exposição Antropológica, de 1882. Analise criticamente a proposta da Exposição.
- B. Há uma contradição entre os estereótipos sobre os Botocudos representados na charge e sua situação concreta no contexto de 1882. Relacionando a imagem com o excerto, identifique os atores das ações violentas na charge e explique essa contradição.

QUESTÕES EXTRAS

Acesse o QR Code para a lista de questões extras.



CAPÍTULO 5

Arranjos Sociopolíticos do Brasil Império

Aprendizagem

- 01 A. A província da Bahia foi um dos maiores focos de resistência contra a colonização portuguesa e em prol da Independência do Brasil, o que desencadeou conflitos armados na região. Isso ocorreu devido à instalação de uma junta governativa lusitana na província para controlar movimentos de oposição à metrópole. Assim, na Bahia, o movimento de Independência ganhou ainda uma feição local, visando à deposição dessa junta governativa.
- B. O trecho dá indícios de que a construção da memória histórica sobre a participação de mulheres na Guerra de Independência da Bahia se deu de forma diferenciada, de acordo com questões étnico-raciais. Maria Quitéria e Joana Angélica foram mulheres brancas que se envolveram no conflito e rapidamente passaram a ser homenageadas e referenciadas na historiografia, enquanto a memória sobre Maria Felipa, mulher negra e ex-escravizada, se deu notadamente pela tradição oral na Ilha de Itaparica, conforme indica o trecho.
- 02 As obras dão destaque ao sentimento de vitória e à conquista da liberdade pelo povo baiano; o quadro de Parreiras dá destaque ao aspecto conflituoso, realçando a população que pegou em armas e até morreu nas lutas de resistência à opressão dos portugueses. O Hino da Bahia, por sua vez, associa a luta regional ao contexto de independência política que se desenrolou em 1822 e à construção da nação brasileira.
- 03 A. O uso do termo “republicano” era feito, pela Corte e pelos monarquistas, com objetivos políticos de desqualificação da oposição formada pelo grupo dos liberais. O termo era utilizado de forma pejorativa e, pelo que indica o texto, empregado de modo a manipular a opinião pública sobre os liberais. Os defensores da monarquia e da implantação do Império no Brasil empregavam significado negativo ao termo “república”, principalmente após os radicalismos da fase republicana da Revolução Francesa (que levou membros da monarquia à guilhotina e perseguiu nobres).
- B. No texto, está indicado que os liberais buscavam limitar o Poder Executivo. Por exemplo, não era do interesse desse grupo a criação do Poder Moderador (que agia sobre os demais, acabando com a separação e a independência dos poderes). O primeiro projeto constitucional de 1823 foi bastante influenciado por essas ideias liberais e fortalecia o Poder Legislativo em detrimento do Executivo, retirando do Imperador o controle absoluto sobre a administração pública. Por esse mesmo motivo, o projeto foi vetado pelo Imperador, que outorgou uma Constituição mais favorável aos monarquistas e à sua figura.
- 04 Grupos médios urbanos liberais, em defesa do liberalismo, reivindicavam reformas na Constituição de 1824 e culpabilizavam o imperador e seus aliados pelo endividamento do Estado e pelos rumos tomados na Guerra da Cisplatina, além de criticarem seu envolvimento na questão da sucessão portuguesa. Comerciantes nativos, insatisfeitos com os privilégios que o imperador concedia aos comerciantes portugueses.
- 05 A
- 06 O movimento federalista fortaleceu-se no Período Regencial, quando se intensificaram os debates sobre o aumento do poder das Assembleias Legislativas Provinciais e das elites locais. Os federalistas questionavam o excesso de centralização nas mãos do imperador e, naquele momento, dos regentes.
- 07 O texto diz respeito à Revolta de Carrancas, motivada pela extrema exploração da mão de obra escravizada na província de Minas Gerais, em um contexto em que as elites locais se encontravam empoderadas pela descentralização política e administrativa ocorrida durante a Regência.
- 08 Os versos fazem parte de uma cantiga popular entoada nas ruas da capital do Império no início da década de 1840. Ela diz respeito à popularidade do movimento pela antecipação da maioridade de D. Pedro II, em um contexto de instabilidade política nas províncias e ameaças à unidade do Império.
- 09 O gosto de D. Pedro II pelas viagens e pelo estudo das mais diferentes áreas do conhecimento fez com que ele valorizasse a modernização do sistema educacional no Brasil e incentivasse financeiramente os Museus do Império, que acabaram, portanto, tornando-se mais atraentes para a população.
- 10 O projeto nacionalista do Brasil Império foi centralizado em torno da figura do indígena, considerado um elemento nativo da terra brasileira e, portanto, símbolo da origem da nação. Contudo, a narrativa do Romantismo indigenista construiu uma ideia de contato pacífico entre os povos nativos e os colonizadores, focando na miscigenação racial e apagando, portanto, o genocídio indígena promovido pelos europeus na América, a destruição da natureza e a exploração dos povos autóctones.
- 11 O governo imperial vivia, na década de 1860, o início de uma crise econômica, o que dificultou a implementação de esforços imediatos para a preparação das forças militares. Além disso, o Exército brasileiro não contava com um efetivo suficiente em número e treinamento militar, o que exigiu a convocação de voluntários.
- 12 Efeito na sociedade: reforço da mentalidade racista; reprodução da discriminação racial; ampliação da desigualdade social e marginalização da população negra. Efeito político: limitação do acesso à cidadania a boa parte da população. Efeito na economia: dependência do modelo agroexportador de base latifundiária; dificuldade de ampliação do mercado consumidor, tendo em vista a baixa quantidade de trabalhadores assalariados.

Propostos

- 01 C 04 A 07 A 10 C 13 A 16 E
 02 D 05 C 08 D 11 F, F 14 D 17 B
 03 B 06 E 09 D 12 A 15 A

Discursivos

- 01 A. Devido à fundação da Imprensa Régia e do primeiro jornal editado no Brasil, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, publicado em 1808 com a chegada da Corte portuguesa ao Brasil.
- B. Pode-se citar a manutenção da ordem escravista, a economia agrária exportadora, a estrutura latifundiária e o predomínio do poder dos grandes proprietários de terras em detrimento da maioria da população. Já em relação às mudanças na sociedade brasileira, podem ser indicadas a emancipação política do Brasil em relação a Portugal e a formação de um governo monárquico constitucional.
- 02 Aspecto econômico: a Guerra da Cisplatina provocou imensos gastos estatais. O Império passou a emitir grande quantidade de papel-moeda, o que disparou uma crise inflacionária e a falência do Banco do Brasil. Aspecto político: o autoritarismo de D. Pedro I desagradava as elites políticas brasileiras, que desejavam menor centralização do poder nas mãos do monarca.
- 03 Após 1822, cresce no Brasil independente o sentimento de nacionalismo, busca-se o passado histórico, exalta-se a natureza pátria. O novo país precisa inserir-se no modelo moderno, acompanhando as nações independentes da Europa e da América. A imagem do português conquistador deveria ser varrida, há uma necessidade de autoafirmação da pátria. O Primeiro Reinado, 1822-1831, e o Período Regencial, 1831-1840, foram caracterizados por uma forte xenofobia, no caso contra o português, lusofobia. É nesse cenário histórico confuso e inseguro que surgiu o Romantismo brasileiro. A primeira geração foi denominada de nacionalista ou indianista, com a criação do herói nacional na figura do índio.
- 04 A. O imperador D. Pedro II buscou, através de suas coleções, criar uma imagem de um governante que centralizava o país. Para cumprir tal objetivo, associou-se aos campos das artes, ciência, educação, história, geografia, mostrando-se sempre como um monarca culto e moderno.
- B. Pela leitura do fragmento, é possível perceber que D. Pedro II possuía uma série de coleções de fotografia, múmias, mineralogia, entre outras. Além dessas coleções, o incêndio assolou o edifício do Museu Nacional, um dos mais importantes patrimônios históricos brasileiros foi perdido em decorrência do acidente.
- 05 A. Gama atuou no século XIX, período em que a educação formal era voltada às elites e às famílias de profissionais liberais que tinham condições materiais de manter tutores para seus filhos e, posteriormente, mandá-los para as universidades europeias – em especial, as portuguesas e as francesas. No caso da população escravizada, liberta ou com pouco poder aquisitivo, o autodidatismo predominava na aquisição da educação informal. É importante destacar que, ainda que difícil, o autodidatismo, as leituras compartilhadas e outras formas de construção de conhecimento foram fundamentais para a existência de personalidades como a de Luís Gama.
- B. A concessão do título de advogado a Luís Gama pode ser lida como uma ação de reparação histórica, já que proporciona o reconhecimento, na atualidade, de um título que, no passado, por conta do contexto histórico, não seria possível. Ao mesmo tempo, esse reconhecimento gera uma pluralização da própria narrativa histórica, permitindo a valorização de outros atores sociais, não apenas dos homens brancos e da elite.
- 06 Valorização do indígena, ou indianismo. A valorização e a idealização do indígena eram formas de destacar a originalidade do povo brasileiro, diferenciando-o do português colonizador e tentando apagar a presença do negro, significativa por conta da escravidão africana.
- 07 A. O texto traz a crítica da denominação genérica feita pelos “adversários” a grupos indígenas, como os Aimorés. Essas nomenclaturas, produzidas sem base em questões etnolinguísticas ou outros elementos culturais, não encontravam correspondências nas formas de identificação étnica dos próprios grupos e acabaram por imperar na documentação histórica. Assim, a forma como acessamos as memórias desses grupos no passado é atravessada pelos olhares dos colonizadores, dificultando a compreensão da diversidade desses povos.
- B. Entre as características do Romantismo está a idealização do indígena para compor um passado heroico para o Brasil. É importante destacar que essa idealização é marcada pela presença de valores europeus e serve ao Estado brasileiro para a constituição de uma memória nacional. Instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foram fundamentais para a construção e a consolidação desse imaginário.
- 08 A. O objetivo declarado de expor indígenas na Exposição Antropológica de 1882 era apresentá-los como espécimes a serem estudados, como parte de uma cultura distante dos paradigmas da civilização ocidental. A proposta de uma exposição científica, porém, ocultava outros propósitos mais profundos, como a criação de uma imagem moderna do Império e a legitimação da civilização brasileira a partir de uma ótica eurocêntrica que afirmava sua superioridade diante de uma representação desumanizadora e violenta dos povos originários. Tal visão era fundamentada, por exemplo, em teorias eugenistas, que entendiam os povos indígenas como parte de um estágio evolutivo menos avançado.
- B. Na charge, é possível notar ações violentas, por parte de um personagem indígena na primeira imagem, representado como um canibal feroz, e por parte do diretor do Museu Nacional na segunda imagem, perseguindo e agarrando um botocudo assustado em fuga, diante do público voraz. Por um lado, a contradição pode ser notada no comportamento amedrontado do indígena na segunda imagem, a qual nega o estereótipo do selvagem ameaçador e não civilizado; por outro, a contradição pode ser notada na atitude do diretor do museu e do público, que supostamente representariam a racionalidade, a superioridade e a civilidade do homem branco, embora, na prática, fossem os que praticavam a violência.

As Diferentes Facetas do Brasil Republicano

Da Proclamação à Redemocratização: República de Quem e para Quem?

Desde quando foi instituída, no final do século XIX, a República brasileira foi associada a um discurso de modernidade primeiramente baseado nas ideias do positivismo, posteriormente associado ao militarismo e, ao longo do século XX, apropriado pelas mais distintas agendas políticas e ideológicas. Sob diversas e contraditórias facetas – governos constitucionais e ditatoriais, modelos políticos democráticos e autoritários, aparelhos de Estado violentos e conciliadores –, a República enfrentou momentos de turbulência e de calmaria política, crises institucionais e períodos ditatoriais. A modernização, contudo, sempre foi o projeto republicano, mas duas questões são relevantes: para quê? Para quem?

A República brasileira esteve cheia de lacunas desde o seu nascimento, que ocorreu no mesmo contexto do fim do regime de escravidão no país – uma abolição falha e que não garantiu inclusão social aos ex-escravizados. Desigualdades sociais e regionais, concentração de renda e de terra, uma massa de marginalizados excluídos do acesso a direitos civis e políticos básicos e uma cidadania extremamente limitada. Os diferentes projetos de desenvolvimento nacional e a busca pelo lema anunciado na própria bandeira republicana tentaram, mas nunca foram capazes de efetivamente promover mudanças nessas questões históricas.

Nas primeiras décadas do regime republicano, foi criada uma simbologia nacionalista que se chocou com as divergentes realidades da população – uma massa de ex-escravizados e imigrantes marginalizados, sertanejos distantes do mundo urbanizado, elites agrárias preocupadas com a manutenção da estrutura fundiária do Período Imperial e uma burguesia urbana interessada na inserção do Brasil no mundo “civilizado” aos moldes europeus e estadunidense. Em sua fase oligárquica (1894-1930), a República aprofundou os problemas sociais tradicionais do país enquanto tentava promover as representações nacionais a partir da perspectiva liberal.

Na década de 1930, por meio de um golpe de Estado – o segundo da nossa história republicana –, uma mudança institucional conduziu um novo projeto de país, agora unificado na força do Governo Federal. Durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945), os símbolos nacionais e muitos elementos culturais instituídos no início do século passaram por uma resignificação para favorecer o discurso varguista. Os meios de comunicação (como o rádio e a imprensa) representaram, nesse contexto, uma verdadeira revolução cultural e política.

A partir de 1945, a República pôde viver sua primeira experiência democrática e de política de massas: uma democratização limitada e conduzida por elites em conflito, mas que abriu espaço na cena pública para a ação de diversos grupos sociais minoritários e movimentos de contestação ligados às novas manifestações artísticas e culturais. Inovações musicais, novas linguagens e uma nova estética guiaram a construção de um novo projeto de Brasil – projeto utópico, interrompido em 1964 por um novo golpe político. Iniciava-se o Regime Civil-Militar (1964-1985), um período de vinte e um anos de resistência e luta da população brasileira contra o autoritarismo, a perseguição, a violência, a falta de direitos civis e políticos e a repressão. Isso porque o povo brasileiro esteve consciente, durante toda a história do Brasil republicano, de que, se pelas vias institucionais a participação popular era limitada, sua luta por direitos, cidadania e democracia deveria ocorrer por outros meios. Durante o processo de redemocratização da República (1985-1988), múltiplos atores sociais foram reintroduzidos à participação política e intensificaram a luta histórica dos brasileiros pela instituição de direitos básicos. Neste capítulo, vamos compreender as diferentes facetas da República brasileira.

1. As faces da Proclamação da República

O golpe militar que instituiu a República, em 15 de novembro de 1889, destituiu o imperador D. Pedro II do trono e banuiu a família imperial do território brasileiro. Movimento sem sobressaltos ou grande participação popular, foi chefiado pelo marechal do Exército **Deodoro da Fonseca** e tramado nos quartéis por positivistas, como o professor de Matemática e militar **Benjamin Constant**, o marechal **Floriano Peixoto**, o político **Rui Barbosa**, e chefes republicanos, como **Quintino Bocaiúva**, **Francisco Glicério** e **Aristides Lobo**.

Contudo, a Proclamação da República não pode ser resumida a um evento rápido de caráter militar. Entre a queda da monarquia e a primeira eleição presidencial direta no Brasil, em 1894, o país viveu uma fase de transição política tensa e violenta. A mudança de regime foi uma negociação conduzida por segmentos elitistas que logo se transformou em uma disputa ideológica pela construção de uma “versão oficial” dos fatos: quem foram os fundadores da República brasileira? Quais seriam seus símbolos? Quais grupos conduziram o novo governo? Quais ideologias seriam impressas nas estruturas políticas e institucionais do novo regime? Por esse motivo, o historiador José Murilo de Carvalho considera que existiram, na verdade, diferentes Proclamações. Para compreender os múltiplos significados e as disputas políticas em torno desse evento histórico, é preciso analisar a fundo quem foram os grupos envolvidos – bem como os excluídos – e seus paradigmas filosóficos.

1.1. Liberalismo, jacobinismo e positivismo: um modelo de República para o Brasil

Entre os séculos XVIII e XIX, no contexto do Iluminismo e das revoluções burguesas, os debates em torno do conceito de República foram intensos, tanto na arena intelectual quanto no meio político. A adoção de um sistema republicano no lugar de uma monarquia significava o estabelecimento de um novo tipo de pacto político e social, fundamentado nas ideias de nação, cidadania e liberdade. Esse último tema – qual conceito de liberdade estaria em jogo – foi fundamental na discussão entre os diferentes modelos de República. Os escritos do pensador francês **Benjamin Constant**, contemporâneo da Revolução Francesa e observador da implantação do regime republicano nos EUA, guiaram esse debate:



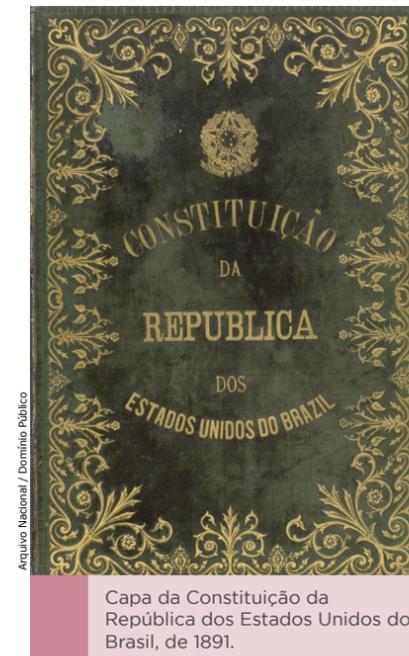
[...] Perguntai-vos primeiro, Senhores, o que em nossos dias um inglês, um francês, um habitante dos Estados Unidos da América entendem pela palavra “liberdade”. [...] É para cada um o direito de dizer sua opinião, de escolher seu trabalho e de exercê-lo; de dispor de sua propriedade, até de abusar dela; de ir e vir, sem necessitar de permissão e sem ter que prestar conta de seus motivos ou de seus passos [...]; o direito, para cada um, de influir sobre a administração do governo, seja pela nomeação de todos ou de certos funcionários, seja por representações, petições, reivindicações, às quais a autoridade é mais ou menos obrigada a levar em consideração. Comparai agora a esta a liberdade dos antigos. Esta última consistia em exercer coletiva, mas diretamente, várias partes da soberania inteira, em deliberar na praça pública [...]; mas, ao mesmo tempo que consistia nisso o que os antigos chamavam liberdade, eles admitiam, como compatível com ela, a submissão completa do indivíduo à autoridade do todo. Não encontrareis entre eles quase nenhum dos privilégios que vemos fazer parte da liberdade entre os modernos. Todas as ações privadas estão sujeitas a severa vigilância. [...]

CONSTANT, Benjamin. *Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos*. Paris, 1819. Disponível em: www.fafich.ufmg.br/~luarnaut/Constant_liberdade.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021. [Fragmento]

Desse modo, entre os republicanos, contrastava-se a liberdade dos antigos, caracterizada pela preponderância do interesse coletivo por meio da participação dos cidadãos no governo e nas coisas públicas, com a liberdade dos modernos, que preza pelos interesses privados e, portanto, vincula-se a um tipo de governo no qual a participação política e a soberania dos cidadãos são expressas por meio da representação, e não por meio do envolvimento direto dos indivíduos na política. No mundo contemporâneo e liberal, optou-se pela formulação de propostas republicanas alinhadas ao conceito de liberdade dos modernos, definindo o interesse público como a soma dos interesses privados.

Nas intensas discussões políticas e intelectuais do final do século XIX, os republicanos brasileiros mobilizaram três projetos diferentes de República: o **liberal**, o **jacobino** e o **positivista**.

- **Republicanism liberal:** profundamente inspirado pelo modelo de República estadunidense, esse projeto atraiu os proprietários rurais, sobretudo os donos de fazenda de café do oeste paulista. Defendiam o federalismo, o presidencialismo, o individualismo e uma concepção de governo representativo no qual a participação popular seria diminuída. Importantes propagandistas dessa linha foram **Quintino Bocaiúva** e **Alberto Sales**.
- **Republicanism jacobino:** era defendido por pequenos proprietários, comerciantes, profissionais liberais, intelectuais e uma elite urbana que viam no sistema republicano o meio de se alcançar a liberdade e a igualdade aos moldes dos **jacobinos**, grupo político de tendência radical da Revolução Francesa. Esse grupo cresceu desde a Proclamação da República e se tornou a base de apoio de **Floriano Peixoto**, sendo também chamados de **florianistas**, uma alusão ao autoritarismo de **Floriano Peixoto**, relacionando-o a personificação de um líder jacobinista. Parte desse setor republicano era atraído pela ideia de liberdade dos antigos, sendo que alguns deles vislumbravam a possibilidade de um governo com participação política direta dos cidadãos. Um representante do jacobinismo foi **Silva Jardim**.
- **Republicanism positivista:** grupo composto por militares e intelectuais amparados pela filosofia política do positivismo, sobretudo pelas ideias de **Auguste Comte**, para quem o governo seria um mediador entre o privado e o público por meio de uma ditadura republicana. O Estado seria importante para a condução da sociedade ao progresso (chamado de estágio positivo) e ao desenvolvimento econômico. **Benjamin Constant**, **Miguel Lemos** e **Teixeira Mendes** foram representantes dessa corrente positivista.



Capa da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 1891.

Imediatamente após a Proclamação, ainda no dia 15 de novembro de 1889, por meio de um decreto, foi instalado o governo provisório da então **República dos Estados Unidos do Brasil**. Ela seria uma República federativa e as províncias passavam a ser chamadas de estados. No ano seguinte, foi instalada a **Assembleia Nacional Constituinte**, que iniciou os trabalhos de formulação de uma nova Constituição para o Brasil. Nos debates da Assembleia, a centralização político-administrativa foi questão central. Após 67 anos de regime monárquico – e outras tantas centenas de anos sob a dominação de uma metrópole absolutista –, a tradição política brasileira havia se vinculado à ideia de um Estado forte e interventor. O primeiro projeto de Constituição teve bastante inspiração positivista e do grupo do marechal Deodoro, sendo dotado de um viés centralizador e unionista. Essa ideia, contudo, era incompatível com o projeto republicano e federalista dos liberais, fortemente influenciados pelo modelo estadunidense e que formavam a maioria dos parlamentares da Constituinte.

Assim, de acordo com a **Constituição de 1891**, foi a proposta liberal que deu o tom da substituição da monarquia pela República, com a adoção de um federalismo sem tanto apelo à participação popular e com a concepção do Estado enquanto organizador da sociedade e dos interesses particulares dos indivíduos. Para eliminar a centralização política monárquica que tanto desagradava as elites, mas ainda assim garantir controle sobre a sociedade e a hegemonia das oligarquias, na transição para um governo republicano foi dada grande relevância à atuação dos estados. Assim, estabeleceu-se no Brasil um regime **federalista oligárquico**, estruturado na política dos estados, que agora possuíam autonomia sobre sua administração e seu controle fiscal.

Isso não quer dizer que o Governo Federal não era importante. Foi consagrada na Constituição a ideia de **unionismo**: a partir da União Federal (governo central), o poder é repartido entre os estados em um sentido centrífugo – ao contrário de propostas de federação em que o poder partiria dos estados-membros em direção à União, no sentido centrípeto. Além disso, nos primeiros anos de regime republicano, o Governo Federal atuou de maneira autoritária, tanto no Governo Provisório (1889-1891) quanto na República da Espada (1891-1894): conduzidos por militares, os dois primeiros governos republicanos romperam com o constitucionalismo diversas vezes e incitaram forte oposição, com revoltas em todo o Brasil.

A pacificação do país veio com as eleições de 1894 e a escolha de um presidente civil. Os republicanos moderados organizaram um sistema de rotatividade entre o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Republicano Mineiro (PRM) e confirmaram a tendência de federalismo focado nos estados – sobretudo Minas Gerais e São Paulo, centros econômicos do período.

1.2. “A República que não foi”

A República reformulou o conceito de **cidadania** até então experienciada no Brasil. Primeiro, pela própria mudança institucional de regime; segundo, pelas grandes mudanças sociais ocorridas em conjunto com a queda do Império: o fim do regime de escravidão no Brasil e, por consequência, a transformação do perfil demográfico das classes populares, agora compostas por uma enorme quantidade de negros libertos e uma massa de imigrantes. O paradigma liberal que guiou o projeto republicano não previa a democratização do poder nem a ampliação da participação popular. A Proclamação, em si, foi um evento essencialmente militar, descrito como um movimento ao qual o povo do Rio de Janeiro teria assistido “bestializado”, atônito e sem saber o que estava acontecendo. Estaria o povo, então, completamente excluído da construção do republicanismo no Brasil?



[...] O povo sabia que o formal não era sério. Não havia caminhos de participação, a República não era pra valer. Nessa perspectiva, o bestializado era quem levasse a política a sério, era o que se prestasse à manipulação. [...] Quem apenas assistia, como fazia o povo do Rio por ocasião das grandes transformações realizadas à sua revelia, estava longe de ser bestializado. Era bilontra. [...]

CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 160. [Fragmento]

De acordo com o historiador José Murilo de Carvalho, portanto, para as camadas populares, a implantação do novo regime não foi algo palpável, ou seja, a República não foi a “coisa pública” de seu sentido real. Para muitos intérpretes da Proclamação e dos primeiros anos de governo republicano, esse seria o indício da total ausência de participação popular na construção do novo regime. Contudo, a História revela as inúmeras rebeliões de escravizados e o **associativismo** da sociedade civil no final do século XIX, bem como a efervescência nas ruas da capital, as agremiações operárias e as revoltas urbanas do início do século XX (além das lutas pela questão agrária no interior dos estados mais afastados do Rio de Janeiro). Como dizer, então, que o povo era bestializado, apático ou passivo? Na verdade, para Carvalho, o povo seria “bilontra”, esperto, velhaco: as camadas populares tinham consciência de que em 1889 havia sido instalado um regime de perfil oligárquico e disciplinador, fundamentado em ideologias racistas (como o darwinismo social) e guiado por uma Constituição com uma série de dispositivos legais que impediam o acesso à cidadania (restrição no direito ao voto e em outros direitos civis, políticos e sociais).

Nesse sentido, o advento da República conviveu com a permanência de uma série de problemas sociais do Império, sobretudo aqueles provocados pelo falho processo de abolição da escravidão no Brasil. Por não ter garantido reparações aos recém-libertos – como a garantia de direitos políticos, a igualdade jurídica e social ou mesmo indenizações econômicas –, o fim da escravidão mergulhou a população negra na situação de marginalidade que já era experienciada por ela. Muitos ex-escravizados continuaram ocupando seus antigos postos de trabalho, nas fazendas ou em atividades urbanas (vendedores ambulantes, feirantes, serviços, estivadores, trapicheiros, remadores, entre outros), uma vez que a falta de qualificação e o preconceito racial prejudicava a sua competitividade no mercado de trabalho. Essa população era, ainda, muitas vezes associada à criminalidade:



Bonde virado por populares no Rio de Janeiro durante a Revolta da Vacina, em novembro de 1904. A fotografia revela a reação popular às medidas institucionais e decisões legislativas consideradas injustas e autoritárias.



[...] Esta população poderia ser comparada às classes perigosas ou potencialmente perigosas de que se falava na primeira metade do século XIX. Eram ladrões, prostitutas, malandros, desertores do Exército, da Marinha e dos navios estrangeiros, ciganos, ambulantes, trapeiros, criados, serventes de repartições públicas, [...] recebedores de bondes, engraxates, carroceiros, floristas, bicheiros, jogadores, receptadores, pivetes (a palavra já existia). E, é claro, a figura tipicamente carioca do capoeirista, cuja fama já se espalhara por todo o país e cujo número foi calculado em torno de 20 000 às vésperas da República.

CARVALHO, J. M. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 18. [Fragmento]

Todas as limitações à cidadania no processo de construção da República eram evidentes, sobretudo para os indivíduos mais afetados pela exclusão social, política e econômica. A partir do discurso racista enraizado na população e institucionalizado nas práticas governamentais, esses grupos foram culpabilizados pela própria situação e, portanto, compreenderam que sua inserção política só seria possível por fora dos meios institucionais e governamentais. Ao longo da história do Brasil republicano, a atuação política das camadas populares nas associações, nas agremiações esportivas, nas festas populares, nos cortiços e no interior dos grupos étnicos foi frequente, o que indica que a República não contou com uma população de “bestializados”.



BERNOULLI PLAY

A construção da cidadania no Brasil >> IYUK

Veja nessa videoaula uma interessante discussão e análise acerca da história da construção da noção de cidadania na sociedade brasileira.

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM

- 01 (UERJ) [...] a cor do governo é puramente militar e deverá ser assim. O fato foi deles, deles só, porque a colaboração do elemento civil foi quase nula.

LOBO, Aristides *apud* PENNA, Lincoln Abreu. *Uma história da República*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

Aristides Lobo, político e jornalista, era um republicano histórico e, apesar de aplaudir a instituição da República no Brasil em 1889, discordava da forma como os militares no poder organizavam o novo sistema de governo. Apresente duas características do sistema político idealizado pelos republicanos históricos e indique dois segmentos sociais que apoiaram essas ideias.

- 02 [...] Seu modelo era revolucionário, baseado numa mobilização popular permanente e na construção de um modelo político que tinha como ponto central a ditadura republicana. O ditador poderia ou não ser eleito (havia a possibilidade da aclamação) e encarnaria a soberania popular. Diferentemente do monarca, entretanto, tinha responsabilidade e poderia ser deposto pelo povo organizado [...].

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. Ação política e pensamento de Silva Jardim. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política*, São Carlos, v. 16, n. 2, p. 141, 2007. [Fragmento]

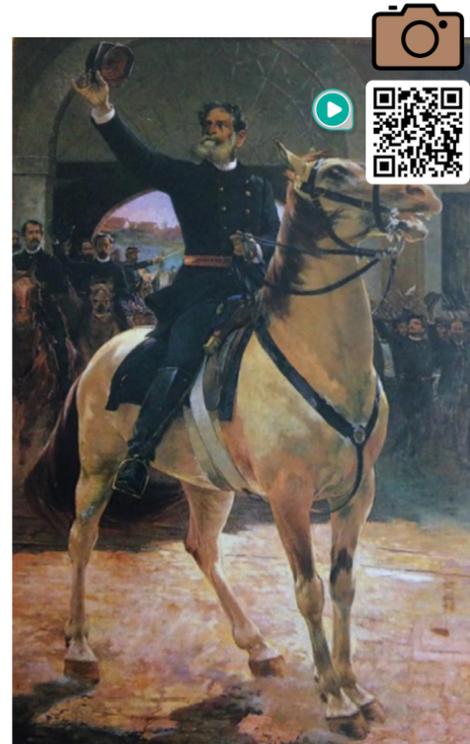
Silva Jardim foi representante de uma das vertentes mais radicais do movimento republicano no Brasil. Sabendo disso:

- Aponte o grupo do qual Silva Jardim fazia parte.
- Descreva sua base de apoio.
- Explique a razão pela qual adeptos desse grupo se aproximaram da liderança político-militar de Floriano Peixoto.

1.3. A construção da “versão oficial” dos fatos

As primeiras grandes disputas do governo republicano foram em torno de quem seriam os protagonistas do 15 de novembro de 1889 e da qualificação do evento: a Proclamação teria sido um movimento militar, civil ou uma conjunção entre os dois setores? Qual teria sido a facção republicana e positivista mais relevante para as articulações políticas que derrubaram a monarquia? Estava em jogo o mito de origem da República brasileira, que era extremamente relevante para se definir o grupo político que conduziria os rumos institucionais e ideológicos do novo regime.

Inúmeros títulos, adjetivos e alcunhas surgiram nesse período para enfatizar o papel de determinados intelectuais, líderes militares ou chefes políticos no processo de implantação do regime republicano. O papel de fundador da República foi disputado por Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant. A defesa do primeiro, apoiado pelo alto escalão do Exército e por oficiais veteranos da Guerra do Paraguai, refletia a interpretação da Proclamação enquanto um evento estritamente militar e a busca por maior relevância política do Exército brasileiro. Na historiografia, há dúvidas quanto ao real envolvimento de Deodoro no 15 de Novembro e até mesmo no próprio movimento republicano, uma vez que o marechal fazia parte do Partido Conservador e era figura próxima do imperador D. Pedro II. Contudo, os **deodoristas** reforçaram a sua posição enquanto fundador da República, indicando que sua liderança teria sido definitiva para agregar os militares ao momento da Proclamação e que a quartelada teria sido o verdadeiro símbolo do fim da monarquia.



BERNARDELLI, Henrique. *Proclamação da República*. 1890. Óleo sobre tela. Academia Militar das Agulhas Negras, Rio de Janeiro. A pintura representa o deodorismo, movimento que considera o marechal Deodoro da Fonseca como fundador da República.



Monumento a Benjamin Constant no Rio de Janeiro. Inaugurado em 1926, o monumento apresenta Benjamin com a Humanidade (simbolizada pela figura feminina) e a bandeira republicana em suas costas.

Já os partidários de Constant eram **positivistas pacifistas** que rejeitavam a associação do militarismo com a política e, por consequência, viam o 15 de Novembro como algo além de uma parada militar, projetando na data um significado histórico e revolucionário de início de um novo projeto de nação. Esse segmento defendia a **ditadura republicana**, único meio possível de promover as liberdades, a ordem e o progresso. Floriano Peixoto, que já era idolatrado pelos jacobinistas, também foi aclamado por esse grupo por ter se aproximado dessa proposta positivista, sendo alçado ao posto de “salvador da República”. São inúmeros os monumentos e homenagens históricas a esses dois personagens nas grandes cidades do Brasil, muitos deles de pé até hoje.

Os **liberais**, por sua vez, consideram Quintino Bocaiúva como “apóstolo” ou “patriarca” da República, em grande medida por ter sido o principal redator do **Manifesto Republicano** de 1870 e por ter promovido a aliança entre os republicanos civis e os militares no momento de derrubada do Império. Após a Proclamação, esse setor dos republicanos buscou se desvincular do Exército e assinalar a essa instituição um mero papel instrumental na suplantação de um regime político por outro, rejeitando toda e qualquer intervenção militar na política. Esse grupo também era crítico das ideias ortodoxas de Benjamin Constant, consideradas incompatíveis com a ideia de República representativa almejada pelas oligarquias estaduais – sobretudo os cafeicultores paulistas. Em 1894, com a eleição de **Prudente de Moraes**, o primeiro presidente civil da República, a ideologia desse grupo sobrepôs-se à dos outros dois.

Os novos símbolos nacionais: bandeira, hinos e a “Marianne dos trópicos”

Para provar a sua legitimidade, o regime republicano necessitava se livrar de todos os elementos, tradições e costumes que remetesse aos tempos imperiais e instituir uma simbologia própria: bandeira, hino nacional, heróis republicanos e nova memória histórica. Por exemplo, rapidamente viabilizou-se, por meio de decreto, a mudança do termo “Corte” para capital federal. A historiadora Lilia Schwarcz indicou outros casos de alternância de nomes, símbolos e significados no início do Período Republicano:



[...] O Largo do Paço passou a ser Quinze de Novembro; a Estrada de Ferro Pedro II, Central do Brasil; o Colégio Pedro II, Colégio Nacional; o Cemitério de São João Batista, Sul-Colombiano; o vistoso conjunto de residências Vila Ouro Preto foi batizado com o nome de Vila Rui Barbosa, assim como se alternavam as moedas do país, sem dúvida uma imagem de circulação alargada. A voga chegou aos nomes próprios, que passavam a se inspirar nos modelos republicanos norte-americanos – Jefferson, Franklin, Washington –, ou voltavam aos clássicos da Antiguidade romana: Múcio, Mário, Cornélia e Caio. Os rostos e motivos impressos no papel-moeda circulante também mudariam completamente: saem Pedro II e a monarquia, entram as imagens da nova República dos Estados Unidos do Brasil. [...]

SCHWARCZ, Lília M. *As barbas do imperador*. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 469-470. [Fragmento]

Embora tenha sido realizado logo no início de 1890 um concurso para a definição do novo **Hino Nacional**, o antigo hino de autoria de Francisco Manuel da Silva e do imperador D. Pedro I conservou-se como o Hino do país – o projeto vitorioso do concurso foi o de Leopoldo Miguez e Medeiros e Albuquerque, que acabou se tornando

Hino da Proclamação da República. No caso da bandeira nacional, as primeiras propostas apresentavam desenhos bastante similares ao da bandeira dos Estados Unidos, com listras horizontais (em verde amarelo) e o quadrado com as estrelas representando cada estado da Federação. Uma versão dessa bandeira foi, inclusive, utilizada no dia 15 de novembro de 1889. Apesar de ter sido abandonada, essa ideia influenciou as bandeiras que até hoje representam alguns estados brasileiros, como as de Goiás, Sergipe, Piauí e São Paulo.



Ilustração sobre a Proclamação da República do Brasil, publicada no jornal *O Mequetrefe*, em 1889. Ao centro, o marechal Deodoro da Fonseca; empunhando a primeira bandeira republicana, Benjamin Constant. Também estão representados outros republicanos civis: Quintino Bocaiúva, Saldanha Marinho, Lopes Trovão e Campos Salles. Ao fundo e em posição de destaque, a alegoria feminina da República.

A bandeira oficialmente adotada pela República foi projetada por um grupo de positivistas que mantiveram alguns elementos representativos da tradição monárquica, mas ressignificando-os. O verde da Casa Imperial dos Bragança e o amarelo da Casa dos Habsburgo agora seriam uma referência à natureza brasileira (as florestas e riquezas minerais, sobretudo o ouro); o losango da bandeira do Império também foi mantido, mas o brasão monárquico e os ramos de tabaco e café foram substituídos pela faixa com o lema positivista: “Ordem e Progresso”. Essa bandeira foi tornada oficial por meio de um decreto no dia 19 de novembro de 1889 e é utilizada até hoje, com modificações apenas no número de estrelas representativas dos estados no interior do círculo azul (no início eram 21 estrelas; atualmente, são 27).

Durante o Período Imperial, o símbolo da nacionalidade brasileira era o indígena; com a Proclamação da República e a prática de substituição dos elementos identitários nacionais, começa a ser empregada uma **alegoria feminina** para exaltar a República e o patriotismo. A representação do regime republicano como uma mulher foi comum em todo o Mundo Ocidental moderno, sobretudo a partir da Revolução Francesa, quando essa iconografia passou a ser empregada como personificação nacional da República francesa. Chamada pelos franceses de **Marianne**, ela é representada como uma mulher branca europeia, usando túnica e **barrete frígio**, quase sempre com os seios à mostra (um símbolo de maternidade e fertilidade).

O exemplo mais conhecido, sem dúvida, é a representação da Liberdade na obra *A Liberdade guiando o povo*, pintada em 1830 pelo francês Eugène Delacroix e que remete às Revoluções Liberais de 1830.

Nos primeiros anos da República brasileira, foi adotada a figura de uma jovem mulher usando uma coroa de folhas de louro (semelhante às representações da deusa grega Palas Atena) – *efígie* que ainda hoje está presente nas cédulas de real, a moeda brasileira. Contudo, essa iconografia não se tornou tão popular no Brasil e foi aos poucos sendo preterida em favor de outros personagens simbólicos da República. As alegorias femininas eram fortemente influenciadas por pinturas e estátuas europeias, portanto a imagem da República não referenciava demograficamente a população brasileira, fortemente miscigenada. Além disso, no Brasil, o público feminino estava em grande parte confinado ao espaço doméstico ou, no máximo, ao círculo elitista de bailes e cafés. No caso das mulheres pobres, imigrantes e recém-libertas do regime de escravidão, além de serem submetidas a um absurdo grau de exploração nos ambientes de trabalho, estavam alijadas de participação política.



DELACROIX, Eugène. *A Liberdade guiando o povo*. 1830. Óleo sobre tela, 260 x 325 cm. Museu do Louvre, Paris. Inspirada na cultura romana, na qual a mulher já representava a liberdade, na França, a alegoria feminina foi um dos elementos marcantes para representar a República, em contraposição à figura masculina do rei.



RODRIGUES, Manuel Lopes. *A República*. 1896. Óleo sobre tela, 228 x 118,5 cm. Museu de Arte da Bahia. Pintura alegórica da República brasileira: uma mulher branca utilizando túnica, barrete frígio, coroa de louro sentada à frente do brasão de armas do Brasil.

Por fim, na imprensa periódica, os defensores da monarquia começaram a produzir sátiras e caricaturas da imagem da República com o objetivo de apontar os problemas e contradições do governo republicano, representando-o ora como uma mulher idosa, para criticar a fraqueza do novo regime, ora como “mulher da vida”, acusando a imoralidade vigente na política. O historiador José Murilo de Carvalho avalia da seguinte forma o fracasso do uso da alegoria feminina no Brasil:



[...] Os obstáculos ao uso da alegoria feminina eram aparentemente intransponíveis. Ela falhava dos dois lados – do significado, no qual a República se mostrava longe dos sonhos de seus idealizadores, e do significante, no qual inexistia a mulher cívica, tanto na realidade como em sua representação artística. Nessas circunstâncias, a única maneira em que fazia sentido utilizar a alegoria era aproximar uma República considerada falsificada da visão de mulher que a época considerava corrompida, ou pervertida, a prostituta. [...]

MURILO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 102. [Fragmento]

Um herói para a República

A propaganda do novo regime também foi feita por meio de outros símbolos: personagens históricos, escolha de feriados e datas comemorativas, celebração de festas cívicas, construção de monumentos e produção de artes plásticas que expressavam e consolidavam os elementos republicanos tanto perante a população brasileira quanto para estrangeiros. A popularização desses novos símbolos em detrimento daqueles que remetiam ao Império exigiu grande esforço institucional, político e ideológico.

O **calendário republicano** de 1890, de cunho positivista e nacionalista, era composto por datas comemorativas relacionadas a momentos importantes da história brasileira e à história do Mundo Ocidental, promovendo uma narrativa de inserção do Brasil no movimento de progresso da humanidade proposto pelo positivismo. Os feriados religiosos não foram decretados nesse calendário – apenas o Dia de Finados foi mantido pelo seu caráter popular de homenagem aos mortos –, devido à defesa republicana de um Estado laico e separado da Igreja. As celebrações das datas cívicas ocorriam por meio de festas públicas de grande relevância para a promoção do espírito republicano, do nacionalismo e de uma nova narrativa histórica sobre o Brasil.

Nessas datas, era comum a produção de obras de arte relativas ao evento comemorado (tais como estátuas, bustos, estandartes e quadros). Além do objetivo estético, essas obras possuíam grande valor emotivo, educacional e de propaganda para o regime republicano. Assim, no calendário das festas nacionais oficiais, ficavam estabelecidos:

- 1º de janeiro, Dia da Fraternidade Universal;
- 03 de maio, comemoração da “descoberta do Brasil”;
- 13 de maio, celebração da fraternidade dos brasileiros;
- 14 de julho, comemoração da República (em associação à Revolução Francesa) e da liberdade dos povos americanos;
- 07 de setembro, comemoração da Independência do Brasil;
- 12 de outubro, comemoração da “descoberta da América”;
- 02 de novembro, Dia de Finados;
- 15 de novembro, comemoração da pátria brasileira.

Ainda em 1890, no dia 21 de abril, ocorreu a primeira festa republicana do calendário: o dia de comemoração dos precursores da Independência brasileira, resumidos na figura de Joaquim José da Silva Xavier, o **Tiradentes**. Ele foi elevado à posição de herói e mártir republicano por ter sido o único incondiente condenado à morte no contexto da Conjuração Mineira (1789), movimento ocorrido no Período Colonial e que representou a conjunção do anti-colonialismo, do anti-monarquismo e do republicanismo. Nesse sentido, Tiradentes era a própria imagem do indivíduo sacrificado por um projeto de liberdade republicano e separatista, ideal para ser mitificado como ícone político do novo regime. Para inseri-lo no imaginário popular, foi estabelecida a data comemorativa de sua morte e encomendados quadros com sua imagem para serem exibidos nos prédios de governo e repartições administrativas.



FIGUEIREDO, Aurélio de. *Martírio de Tiradentes*. 1893. Óleo sobre tela, 57 x 45 cm. Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro. A alusão à figura de Cristo é evidente na pintura, que traz também a representação de um frade e de um carrasco negro no momento da execução de Tiradentes.

As representações iconográficas de Tiradentes eram materiais difíceis de encontrar naquele momento, então os artistas da época produziram diversos quadros do incondiente associando a sua imagem ao que a Igreja Católica tradicionalmente concebeu como a face de Jesus Cristo: um homem branco de feições europeias, com barba e cabelos longos, geralmente trajando uma túnica clara e um crucifixo no peito. Diferentemente do ocorrido com a alegoria feminina da República, o culto cívico à Tiradentes associou-se subliminarmente à ideais religiosos caros à boa parte da população brasileira, o que o tornou um herói republicano extremamente popular. O mito estendeu-se por toda a vida republicana no Brasil e foi reforçado sobretudo por governos nacionalistas, como na Era Vargas e na Ditadura Militar. Além disso, embora seja a imagem institucional do herói nacional, Tiradentes também possui uma faceta subversiva, o que permitiu a apropriação de sua figura por grupos rebeldes e de oposição aos governos estabelecidos em diferentes momentos da história brasileira. Desse modo, a popularidade de Tiradentes é explicada não apenas pelo esforço dos primeiros governos republicanos em transformá-lo em mito, mas também pela ambiguidade inerente à sua construção histórica: ele pode ser visto como republicano exemplar, como Cristo ou como um rebelde.

As comemorações anuais do Dia de Tiradentes se transformaram em tradição e até hoje envolvem uma série de ritos e simbologias que cumprem a função de reforçar a cultura política republicana.

A sobrevivência dos mitos de origem do Brasil republicano promovidos ainda no final do século XIX explica-se, portanto, pela repetição de rituais e símbolos nas festas públicas, na arte e no ensino escolar. O historiador Eric Hobsbawm explica o processo de criação de uma tradição política e cultural:



[...] Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. [...]

HOBBSAWM, Eric. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 9. [Fragmento]

EXERCÍCIO DE APRENDIZAGEM

03 (Unesp) Um dos elementos marcantes do imaginário republicano francês foi o uso da alegoria feminina para representar a República. A monarquia representava-se naturalmente pela figura do rei, que, eventualmente, simbolizava a própria nação. Derrubada a monarquia, decapitado o rei, novos símbolos faziam-se necessários para preencher o vazio, para representar as novas ideias e ideais, como a revolução, a liberdade, a República, a própria pátria. Entre os muitos símbolos e alegorias utilizados, em geral inspirados na tradição clássica, salienta-se o da figura feminina.

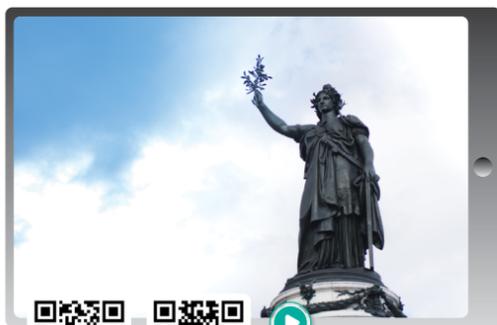
CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. 1990.



BRUNO, Pedro. *A pátria*. 1919. Museu da República, Rio de Janeiro.

Estabeleça uma relação entre o texto e a imagem. Indique três elementos da imagem que justifiquem a relação estabelecida.

TÁ NA MÍDIA



Acesse o primeiro QR Code e conheça mais aspectos da iconografia republicana pelo mundo.

Acesse o segundo QR Code e veja uma sequência de fatos que marcaram o golpe militar de 15 de novembro de 1889.

SITES

VAI LÁ E FAZ

O meme [...] é uma das formas contemporâneas de comunicação direta com o outro. Tal como um vírus, essas imagens são uma unidade de informação com grande capacidade de se multiplicar, propagando ideias de indivíduo para indivíduo, renovando-se em novos *trends* a cada dia. Longe de estarem restritos à cultura pop, são estratégias de posicionamento político e, aos poucos, vão sendo cooptados pela publicidade.

[...] Nada escapa aos memes: a política nacional e internacional, o cotidiano das redes, o sistema da arte ou qualquer outra coisa pautada no tribunal da internet. A relação entre arte e meme estabelece uma circulação irrestrita entre informação, entretenimento e público, beneficiada pelo longo alcance dos posts e a simplicidade da mensagem, o que determina o engajamento. É assim que perfis de Instagram arriscam críticas sagazes ao mundo da arte, instituições e seus agentes, viralizando imagens que satirizam o sistema, fazendo uso do humor para lançar uma mensagem ácida e certeira sobre o funcionamento do circuito cultural.

ROSIELLO, L. Meme como crítica institucional. *Celeste: Arte e Cultura Contemporânea*. Disponível em: <https://select.art.br/meme-como-critica-institucional/>. Acesso em: 26 dez. 2022. [Fragmento]

[...] As ilustrações da Revista *Illustrada* funcionavam como verdadeiros substitutos da fotografia, que ainda não frequentava as páginas dos jornais. Detalhista, a Revista *Illustrada* fazia a crônica dos acontecimentos políticos da semana na página central, em sequência de desenhos que lembram modernas histórias em quadrinhos. [...] O presidente Floriano Peixoto (1891-1894) marcou sua passagem pelo governo e pela história do Brasil por seu caráter enigmático. A aparente indecisão nos acontecimentos que marcaram a Proclamação da República e sua ascensão ao poder não encontraram, até hoje, explicadores adequados. [...] Sem um aspecto característico, fisicamente inexpressivo [...] o Major, como era chamado, não se prestava facilmente ao traço dos caricaturistas. O tipo comum, aliado ao mistério das intenções, à fisionomia que nada revelava, não permitia ressaltar pelo exagero o detalhe, a característica da qual os caricaturistas retiram o efeito cômico, essência do seu humor [...]. Na capa da Revista *Illustrada*, a. 17, n. 640, março de 1892, sua cabeça aparecerá em cima do corpo de uma esfinge. [...]

LUSTOSA, Isabel. O texto e o traço: a imagem de nossos primeiros presidentes através do humor e da caricatura. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília. *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente - da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. v. 1. p. 292-298. [Fragmento]

Analisando a ideia dos dois textos, qual aspecto você acredita que aproxima as caricaturas da Primeira República com os memes da atualidade? Pode-se afirmar que os memes passaram a cumprir a função crítica das caricaturas? Debata o assunto em sala de aula, tendo como ideia central a Primeira República, e produza memes para os *templates* disponíveis nesta seção.



tupungato / Getty Images

Khsorkh / Getty Images

Marko Babli / Getty Images

2. República Oligárquica e modernização

2.1. O ambiente urbano na virada do século XIX

A abolição da escravidão e o estímulo governamental à imigração modificaram profundamente o perfil demográfico da sociedade brasileira, sobretudo nas capitais e na Região Sudeste. Compondo a grande massa da população urbana, os imigrantes – italianos, alemães, espanhóis, portugueses, franceses e japoneses – e os negros libertos passaram a ser vistos pelo governo e pelas elites como um enorme problema social.



Fotografia tirada em 1908 que mostra o navio japonês Kasato Maru atracado em uma das docas do porto de Santos, em São Paulo. Essa embarcação transportou os primeiros imigrantes japoneses para o Brasil para ocuparem postos de trabalho nas fazendas de café do oeste paulista. O fluxo de japoneses em direção ao Brasil foi intenso até a década de 1970.

De acordo com o censo de 1890, o primeiro da República, a população do Brasil seria de cerca de 14 milhões de habitantes. Em 1920, as estimativas dos recenseadores eram de uma população de mais de 30 milhões de brasileiros, ou seja, um crescimento populacional de mais de 100% em apenas três décadas.

Os imigrantes que chegavam ao país eram, em grande parte, famílias pobres oriundas de áreas rurais em seus países de origem que viam na emigração a solução para sua situação de miséria. Aqueles que foram destinados ao trabalho no campo eram submetidos a uma forte dependência econômica dos grandes proprietários devido às dívidas contraídas durante a viagem e em sua permanência nas fazendas. Aqueles que se instalaram nas cidades, por sua vez, também enfrentavam dificuldades financeiras e ambientes de trabalho exploratórios e abusivos.

A massa de ex-escravizados e seus descendentes que viviam nas cidades cresceu no Período Republicano, uma vez que houve intensificação da migração interna, com grande descolamento de recém-libertos da Região Nordeste para os cafezais do Sudeste e para as grandes capitais, que significavam, naquele momento, novas perspectivas de vida e trabalho. Contudo, a situação enfrentada por esse grupo foi ainda pior que a dos imigrantes, se levarmos em conta a mentalidade racista profundamente enraizada no projeto político liberal dos republicanos. Por exemplo, em decreto de 1890, foram proibidas expressões tradicionais da cultura dos antigos escravizados com a criminalização da capoeira, considerada subversiva pelos republicanos. Na prática, a música e as danças de origem africana – intrinsecamente vinculadas à arte da capoeira – também foram alvo de ódio, discriminação, repressão e perseguição policial nas cidades. Os ex-escravizados também compunham o que o governo republicano chamou de “vadios”, criminalizando a prática da vadiagem, de modo que a administração pública ganhava um pretexto para prender ou exilar a massa populacional que incomodava as elites.

O controle da população pobre negra e dos imigrantes foi preocupação central dos governos republicanos de inspiração positivista, preocupados com a disciplina dos cidadãos, ordenamento do espaço público e inserção do Brasil no mundo modernizado do progresso. No período da **República Oligárquica** (1894-1930) – que representou a vitória do projeto político de cunho liberal e excludente das elites brasileiras –, as camadas populares urbanas foram submetidas a um esforço modernizador extremamente autoritário, embasado em justificativas “civilizatórias” oriundas do darwinismo social, da **eugenia** e do nascente **higienismo**.



EARLE, Augustus. *Capoeira do Brasil*. 1824. Aquarela, 16,5 x 25,1 cm. Biblioteca Nacional da Austrália. Representação da capoeira, prática comum entre a população negra. Na época da Proclamação da República, os negros capoeiristas e a massa recém-liberta foram pejorativamente incorporados ao conceito de “classes perigosas” pelas elites do século XIX.

No início do século XX, nos ambientes urbanos (sobretudo da Região Sudeste), foi comum a formação de bairros periféricos de imigrantes e trabalhadores recém-libertos. Já nas regiões centrais das cidades foi marcante a ocupação de velhos casarões que se transformaram em **cortiços**, habitações coletivas e com precárias condições sanitárias onde os aluguéis eram mais baratos. Nesses locais e em outros espaços, como portos e ruas comerciais, a transmissão de doenças já endêmicas no Brasil (como cólera, varíola, febre amarela, malária e peste bubônica) foi intensificada e, segundo à filosofia eugenista vigente na época, as populações pobres e miscigenadas foram estigmatizadas como culpadas pelas epidemias que assolavam as cidades.



MALTA, Augusto. *Prédios e cortiços na Rua do Senado, no Rio de Janeiro*. 1878. Fotografia. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ).

Contudo, embora a incidência de doenças nos ambientes urbanos se explique pelas aglomerações nas habitações populares e pela intensa circulação de imigrantes, ela foi potencializada pela falta de investimentos no saneamento básico das regiões mais pobres das cidades. As reformas urbanas que desde o Período Imperial vinham modernizando as capitais brasileiras privilegiaram os espaços onde a elite circulava; assim, a canalização de esgotos, o fornecimento de água potável, a instalação de iluminação pública e a pavimentação das vias de circulação pública – importantes medidas de higienização dos espaços urbanos – foram destinados apenas a um setor das cidades, que se tornaram socialmente segregadas.

Os governos de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro promoveram modificações na paisagem urbana e a “reurbanização” dos espaços ocupados pelas camadas populares, mobilizando elevados investimentos públicos nesse sentido.

Na cidade do Rio de Janeiro foram criadas, por exemplo, a **Inspetoria-Geral de Higiene**, voltada para a implantação de medidas na saúde pública e formada por comissões de engenheiros e urbanistas responsáveis pela realização de reformas na cidade. As principais medidas de modernização eram o melhoramento das regiões portuárias, o alargamento de avenidas e o embelezamento das cidades com a construção de prédios segundo os padrões estéticos europeus – principalmente o estilo **Art Nouveau** francês. Na historiografia, esse período de transformações culturais e estéticas é chamado de **Belle Époque brasileira**; enquanto no Sudeste ele esteve associado com o momento de auge da economia cafeeira e com o surgimento de uma elite industrial, na Região Norte foi propiciado pelo *boom* econômico gerado pela intensificação da exportação de borracha. Foram construídos diversos palacetes e edifícios residenciais destinados às classes média e alta, além de espaços de lazer e entretenimento, como cafés, teatros, cassinos e cinemas.



Theatro Municipal de São Paulo na década de 1920. Inaugurado em 1911 e inspirado na famosa Ópera Garnier de Paris, esse edifício foi o grande símbolo da **Belle Époque** paulistana.

Nesse período, a economia brasileira já estava intrinsecamente integrada ao capital financeiro internacional, o que trouxe muitos investimentos externos para o processo de modernização, tanto por meio do envolvimento de empresas estrangeiras na expansão da energia elétrica e do transporte ferroviário quanto na oferta de empréstimos aos governos. Consequentemente, esse também foi um momento de aumento da especulação imobiliária, sobretudo nas áreas centrais das cidades, o que atingiu diretamente as populações pobres que viviam em cortiços.

Nos espaços ocupados pela população pobre, a modernização ocorreu de forma extremamente violenta e autoritária, com os chamados “bota-abaixo”: agentes de saúde e forças policiais foram mobilizados para a demolição dos cortiços e das casas populares das áreas centrais das cidades e a desocupação das regiões portuárias. A consequência desse fenômeno foi o deslocamento da população mais pobre para fora das áreas centrais, processo que intensificou a ocupação das periferias (onde a especulação imobiliária e os preços dos imóveis eram bem menores) e, no caso do Rio de Janeiro, a formação de **favelas** nos morros. O historiador Sidney Chalhoub usa o exemplo do cortiço Cabeça de Porco, desmantelado ainda em 1893, para apontar como, segundo a mentalidade higienista e eugenista vigente na época, justificava-se a ação enérgica dos governos na eliminação dos cortiços:

“ [...] A destruição do Cabeça de Porco marcou o fim de uma era, pois dramatizou, como nenhum outro evento, o processo em andamento de erradicação dos cortiços cariocas. Nos dias que se seguiram, o prefeito da capital federal foi calorosamente aclamado pela imprensa – ao varrer do mapa aquela “sujeira”, ele havia prestado à cidade “serviços inoldiváveis”. Com efeito, trata-se de algo inesquecível: nem bem se anunciava o fim da era dos cortiços, e a cidade do Rio de Janeiro já entrava no século das favelas. [...]”

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 17. [Fragmento]



AGOSTINI, Angelo. *Revista Illustrada*, 1893. Cartum da *Revista Illustrada* que faz alusão à derrubada do cortiço Cabeça de Porco pelo prefeito do Rio de Janeiro Barata Ribeiro – observe essa representação a partir da barata em cima da cabeça de porco, que chora. Esse cortiço se tornou o símbolo das habitações coletivas.

As reformas urbanas também envolveram uma série de decretos para modificação dos hábitos e costumes da população nos espaços públicos, como a proibição do comércio ambulante, a limitação à prática de medicina pública (comum nos barbeiros, por exemplo) e o controle e a captura de animais domésticos, como cães. No Rio de Janeiro, o esforço modernizador na área da saúde pública passou, ainda, pela campanha de vacinação obrigatória contra a varíola que, assim como os “bota-abaixo”, ocorreu de forma extremamente violenta, sendo o estopim para a **Revolta da Vacina** de 1904.



Você já ouviu falar sobre “arquitetura hostil”? Acesse o primeiro QR Code para ver como o desenho urbano contribui para a exclusão de parte da sociedade nas cidades.

Acesse o segundo QR Code para entender o conceito de “aporofobia” e como ele está ligado à arquitetura hostil.



Estudo de Obra BERNOLLI PLAY



O cortiço

O romance *O cortiço* é um expoente da produção naturalista brasileira. Para conhecer mais profundamente a obra, acesse o QR Code e leia um estudo completo.

TUDO SE ENCAIXA

O cortiço

[...]

No século XIX, surgia na Europa um movimento chamado Naturalismo e *O cortiço* foi a grande obra que representou essas ideias no Brasil. O Naturalismo, dentre diversos aspectos, pretendia descrever a realidade em uma linguagem “nua e crua”. [...]

O cortiço, de autoria de Aluísio Azevedo, foi publicado em 1890. Assim como os naturalistas europeus, o autor pensava que o meio em que os indivíduos vivem possui um efeito determinista sobre seus comportamentos. Consequentemente, o cortiço retratado na história influenciava e explicava a razão de as pessoas serem aquilo que eram.

Personagens

João Romão: é o dono do cortiço, que é um amontoado de casas pequenas alugadas para pessoas pobres. João Romão é a personificação do capitalista que tenta enriquecer a todo custo, mas não desfruta nada daquilo que acumula.

Miranda: é um português, assim como João Romão. O Miranda, ao contrário, desfruta de todo o dinheiro que consegue possuir; entretanto, sua fonte de renda vem de sua esposa, que o trai constantemente.

Pombinha: é uma moça de 17 anos que nunca menstruou. Sendo a única pessoa do cortiço que sabia ler, era querida por todos. Na história, ela perde sua virgindade com uma mulher.

Jerônimo: é a personificação de um trabalhador firme e honesto. Entretanto, ao longo da história, o personagem acaba se deixando levar pelo seu ambiente e abandona tais qualidades.

Rita Baiana: é uma mulher sedutora que alegra todo o cortiço quando ela está nas festas. Ela e Jerônimo acabam se apaixonando e fugindo do lugar.

Zulmirinha: é filha do Miranda e odiada por ele, que acha que ela não é sua filha legítima. Ela é entregue para se casar com João Romão.

Bertoleza: é uma escrava fugida que João Romão libertou com uma carta de alforria falsificada. Com ela, João mantém uma relação até que ela se torna um empecilho para sua ascensão social. [...]

Análise da obra e contexto histórico



Edições do romance naturalista de Aluísio Azevedo.

O contexto histórico em que a obra é publicada é o da emergência da Primeira República e da necessidade de fazer do Brasil uma nação. Aluísio Azevedo é influenciado pelo movimento naturalista europeu e tenta retratar a realidade brasileira em sua forma “crua”. Para o autor, o meio que envolve os indivíduos é a força natural que molda os comportamentos de cada um.



O português é retratado como o estrangeiro que explora os recursos nacionais. Os comportamentos de João Romão, como um ambicioso que quer a todo custo o sucesso econômico, é tratado como um padrão típico português. Apesar disso, há o português que se deixa vencer pela força do meio: Jerônimo, trabalhador português, adota comportamentos “abrasileirados” ao deixar a família e fugir com a amante. [...]

Assim, o autor está entre uma série de contradições: o nacional e o estrangeiro, os instintos e o meio. Tudo isso faz parte de uma tentativa de compreender o Brasil como uma nação que tenta se construir depois de anos de exploração e escravidão tardia. [...]

OKA, Mateus. *O cortiço. Todo Estudo*. Disponível em: <https://www.todoestudo.com.br/literatura/o-cortico>. Acesso em: 11 jan. 2021. [Fragmento]

O cortiço de Aluísio Azevedo como fonte histórica: compreendendo o Brasil por meio da literatura

O texto anterior demonstra como a obra literária *O cortiço*, de Aluísio Azevedo, representou um pouco do Brasil da Primeira República. Para compreender mais aspectos da relação entre a literatura e a História no contexto republicano, realize os seguintes passos:

1. Reúna-se em grupos com seus colegas.
2. Com base na leitura do livro e no estudo da obra *O cortiço*, selecionem trechos que dizem respeito aos seguintes aspectos sociopolíticos do Brasil:
 - Crescimento demográfico do Rio de Janeiro;
 - Presença de ex-escravizados na capital da República e sua caracterização pela política vigente;
 - Contraste de uma capital reformada com moradias populares (cortiços);
 - Solidariedade da população dos cortiços frente às forças públicas;
 - Desejo da administração pública em eliminar os cortiços do centro do Rio de Janeiro.
4. Respondam a seguinte pergunta: É possível afirmar que a capital da República abrigava outra identidade além daquela criada pelo novo governo? Como esse aspecto é tratado na obra de Aluísio Azevedo?
5. Para finalizar a atividade, selecionem um trecho pesquisado no item 2 e gravem uma representação teatral dele.

Compartilhe nas suas redes sociais o desenvolvimento da atividade por meio da *hashtag*

#soubernoullinaprimeirarepublica

2.2. A modernização dos “outros”

A Amazônia e os indígenas

O esforço de progresso e modernização “a qualquer custo” do regime republicano estendeu-se também em direção ao interior do país, atingindo o sertão, os camponeses (que continuavam compondo a maior parte da população brasileira) e as populações indígenas. Distantes da capital e do centro político-econômico da República, essas regiões eram ainda mais atingidas pelo autoritarismo e mandonismo das elites locais – que tinham a seu favor as forças paramilitares da Guarda Nacional – e pela concentração de terra, fenômeno histórico agravado durante o Período Imperial (com a Lei de Terras de 1850) e que gerava graves desigualdades econômicas e sociais.

Na Região Norte, as cidades de Belém e Manaus também foram centros importantes da *Belle Époque* brasileira devido ao auge da produção de borracha.



Construção do domo do Teatro Amazonas, em Manaus, 1895. Em conjunto com o Teatro da Paz, em Belém, esse edifício é um dos grandes marcos da *Belle Époque* na região amazônica. Na fotografia, aparecem os trabalhadores da construção e, à frente, alguns barões da borracha.

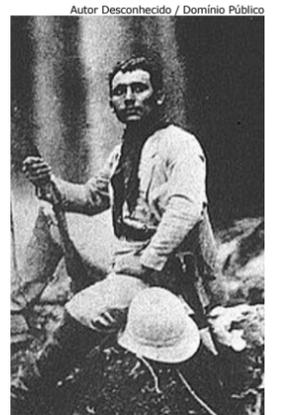
Belém chegou a ficar conhecida como a “Paris tropical” e como a “capital da Amazônia”, pela sua localização litorânea que viabilizava o escoamento do látex extraído nos seringais da região e de outros produtos vegetais amazônicos (as drogas do sertão, como castanhas e cacau) para o restante do mundo. Os ganhos econômicos e estruturais com a atividade extrativista, contudo, vieram com grandes prejuízos sociais e culturais. As populações indígenas locais enfrentaram graves problemas: em primeiro lugar, a exploração de sua força de trabalho na extração de borracha, muitas vezes em regimes análogos à escravidão; depois, a perda de seus territórios historicamente constituídos devido à formação de seringais privados pelos chamados **barões da borracha** (muitas vezes em associação com o capital internacional) e à **grilagem**; além disso, nações indígenas inteiras foram acometidas por graves epidemias de doenças até então desconhecidas na região, trazidas pelos migrantes nordestinos e por estrangeiros que chegavam à região em busca de trabalho e enriquecimento rápido. Sob a justificativa de integração da região amazônica ao “mundo civilizado”, muitos limites de aldeamento indígena foram desrespeitados e povos indígenas inteiros, submetidos à ação autoritária de latifundiários e empresários da atividade extrativista – além, é claro, da intensa depredação da fauna e da flora da Floresta Tropical.

Os povos indígenas de outras regiões do país também foram atingidos pela faceta autoritária e violenta do progresso. No início do século XX, com o avanço do cultivo de café no oeste paulista e a expansão das linhas ferroviárias, a nação **Kaingang** foi brutalmente massacrada para viabilizar a exploração de seu território tradicional. A ação genocida foi fundamentada pelas ideologias racistas da época e na ideia de “missão civilizatória”, interpretada, à época, como “pacificação dos Kaingang”. Outros povos indígenas também sofreram a dizimação cultural e a integração forçada, tais como os Guarani e os Xavante. Como a resistência indígena foi forte, o governo republicano fomentou a ação de demarcação de territórios (processo que em grande medida desfavoreceu os indígenas) e criou o **Serviço de Proteção ao Indígena (SPI)**, em 1910, para tratar da questão indígena e mediar os conflitos entre esses povos e as elites locais. O SPI foi o primeiro **órgão indigenista** oficial do Brasil, passando a responsabilidade de proteção dos indígenas para a União Federal – até então ela competia às províncias e às instituições religiosas (como era de praxe desde o Período Colonial).

Nesse mesmo âmbito de integração das áreas “inexploradas” do território nacional – que em grande parte eram constituídas por biomas intocados ou territórios tradicionais de nações indígenas –, o governo republicano estabeleceu, em 1907, a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, também conhecida como **Comissão Rondon**, devido à liderança do engenheiro militar Cândido Mariano da Silva Rondon,

conhecido como **marechal Rondon**. Revestida de caráter civil e militar, a Comissão visava expandir as linhas telegráficas para o interior do país e, ao mesmo tempo, medir e demarcar as coordenadas geográficas das fronteiras estaduais e nacionais, além de compilar informações sobre nações indígenas isoladas, navegabilidade dos rios e fertilidade das terras. A expansão do telégrafo já vinha ocorrendo desde o final do século XIX e cumpria um importante objetivo de segurança nacional, pois assegurava a presença do poder central em toda a extensão do território brasileiro e fomentava a rede de comunicações entre o interior e a capital.

A atuação de Rondon também esteve alinhada ao propósito do indigenismo oficial do Estado brasileiro. O militar realizou uma série de expedições de reconhecimento do interior do território nacional, descobriu rios, explorou a Bacia do Rio Amazonas e entrou em contato com diversas nações indígenas. Algumas dessas expedições eram privadas; uma delas (pela Amazônia) foi patrocinada por Theodore Roosevelt, ex-presidente dos EUA, demonstrando o claro interesse internacional na região. Ao longo de sua existência, o SPI também promoveu expedições de outros importantes pesquisadores e sertanistas, como o alemão Curt Nimuendajú (nascido Curt Unckel) e, na década de 1930, dos irmãos Orlando, Cláudio e Leonardo Villas-Bôas.



O sertanista Cândido Rondon recebeu os títulos de Marechal Honorário e Patrono da Arma de Comunicações do Exército Brasileiro.

Os sertões

Em uma lógica à primeira vista contraditória, os habitantes do interior do Brasil – os chamados “sertões” – foram, ao mesmo tempo, profundamente excluídos e violentamente submetidos ao projeto de modernização do Brasil da República Oligárquica. A exclusão é o fenômeno mais evidente, uma vez que a proposta de progresso estava vinculada ao mundo das grandes cidades, à industrialização e às elites, estendendo-se, no máximo, às classes médias urbanas. Contudo, mesmo desatenta ao maior contingente da população brasileira – os sertanejos do Brasil rural – a ação modernizadora atingiu em cheio o interior do país. Isso porque a estrutura econômica e política do Estado brasileiro estava fortemente assentada na lógica de exploração da força de trabalho dos camponeses e na manutenção da concentração de terra. Os recursos para o tão almejado progresso residiam na reprodução do poder oligárquico dos latifundiários, que se apresentava para os sertanejos de forma autoritária e violenta, sobretudo com a sistematização do **coronelismo**.

Essa lógica motivou diversos conflitos no interior do país no Período Republicano – a grande parte deles tendo a terra como questão central. Os mais conhecidos, sem dúvida, são a Guerra de **Canudos**, na Bahia (1896-1897), e a do **Contestado**, em Santa Catarina (1912-1916). Nesses dois movimentos, o choque entre tradição e modernização se fez evidente, uma vez que ambos foram marcados pelo **messianismo** e pela forte religiosidade dos envolvidos, em contraponto com a ação de um Estado capitalista e laico com o qual a população tinha dificuldade de se identificar. Nos dois casos, também, a massa de envolvidos eram camponeses submetidos à opressão de latifundiários e reprimidos pelas forças da Guarda Nacional, da polícia e do Exército.

Guiada pela mentalidade de modernização dos sertões brasileiros, em 1909 foi criada a **Inspetoria de Obras Contra as Secas** (IOCS) com o objetivo de articular estudos científicos, recursos e ações de governos estaduais e da União para o combate às secas que periodicamente assolavam a Região Nordeste e provocavam a morte de milhares de sertanejos, bem como a intensificação de epidemias e do movimento migratório. É nesse momento que se estabelece o fenômeno político e econômico que posteriormente foi batizado de “**indústria da seca**”: as elites nordestinas foram profundamente beneficiadas pela destinação de verbas federais para a região, que viabilizaram a construção de estradas de ferro, barragens e açudes próximos à grandes propriedades e até mesmo em territórios particulares de latifundiários; desse modo, o acesso à água tornou-se recurso central na negociação entre camponeses e donos das terras e no estabelecimento de relações de clientelismo e troca de favores no interior do sistema do coronelismo.



[...] O emaranhado de questões políticas, principalmente relacionadas ao poder dos grandes proprietários, desordenavam os trabalhos nos sertões. Anos e anos corriam para que uma obra terminasse. Raras as obras que foram finalizadas dentro do prazo previsto. As ideias preocupadas em resolver problemas pontuais e envolvidos nas visões tecnicistas acabavam não atingindo o cerne da questão, os problemas sociais eminentes nos sertões nordestinos ocasionados pelo poder latifundiário e que influenciavam a falta de água, comida, sementes e a própria prosperidade do semiárido, independente da seca. [...]

MELO, Leda Agnes Simões. A história que perpassa a Inspetoria de Obras Contra as Secas em 1915 no Ceará. *Revista Cantareira*, Rio de Janeiro, n. 21, 2014. p. 68. [Fragmento]

Em 1915, a IOCS enfrentou a seca histórica que se abateu sobretudo sobre o estado do Ceará. A tragédia foi retratada na famosa obra *O quinze*, escrita por Rachel de Queiroz em 1930. Milhares de sertanejos deslocaram-se do interior, fortemente atingido pela estiagem, em direção à Região Norte (motivados pelas notícias da prosperidade da atividade extrativista de látex), ao Sudeste (centro econômico do país) e ao litoral do estado, principalmente à capital, Fortaleza.

Contudo, a elite cearense e o Governo Federal, imbuídos da ideologia higienista, eugenista e racista do período e, portanto, preocupados com a ordenação do espaço urbano e com o controle da população pobre, buscaram inviabilizar a chegada dos retirantes à capital. Soma-se a esse contexto o temor dos latifundiários com relação a possíveis invasões e saques a suas propriedades por parte dos flagelados pela seca. Foram criados, então, **campos de concentração** no interior do estado – chamados pela população local de “**currais do governo**”, devido à situação sub-humana à qual eram submetidos. Revestidos pelas justificativas de “**missão civilizatória**” e “**luta patriótica**”, o propósito oficial desses campos era abrigar os flagelados pela seca e garantir-lhes condições mínimas para a sobrevivência (água, alimento e moradia). Contudo, esses espaços eram verdadeiras prisões e ofereciam condições muito precárias para os retirantes, que eram submetidos à violência dos inspetores dos campos e obrigados a viver em barracas simples, recebendo uma alimentação pouco nutritiva baseada em farinha, rapadura, sal e café. O resultado foi uma tragédia ainda maior do que a própria seca: milhares de mortos por fome, sede, desnutrição e doenças.



Ruínas de um campo de concentração de retirantes no Ceará, na década de 1930. O confinamento de retirantes nos “currais do governo” visava evitar a migração em massa de sertanejos para a capital, Fortaleza.

Os campos de concentração existiram no Ceará nos períodos de 1915-1916 e 1932-1933. Na década de 1930, o contexto foi complexificado pelas ações dos cangaceiros e pela influência de líderes populares, como o Padre Cícero. Assim, as elites passaram a temer a possibilidade de organização de um movimento político de revolta dos vitimados na região, o que motivou a criação de novos campos com fiscalização ainda mais intensa e violenta.

Depois de desativados, os campos de concentração deram origem a pequenas cidades submetidas ao mandonismo dos líderes políticos e latifundiários locais, dando continuidade à situação de desigualdade social e exploração dos sertanejos. Desamparados pelo governo, os antigos prisioneiros eram, ainda, mobilizados para trabalhar na construção de linhas férreas no interior do estado.



BERNOULLI PLAY

A questão higienista no Brasil >> SU10

Veja nessa videoaula um panorama histórico do higienismo no Brasil até a atualidade e seu objetivo de exclusão social.



EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM

04 (UEG-GO) Analise a imagem:



FERREZ, Marc. Meninos vendedores de jornais. Rio de Janeiro, c. 1895. In: RODRIGUES, Joelza Ester. *História em documento: imagem e texto*. São Paulo: FTD, 2001. p. 287.

A fotografia retrata duas crianças na cidade do Rio de Janeiro, na última década do século XIX. A análise da imagem demonstra

- a adoção das medidas de inclusão social por meio da inserção no trabalho criada pelo regime republicano.
- a ausência da preocupação em adotar vestimentas especificamente infantis entre crianças pobres cariocas.
- o baixo preço dos serviços fotográficos no Rio de Janeiro, permitindo que crianças pobres pudessem ser fotografadas.
- o pouco investimento público em educação básica, o que explica o alto número de crianças fora das escolas.

05 [...] Agora, ao Chico Bento, como único recurso, só restava arribar. Sem legume, sem serviço, sem meios de nenhuma espécie, não havia de ficar morrendo de fome, enquanto a seca durasse. [...] Alta noite, na camarinha fechada que uma lamparina moribunda alumia mal, combinou com a mulher o plano de partida.

Ela ouvia chorando, enxugando na varanda encarnada da rede, os olhos cegos de lágrimas. Chico Bento, na confiança do seu sonho, procurou animá-la, contando-lhe os mil casos de retirantes enriquecidos no Norte. [...]

QUEIROZ, Rachel de. *O Quinze*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012. p. 21. [Fragmento]

O título do romance *O Quinze*, originalmente publicado em 1930, refere-se a 1915, ano em que o Nordeste brasileiro foi assolado por uma grande seca.

- Apresente três motivações de cunho social, econômico e político para a intensificação do fenômeno migratório indicado no trecho.
- Caracterize as ações do governo brasileiro com relação às secas nordestinas nesse período e analise sua efetividade.



06 [...] A expressão “classes perigosas” parece ter surgido na primeira metade do século XIX. A escritora inglesa Mary Carpenter, por exemplo, em estudo da década de 1840 sobre criminalidade e “infância culpada” – o termo do século XIX para os nossos “meninos de rua” – utiliza a expressão claramente no sentido de um grupo social formado à margem da sociedade civil. [...]

CHALOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 20. [Fragmento]

Passadas algumas décadas da virada do Império para a República, o contexto social brasileiro ainda continuou sendo o de exclusão e segregação das camadas populares. Levando em consideração os anseios da administração pública do Rio de Janeiro no contexto da Primeira República, apresente e explique as teorias raciais do século XIX que continuaram presentes no Brasil do século XX e que demarcaram a expressão “classes perigosas” indicada no texto.

3. O projeto nacionalista da Era Vargas (1930-1945)

A **Era Vargas** simbolizou a emergência de uma nova forma de se fazer política no Brasil. A chegada de Getúlio Vargas ao poder representou a falência do modelo político descentralizado e focado na política dos estados – decadência que já vinha sendo anunciada pela oposição política das oligarquias dissidentes e setores insatisfeitos da burguesia nacional, pelas revoltas e movimentos populares, pelo tenentismo e pelo movimento modernista. Vargas converteu-se rapidamente em uma figura de liderança extremamente popular, em grande parte por ter desenvolvido práticas de governança mais populares, com concessões políticas tanto às classes populares quanto às elites econômicas. Seu discurso possuía forte tom nacionalista de cunho unificador e conciliador; nesse sentido, seu governo mobilizou recursos na construção de uma nova identidade nacional, agora vinculada a um Estado centralizado e a um governo extremamente personalista.

A propaganda da nacionalidade brasileira ocorreu por meio de uma mescla entre cultura, política, propaganda e educação. Na Era Vargas, o Estado conduziu um grande projeto político, ideológico e pedagógico com o objetivo de formação de um cidadão trabalhador, confiante no presidente e comprometido com o país, disposto a contribuir para o desenvolvimento econômico da nação e para a proteção militar de sua unidade. Assim como na República Oligárquica, vigorou nesse período a ideologia voltada para o progresso e a inserção do Brasil no “mundo civilizado”. A diferença é que, agora, o progresso viria a partir do envolvimento direto do cidadão nesse processo, uma vez que na Era Vargas houve uma ampliação do acesso à cidadania e aos direitos civis e políticos pelas camadas populares. É importante pontuar que a Era Vargas foi constituída, basicamente, por três fases – o **Governo Provisório** (1930-1934), o **Governo Constitucional** (1934-1937) e a ditadura do **Estado Novo** (1937-1945). Assim, entre os anos de 1930 e 1945, a participação popular na política e na cena pública ocorreu de forma limitada e controlada pelas instituições que empregavam com frequência medidas de violência, autoritarismo e censura.

No período ditatorial do Estado Novo, o Ministério da Educação e Saúde e o **Departamento de Imprensa e Propaganda** (DIP) articularam as ações culturais do regime em duas frentes: de um lado, aquelas voltadas para a formação da elite intelectual; de outro, as direcionadas às camadas populares. O político **Gustavo Capanema** – ministro da Educação nomeado por Vargas em 1934 e que liderou a pasta até 1945 – conduziu uma gestão com auxílio de diversos artistas e intelectuais do Modernismo brasileiro,

tais como Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade e educadores envolvidos no projeto da **Escola Nova**. Desse modo, o movimento modernista, que surgiu na década de 1920 enquanto uma estética engajada de crítica e ruptura com as tradições, transformou-se aos poucos em um projeto ideológico do Estado Nacional. Capanema promoveu **reformas** no ensino secundário e no universitário, implantando, por exemplo, órgãos como a Universidade do Brasil, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Instituto Nacional de Cinema Educativo e o Instituto Nacional do Livro.

No âmbito do ensino básico, a preocupação do Estado era a padronização dos currículos (ou seja, o que seria ensinado nas escolas), dos Planos Nacionais de Educação, dos livros e das cartilhas didáticas em torno de um projeto de identidade nacional vinculada ao envolvimento do cidadão na vida cívica e ao trabalho. Por meio da educação, o Governo Vargas promoveu uma **campanha de nacionalização do ensino** que atingiu profundamente as comunidades de imigrantes, sobretudo as colônias da Região Sul do Brasil. Proibiu-se o uso de línguas estrangeiras para a comunicação em público e estabeleceu-se a obrigatoriedade do ensino do português e dos símbolos nacionais (Hino Nacional, História e Geografia do Brasil). Além disso, os cargos de direção e docência deveriam ser ocupados por brasileiros natos ou estrangeiros naturalizados. A nacionalização dos imigrantes e de seus descendentes inseria-se na prática institucional de branqueamento da população brasileira e de unificação da sociedade.

No tocante aos currículos, o Governo Vargas instituiu a obrigatoriedade da Educação Física, de trabalhos manuais e do ensino cívico nas escolas básicas e secundárias em todo o país. Essas disciplinas escolares serviam para preparar os estudantes para o mundo do trabalho e para o serviço militar, além de promoverem a difusão de uma narrativa histórica sobre o povo brasileiro sem grandes contradições e conflitos (como o mito da democracia racial, que nega a existência de racismo no Brasil). Durante o Estado Novo, a educação – assim como a imprensa e o rádio – esteve submetida à censura prévia do governo.

No âmbito da cultura, o **cinema**, o **teatro** e a **música** também representaram o esforço educativo e de propaganda do Governo Vargas. O projeto estatal visava homogeneizar os símbolos culturais do povo brasileiro e incentivar as manifestações cívicas nos meios de comunicação de massa. Nesse contexto, foi criada, por exemplo, a taxa cinematográfica para a educação popular, que orientava a liberação de verbas para a atividade cinematográfica – devidamente censurada segundo parâmetros oficiais.

O emprego da linguagem cinematográfica era importante para superar as barreiras impostas pelas altas taxas de analfabetismo. Assim, nas escolas e salas de cinema do país eram exibidos filmes educativos que estivessem de acordo com as propostas estéticas e culturais do Governo Vargas.

3.1. Os primórdios do rádio no Brasil

Devido a sua intensa penetração em todo o território nacional, o **rádio** foi um dos principais veículos de comunicação em massa mobilizados pelo Governo Federal como instrumento de propaganda estatal. A história do rádio no Brasil tem início na década de 1920, quando ele se constituiu como um veículo de comunicação privado e subordinado às regras do mercado. Simultaneamente, o rádio também foi submetido ao controle do Estado, responsável pela liberação da **concessão** para o funcionamento das emissoras, bem como pela suspensão de suas atividades, caso houvesse descumprimento da lei de comunicação em vigência. Nos anos 1920, o setor de radiodifusão ainda estava se estruturando e os problemas de ordem técnica eram muitos, dificultando as transmissões e provocando desconfiança dos investidores. Os custos de investimento eram altos e o retorno, incerto. Por isso, a maioria das emissoras eram amadoras.

Na década de 1930, o setor caminhou para a profissionalização e o governo de Getúlio Vargas preocupou-se em regulamentar diversos setores da produção cultural, inclusive o radiofônico. Nesse momento, a liberação de transmissão de propaganda comercial foi de extrema importância, pois atraiu o setor de publicidade e propaganda, viabilizando os anúncios, essenciais para a manutenção do setor. Apesar da censura, os programas radiofônicos tornaram-se extremamente populares e as rádios apresentavam uma programação variada – música, radionovelas, programas de auditório, humor e variedades e radiojornalismo.

A criação da **Rádio Nacional** em 1936 – a partir da estatização de uma empresa privada de radiodifusão do Rio de Janeiro – foi importante para estabelecer um canal oficial de comunicação do governo,

que destinou expressivas verbas oficiais para o pagamento de técnicos, jornalistas, músicos, cantores e radioatores (para as **radionovelas** e radioteatros). Nos anos 1940, com a vigência do regime autoritário do Estado Novo, a Rádio Nacional foi veículo indispensável de propaganda ideológica do governo, especialmente com a veiculação do programa Hora do Brasil, produzido pelo DIP.



O então presidente Getúlio Vargas em discurso pela Rádio Nacional.



[...] O programa destinava-se a cumprir três finalidades: informativa, cultural e cívica. Além de informar detalhadamente sobre os atos do presidente da República e as realizações do Estado, Hora do Brasil incluía uma programação cultural que pretendia incentivar o gosto pela “boa música” através da audição de autores considerados célebres. A música brasileira era privilegiada, já que 70% do acervo eram de compositores nacionais. Comentários sobre a arte popular, em suas mais variadas expressões regionais, e descrições dos pontos turísticos do país também eram incluídos na programação. Quanto à parte cívica, era composta de “recordações do passado”, em que se exaltavam os feitos da nacionalidade. Nas peças de radioteatro, [...] enfocavam-se dramas históricos como [...] a abolição da escravidão e a Proclamação da República. [...]

A ERA Vargas: dos anos 20 a 1945. Rio de Janeiro: CPDOC, 1977. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/HoraDoBrasil>. Acesso em: 20 jan. 2021. [Fragmento]



BERNOULLI PLAY

A era do rádio no Governo Vargas >> 2JU4

Entenda, nessa videoaula, como o Governo Vargas utilizou o rádio como um canal oficial de comunicação do governo e apropriou-se de gêneros musicais como elementos da formação de uma nova identidade nacional.

3.2. A ressignificação da cultura negra popular

No esforço de popularização da identidade nacional promovida pelo Governo Vargas, foi necessário buscar raízes e símbolos culturais com os quais a população conseguisse de fato se relacionar. A ação estatal apropriou-se de manifestações culturais populares, reformulando seus significados para torná-los representativos de uma cultura nacional homogênea e de caráter oficial. A partir da ideologia da democracia racial, o Governo Vargas exaltou a miscigenação étnica brasileira entre o português, o africano e o indígena, apagando os conflitos, as violências e as exclusões sociais. O Estado promoveu uma narrativa pacifista e harmônica da mestiçagem no Brasil para realizar a cooptação de expressões populares de minorias. Foi nesse contexto que a **capoeira** e o **candomblé** – violentamente perseguidos e reprimidos desde o Período Colonial – foram oficializados enquanto representações da nacionalidade.

De origem étnica negra, o **samba** era, até os anos 1930, um gênero musical identificado a uma minoria social marginalizada (majoritária no aspecto demográfico): a população pobre e miscigenada das cidades. Para associar o samba ao projeto político-ideológico do Governo Vargas, foi preciso eliminar a sua associação com os negros, um processo que muitos pesquisadores chamam de **"higienização"** ou **"saneamento do samba"**. O governo incentivou os compositores de sambas que exaltavam a cultura nacionalista e o trabalhismo, deixando de lado a temática da boemia e malandragem comum nas letras de samba até então – mais uma vez, a busca pela disciplina e pelo controle social típicas de governos ditatoriais expressavam-se nas ações culturais conduzidas pelo Estado Novo. A canção **"Aquarela do Brasil"**, de Ary Barroso, foi o carro-chefe do samba oficial e "higienizado".

Essa apropriação de um gênero musical marginalizado ocorreu tanto pela via institucional quanto pelo mercado cultural, o que incentivou os artistas que produziam o **"novo samba"**, em sua maioria, cantores e músicos brancos que mesclavam musicalmente os ritmos nacionais com o *jazz* estadunidense. No contexto da Política da Boa Vizinhaça e da intensificação do Imperialismo estadunidense sobre o Brasil, esses eram os artistas "exportados" pelo Brasil e que propagandeavam internacionalmente a identidade cultural nacional, como foi o caso da cantora luso-brasileira Carmen Miranda.



EARLE, Augustus. *Jogos durante o Carnaval no Rio de Janeiro*. c. 1822. Aquarela. 21,6 cm x 34 cm. Nos Períodos Colonial e Imperial, foram comuns os entrudos, brincadeiras de origem portuguesa que envolviam atirar líquidos uns nos outros.

Processo semelhante ocorreu com o **Carnaval**, que foi alçado à categoria de maior festa popular nacional. O Carnaval é comemorado no Brasil desde os tempos coloniais, com cortejos nas ruas e brincadeiras populares. A partir do Período Joanino e sobretudo durante o Império, a festa ganhou uma vertente elitista e europeizada nos bailes de máscaras da Corte. As comemorações populares também persistiram, mas sob forte vigilância e repressão das forças policiais, sobretudo devido à associação com manifestações musicais e artísticas de origem africana. No final do século XIX, popularizaram-se os cordões e blocos carnavalescos, formados por grupos de foliões fantasiados e uma banda de percussão comandada por um mestre. Nesse contexto, surgiram as marchinhas de Carnaval, a exemplo da famosa **"Ó abre alas"**, composta em 1899 por Chiquinha Gonzaga.

Na década de 1930, começam a ser realizados os desfiles de Escolas de Samba. Essas agremiações se multiplicaram sobretudo na capital do país, onde recebiam incentivos financeiros da Prefeitura, que visava organizar a festa popular e revesti-la de caráter oficial. Durante o Estado Novo, sobretudo as festas de rua foram alvo do aparelho repressor, guiado pela ética do trabalhismo que condenava a vadiagem, o ócio e a boemia. Além disso, no caso das escolas de samba, a tradição carnavalesca foi submetida à censura do governo, que restringiu os temas das marchinhas e dos desfiles à celebração da história e da nacionalidade brasileiras. Além de intervir, o governo passou a oferecer prêmios em dinheiro para as melhores escolas e músicas de Carnaval, o que direcionando ainda mais a festa para o projeto de propaganda ideológica e cultural do Estado Novo. Vale pontuar que, no caso da ressignificação do samba e do Carnaval, o projeto varguista não foi capaz de suprimir estéticas e práticas divergentes daquelas institucionalizadas pelo governo, afinal, os campos da política e da cultura são marcados pela resistência e pelas disputas ideológicas.

4. Os projetos de nação da República Liberal-Democrática (1945-1964)

Com o fim do Estado Novo em 1945, o Brasil pôde finalmente viver uma experiência política democrática – antes vislumbrada rapidamente nos anos do Governo Constitucional de Vargas. Nessa fase, chamada de **República Liberal-Democrática (1945-1964)**, o país passou por diversas mudanças sociopolíticas que provocaram impactos culturais: a consolidação dos meios de comunicação de massa, como o rádio, o cinema e a televisão, novidade dos anos 1950; inovações no teatro e na literatura; novos estilos musicais; mudanças no comportamento e ressignificação de papéis sociais, como a maior inserção das mulheres na política e no mercado de trabalho; novos atores sociais, como os estudantes e os movimentos camponeses.

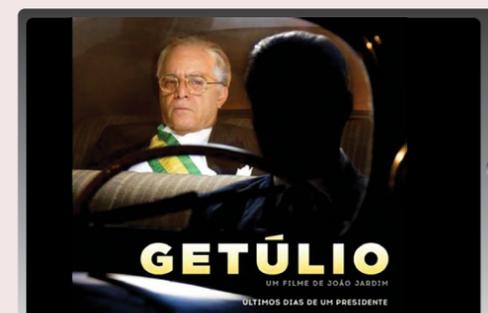
A democracia, contudo, não era ampla ou irrestrita. A **Constituição de 1946** ratificou problemas sociais e políticos históricos: manteve o veto à participação eleitoral dos analfabetos (que, apesar dos esforços educacionais da Era Vargas, ainda constituíam grande parte da população adulta), a restrição à greve, a falta de direitos trabalhistas para os camponeses e o envolvimento dos militares na política – questão que na década de 1960 viabilizou o fortalecimento de movimentos golpistas e autoritários. Na esfera internacional, a **Guerra Fria** deu a tônica dos conflitos políticos, extremamente polarizados entre as forças do capitalismo e os grupos de esquerda, muitas vezes alinhados às ideias socialistas – no caso brasileiro, a influência imperialista dos EUA e de outras potências capitalistas será marcante, mas ela sofreu a oposição de movimentos sociais cada vez mais politizados. Assim, nas décadas de 1940, 1950 e 1960, a efervescência cultural e as intensas disputas nos campos da política e da economia foram o cenário no qual se desenvolveram novos projetos de nação e de identidade brasileira.

4.1. Ele está de volta!

Responsável pela promulgação da Constituição democrática e liberal de 1946, o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950) foi extremamente atribulado no âmbito da economia, marcado por medidas austeras e pela tentativa de controle da inflação herdada do Estado Novo. Ao mesmo tempo, essa gestão rompeu com a tônica nacionalista da Era Vargas e promoveu uma abertura econômica ao capital internacional que inundou o país com mercadorias supérfluas. Sua administração propôs o Plano SALTE (sigla para Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), que não conseguiu angariar os devidos investimentos públicos para a modernização do país.

Já o **governo democrático de Getúlio Vargas (1951-1954)** caminhou em linha contrária, investindo em um nacionalismo econômico com a criação de diversas empresas e indústrias estatais. Em um tom populista, Vargas tentou retomar o trabalhismo e o nacionalismo ufanista, focando nas estatizações e na proteção das riquezas naturais do país – uma tentativa de superação da situação de subdesenvolvimento e dependência do Brasil com relação às exportações agropecuárias. Esse esforço pode ser identificado no lema **"O petróleo é nosso"**, que mobilizou intelectuais e as classes trabalhadoras na defesa do monopólio estatal sobre as reservas de petróleo brasileiras. Contudo, em um contexto de Guerra Fria, imperialismo cultural e globalização, essas ações e movimentações das forças nacionalistas não foram bem-vistas pelo mundo capitalista nem pelas elites econômicas nacionais, profundamente integradas e dependentes do capital financeiro internacional.

TÁ NA MÍDIA



Getúlio. Brasil, 2014. O filme retrata as últimas semanas de vida de Getúlio Vargas, abordando a pressão e a crise política do segundo Governo Vargas em decorrência do Atentado da Rua Toneleros, uma tentativa de assassinato do jornalista Carlos Lacerda.

FILME

4.2. O desenvolvimentismo e os estudos brasileiros

Os governos do Período Liberal-Democrático foram marcados por um plano de desenvolvimento econômico que se guiava pela ideia de que o Brasil era uma sociedade atrasada e enraizada em tradições engessantes. No contexto mundial e na Divisão Internacional do Trabalho, o Brasil estaria inserido no rol das nações subdesenvolvidas e dependentes das grandes potências capitalistas – de fato, o país constituía-se como nação exportadora de gêneros primários; além disso, o endividamento do Estado brasileiro era extremamente elevado e a influência cultural das nações do chamado **Primeiro Mundo** era inegável.

Após a morte de Getúlio Vargas e a ascensão de **Juscelino Kubitschek (1956-1961)**, os intelectuais brasileiros voltaram-se à análise da realidade brasileira e ao desenvolvimento de teorias de ciência política e economia. O objetivo era encontrar soluções definitivas para o “problema do atraso” brasileiro que integrassem a sociedade e evitassem polarizações políticas. Nesse sentido, foi criado, em 1955 (ainda no Governo Café Filho), o **Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)**, órgão vinculado ao Ministério de Educação e Cultura que estimulou estudos e pesquisas na área das ciências sociais. A principal discussão do ISEB foi a respeito do **nacional-desenvolvimentismo**, ideia de que a modernização do Brasil e a superação da situação de subdesenvolvimento estariam condicionadas a um projeto nacionalista de intensificação da industrialização. A promoção de uma consciência nacional direcionada para o esforço global da população no desenvolvimento econômico do país seria a chave para a emancipação da dependência econômica do Brasil. A função do ISEB seria, portanto, a divulgação desse ideário para as elites econômicas nacionais, cooptando-as para os projetos estatais de modernização do país. Os principais intelectuais desse projeto foram Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida, Álvaro Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodrê.

O Governo JK alinhou-se à política nacional-desenvolvimentista com o seu **Plano de Metas**, mas incentivou a entrada de capital internacional nos projetos de industrialização, o que reforçou uma disputa existente desde o início dos anos 1950 entre os nacionalistas e os “entreguistas” (aqueles que aprovavam a vinculação de investimentos estrangeiros ao desenvolvimento do Brasil) no interior do ISEB. Esse debate aprofundou-se no Governo Jânio Quadros, período de forte recessão e gestão econômica ortodoxa, que apresentou, ainda, uma política externa pautada no não-alinhamento em relação à Guerra Fria – posição completamente contradizente com a postura liberal das elites econômicas nacionais.



O presidente dos EUA, John F. Kennedy, e o economista Celso Furtado na Casa Branca, em 1961. Boa parte do capital para o projeto desenvolvimentista do Governo JK concedido pelo governo estadunidense, o que agravou a dívida externa brasileira.



Presidente Juscelino Kubitschek inaugura o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) em sessão de 14 de maio de 1956.

Fora do ISEB, mas ainda no âmbito da economia, o intelectual paraibano **Celso Furtado** orientou propostas reformistas alinhadas à teoria do desenvolvimentismo. No interior da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU), Furtado participou da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos que integrava as orientações da CEPAL às medidas econômicas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Nesse contexto, a obtenção de empréstimos e a inserção dos países latino-americanos no mercado internacional ao lado de grandes potências estavam condicionadas ao alinhamento com os organismos em tese multilaterais, mas, na prática, vinculados ao mundo capitalista e à hegemonia estadunidense.

Alinhando-se à teoria do desenvolvimentismo, Celso Furtado afirmava que o Brasil teria se estabelecido tradicionalmente como uma economia agrária e arcaica,

extremamente dependente da monocultura, das relações de trabalho exploratórias e da importação de produtos industrializados dos países desenvolvidos. O desenvolvimento econômico e a integração nacional só seriam possíveis a partir da promoção de uma série de reformas estruturais conduzidas pelo Estado e que levariam à superação do estágio de subdesenvolvimento e à inserção do Brasil no sistema capitalista internacional de forma mais competitiva. No Governo JK, Furtado conduziu a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que visava amenizar as desigualdades geoeconômicas entre as diferentes regiões do Brasil, promovendo projetos de irrigação e a modernização da agricultura no Nordeste. O órgão não obteve os resultados esperados e, na verdade, foi uma máquina de corrupção de desvio de verbas públicas, agravando o fenômeno da “indústria da seca” e a degradação ambiental no país. Mesmo assim, as ideias de Furtado seguiriam orientando os esforços dos grupos nacionalistas nos anos 1960 e embasaram as propostas econômicas do **governo de João Goulart (1961-1963)**. As **Reformas de Base (1963)** não saíram do papel, mas eram um conjunto de remodelamentos nos setores agrário, tributário, administrativo, fiscal e bancário, bem como na construção civil, que seriam a forma final do nacional-desenvolvimentismo.

Independente da pluralidade de propostas intelectuais e projetos econômicos do período, é evidente que o projeto nacional-desenvolvimentista foi responsável por mudanças no sistema político brasileiro, pois as antigas elites dirigentes do país passaram a assistir ao fortalecimento de grupos vinculados ao capital industrial e financeiro. Contudo, ele promoveu grandes transformações estruturais que não encontraram equivalência com os modos de vida tradicionais, sobretudo da população interiorana: a miséria, a fome e a seca continuaram sendo graves problemas sociais e as migrações em massa para a Região Sudeste seguiram intensas. Por fim, esse projeto ainda agravou a concentração de renda e de terra no país e intensificou as desigualdades regionais, pois os esforços industrializantes e urbanizadores atingiram majoritariamente o Centro-Sul do país.

A construção de Brasília e os limites do desenvolvimentismo

O grande marco do projeto desenvolvimentista e modernizador do Período Liberal-Democrático foi a construção de Brasília, a nova capital do Brasil. A interiorização da capital já era tema de discussões desde o Período Pombalino – o Marquês de Pombal foi o responsável pela transferência da capital, em 1763, de Salvador, na Bahia, para o Rio de Janeiro, mais próximo da região mineradora. Com a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808, essa possibilidade também foi aventada, mas sem sucesso.

Naquele período, a proximidade do litoral era extremamente importante e a mudança da capital para o interior do Brasil exigia a implementação de uma grande quantidade de recursos para a construção de uma rede de transportes eficiente. No Século XX, contudo, essa possibilidade foi viabilizada tanto pela evolução do transporte ferroviário quanto pelas possibilidades de expansão da malha rodoviária com a intensificação do uso dos automóveis.

Na Constituição de 1946, foi estabelecido o plano de transferência da capital da União para o Planalto Central do país, pretensão que já havia sido mencionada no texto da Constituição de 1891. Diversas comissões de engenheiros foram formadas para definir a localização da nova cidade. A mudança da capital para o interior do Brasil obedeceu a princípios de ordem econômica, geopolítica e ideológica. No âmbito da economia, a interiorização da capital viabilizava a construção de novos caminhos em direção a regiões menos exploradas do país (sobretudo rodovias), possibilitando a integração do interior. Geopoliticamente, a interiorização da capital cumpria objetivos de segurança nacional. Por fim, na esfera ideológica, a transferência da capital para o sertão auxiliava o projeto de modernização do interior e do campo. A escolha da região do atual Distrito Federal respeitava todos esses objetivos.



Obras de construção do Congresso Nacional em Brasília, 1959. Ao fundo, as torres gêmeas de escritórios e a cúpula característica do Senado brasileiro.

No interior de seu Plano de Metas e sob o *slogan* “50 anos em 5” – referência às grandes mudanças estruturais previstas para um único mandato presidencial –, o Governo JK criou, logo no início de 1956, a **Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap)**, uma empresa estatal de engenharia civil que organizou a escolha do **plano piloto** da cidade de Brasília, projetado pelo urbanista Lúcio Costa. Já o projeto arquitetônico dos edifícios ficou a cargo de Oscar Niemeyer.

O Plano de Metas e a construção de Brasília mobilizaram uma aliança entre classes e grupos de interesses diversos, além de ter facilitado a entrada de capitais e investimentos internacionais que financiaram as obras. Os planos governamentais do “50 anos em 5” cumpriram ainda o papel de politização do processo de modernização do país e de internacionalização da economia brasileira, que ficaram a cargo da elite política da época e aos empresários do campo da indústria e construção. A memória e o conceito de nacionalidade associados à construção de Brasília celebraram os grandes nomes – JK, Costa, Niemeyer – e o mundo urbano industrializado. No campo, os trabalhadores braçais e as populações do interior foram marginalizados e excluídos da história oficial.

Os operários empregados pela Novacap na construção de Brasília eram basicamente homens migrantes oriundos do Norte e do Nordeste do país. Eles ficaram conhecidos como “**candangos**” e foram atraídos pelo discurso nacionalista e desenvolvimentista, que prometia grandes oportunidades de enriquecimento e a possibilidade de recomeço. O termo “candango” originalmente possuía sentido pejorativo; na literatura, foi utilizado em *Os sertões* (1902), de Euclides da Cunha, para se referir aos sertanejos explorados e atingidos pela miséria.



Caminhão transportando os candangos. À frente da fotografia, um singelo monumento em alusão a esses trabalhadores.

Esses trabalhadores eram fiscalizados pela Guarda Especial de Brasília (GEB), força policial truculenta e responsável por um dos maiores atos de violência institucionalizada na nova capital, o **massacre** da construtora Pacheco Fernandes de 1959, chacina que foi rapidamente silenciada pelas autoridades.

A ação da GEB é um dos indícios de que a repressão, os abusos e o controle do Estado sobre os movimentos populares, tão comuns no início do século XX, persistiram na fase democrática da República.

A grande população de operários em Brasília fez crescer a demanda pela prestação de serviços e pelo comércio de alimentos e itens de primeira necessidade, o que intensificou a migração para o Planalto Central e originou a chamada “Cidade Livre”. Essa nova leva de migrantes era constituída por pequenos empresários, comerciantes, profissionais liberais e prestadores de serviços. Após a inauguração de Brasília, as ocupações e os acampamentos do entorno do plano piloto tornaram-se cidades-satélite – foi o caso do Núcleo Bandeirante, da Vila Planalto e das cidades de Ceilândia, Taguatinga e Samambaia. Essas cidades demonstram a contradição inerente à ação modernizadora do período republicano-liberal, afinal, em Brasília, estavam dispostos lado a lado o mundo cosmopolita da cidade planejada, grande vitrine do projeto político da época, e as ocupações desordenadas e marginalizadas dos trabalhadores excluídos do plano urbanístico, onde o poder público atuava apenas no sentido da opressão e do autoritarismo. O próprio governo se prontificou em alugar os candangos nas cidades-satélites de modo que não ocupassem a nova cidade que foi construída.

O projeto desenvolvimentista enfrentou, portanto, duras críticas e oposição de intelectuais alinhados a ideologias de esquerda, grupos nacionalistas, sindicalistas, estudantes e movimentos trabalhistas. A conjuntura de liberalização e democratização do sistema político dos anos 1950 e 1960 favoreceu a ascensão de grupos opositores às ideologias desenvolvimentistas e que propunham novos projetos de integração nacional e de expansão da cidadania. Nesse contexto, foram fundadas as **Ligas Camponesas** (1955) – sob liderança principal de **Francisco Julião** –, determinantes para a constituição da luta trabalhista no campo, uma vez que os camponeses não eram contemplados pelos direitos dos trabalhadores estabelecidos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e seguiam submetidos à opressão e à exploração de grandes proprietários.



Francisco Julião em um comício em prol das Ligas Camponesas, em 1961, em São Paulo.

Mobilizado inicialmente no estado de Pernambuco, o movimento rapidamente se expandiu para Paraíba, Rio de Janeiro, Goiás e outras regiões do Brasil. A principal reivindicação era em torno da necessidade de uma ampla reforma agrária no Brasil, considerada o único meio de solução dos problemas de concentração de terra, especulação fundiária e desigualdade econômica.

4.3. Expressões da nacionalidade: arte e meios de comunicação de massa

A era do ouro do rádio e a chegada da televisão ao Brasil



[...] O rádio criou modas, inovou estilos, inventou práticas cotidianas, estimulou novos tipos de sociabilidade. Ícone de modernidade até a década de 1950, ele cumpriu um destacado papel social tanto na vida privada como na vida pública, promovendo um processo de integração que suplantava os limites físicos e os altos índices de analfabetismo do país. [...]

CALABRE, Lia. *A era do rádio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002. p. 5. [Fragmento]

Sem sombra de dúvidas, o rádio foi o grande ícone da modernidade para todo o Mundo Ocidental na primeira metade do século XX. No Brasil, ele conheceu seus “**anos dourados**” entre as décadas de 1930 e 1950, em grande parte devido aos incentivos estatais da Era Vargas. A popularidade das transmissões radiofônicas sustentava-se em quatro núcleos: música, dramaturgia, jornalismo e programas de variedades. Dentro da programação musical, eram comuns os programas de auditório nos quais ocorriam disputas entre os artistas, que elevavam os níveis de audiência das estações e impulsionavam novas redes de sociabilidade, como os fã-clubes. Os programas de rádio também forjavam novas tendências de comportamento e consumo por meio da publicidade.

A partir de 1950, o processo iniciado pela rádio foi intensificado por outro veículo de comunicação em massa: a **televisão**, que chegava ao país com a inauguração da TV Tupi. A primeira emissora de TV do Brasil pertencia ao empresário **Assis Chateaubriand**, proprietário de um verdadeiro império midiático composto por inúmeros jornais, revistas e emissoras de rádio – chamados de Diários Associados. Ele importou uma grande quantidade de equipamentos dos Estados Unidos da América para realizar as primeiras transmissões da TV Tupi. A instalação da televisão no Brasil contou, ainda, com muitos empréstimos adquiridos pelo Estado e investimentos estrangeiros, inserindo o Brasil na lógica do capitalismo internacional e aumentando a dívida externa do Estado. O sistema de concessões estatais também foi empregado para os canais de televisão.

No decurso da década de 1950, com os planos de modernização econômica do **Governo JK**, a televisão cresceu no país com a ampliação do fornecimento de energia elétrica e o aumento do poder de consumo da população brasileira, o que viabilizou a importação e a aquisição de aparelhos televisores pelas classes médias e pelos setores abastados. Durante o Período Liberal-Democrático, a televisão configurou-se como um grande fenômeno cultural, apresentando-se como meio de informação, entretenimento e formação de opinião. Contudo, os aparelhos de televisão eram produtos inacessíveis à boa parte da população brasileira durante quase todo esse período, o que intensificou as desigualdades sociais entre as elites e as massas pobres e trabalhadoras.

As artes cênicas e o cinema

Desde o movimento modernista da década de 1920 foi perceptível uma mudança nos temas e nas problemáticas das peças teatrais produzidas pelos brasileiros. Contudo, foi na década de 1940 que o teatro brasileiro se engajou para além das chamadas “comédia de costumes”, caminhando em direção à formação de companhias profissionais e a montagens que expressavam críticas políticas e sociais. O teatro se modernizou em relação à linguagem cênica, com mudanças no *mise-en-scène* e a apresentação em três planos – influência das tendências em voga na Europa naquele período –, que trouxeram mais realismo às peças. O dramaturgo **Nelson Rodrigues**, com a peça *Vestido de noiva* (1947), iniciou o debate de temas considerados polêmicos, como o tabu do incesto. As obras de Rodrigues foram alvo da censura governamental diversas vezes por atacarem valores tradicionais da sociedade brasileira.



A era de ouro do rádio ocorreu entre os anos de 1930 e 1950, época em que eram comuns as famílias sentarem-se em torno do aparelho de rádio para ouvir músicas, notícias ou radionovelas.



A atriz Yoná Magalhães caracterizada como Alaide, personagem da peça *Vestido de noiva*.

Ao longo dos anos 1950, o teatro mergulhou nas temáticas integralmente brasileiras e retratou os problemas políticos e econômicos daquele tempo; desse modo, propostas de reformas vinculadas à esquerda influenciaram as produções. Em 1953, foi fundado o **Teatro de Arena**, grupo que reunia jovens dramaturgos e atores comprometidos com discussões políticas e temáticas sociais. Seus principais nomes eram Augusto Boal, Gianfrancesco Guarnieri e Oduvaldo Vianna Filho. A peça de Gianfrancesco Guarnieri, *Eles não usam black tie* (1958), retratava o cotidiano do operariado nas fábricas e a organização da greve como instrumento de mudanças. O **Teatro de Oficina**, fundado em 1958 por José Celso Martinez Corrêa, foi um grupo extremamente politizado e que adiantou temáticas e influências estéticas do Tropicalismo, estilo musical que surgiu no período da Ditadura Civil-Militar.

Em 1944, foi fundado o **Teatro Experimental do Negro** (TEN), que buscava, por meio da arte e da educação, valorizar a herança cultural e a identidade da população negra brasileira. Até então, os papéis reservados aos atores negros eram de personagens estereotipados e que associavam a imagem do negro com a malandragem, a criminalidade, a sensualidade excessiva, o escravizado ou, ainda, restringiam esses papéis ao alívio cômico das peças teatrais. Desse modo, o TEN viabilizou a produção de obras que engrandeciam a cultura negra e permitiam a autorrepresentação desse grupo. Além disso, ao empregar dramaturgos, atores e técnicos negros, o TEN implicou na criação de vagas de trabalho nas artes para esse grupo, que até então era excluído do mercado cultural – bem como de outros setores da economia. O TEN também ofertava cursos de alfabetização para a população negra e promovia encontros culturais, como a **Reunião da Convenção Nacional do Negro** (1945) e o **Congresso do Negro Brasileiro** (1950).

Ainda no âmbito das iniciativas pedagógicas e políticas, o TEN foi responsável pela fundação do **Instituto Nacional do Negro**, em 1949, órgão voltado para pesquisas sobre a história da população negra brasileira. O fundador do TEN, o economista e ator **Abdias do Nascimento** fez as seguintes considerações sobre a sua iniciativa:



[...] O Teatro Experimental do Negro é um processo. A negritude é um processo. Projetou-se a aventura teatral afro-brasileira na forma de uma antecipação, uma queima de etapas na marcha da História. Enquanto o negro não desperta completamente do torpor em que o envolveram. Na aurora do seu destino, o Teatro Negro do Brasil ainda não disse tudo ao que veio. [...]

TEATRO Experimental do Negro (TEN). In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/grupo399330/teatro-experimental-do-negro-ten>. Acesso em: 2 jan. 2021. [Fragmento]

Desde a década de 1930, o **cinema** configurou-se como uma das principais formas de entretenimento nos centros urbanos. Além das produções de orientação governamental (o cinema educativo), as salas de cinema exibiam os filmes falados importados de Hollywood – expressão do imperialismo cultural e da expansão do *American way of life*. Na década de 1940 surgiram os primeiros estúdios cinematográficos nacionais privados, com o objetivo de produzir filmes com artistas brasileiros, mas seguindo as fórmulas das comédias populares, geralmente ao estilo estadunidense. As chamadas **chanchadas** eram comédias com linguagem popular e de baixo orçamento, quase sempre parodiando famosos filmes hollywoodianos e com elenco oriundo do rádio ou do circo: Grande Otelo, Oscarito, Dercy Gonçalves, Ankito e Zé Trindade eram grandes nomes das chanchadas. A produtora Atlântida foi a grande representante desse tipo de produções.

Fundado em 1949, o estúdio Vera Cruz estabeleceu a indústria cinematográfica no Brasil, com a construção de grandes estúdios e a importação de equipamentos modernos que permitiam produções mais sofisticadas e alinhadas ao estilo dos filmes da era de ouro do cinema estadunidense. O filme *O cangaceiro* (1953) foi um grande sucesso e chegou a ser premiado no **Festival de Cannes**. Todavia, os custos de produção eram altos; os personagens, estereotipados; os roteiros, por vezes, fracos; e os retornos financeiros, demorados, o que causou a falência da produtora em 1954.

A vertente de produção que modificou os rumos do cinema brasileiro foi o **Cinema Novo**, impulsionado pelo filme *Rio, 40 graus* (1955), de Nelson Pereira dos Santos.

O Cinema Novo revolucionou a indústria cinematográfica ao se desvincular da influência cultural estadunidense e voltar-se para as temáticas sociais brasileiras. O impacto desse movimento estendeu-se até o período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Os roteiristas e diretores do Cinema Novo buscavam expressar, por meio da estética realista, as problemáticas vividas pelas camadas populares e pelos habitantes do interior do país, colocando em evidência a situação de miséria em que se encontrava boa parte da população brasileira. Nesse sentido, o Cinema Novo se vinculou ao discurso sobre o subdesenvolvimentismo e viabilizou produções a partir da chamada “**estética da fome**”: as críticas sociais apareciam tanto no conteúdo quanto na forma das produções.

O cineasta Glauber Rocha foi o maior expoente dessa corrente e seu filme *Deus e o diabo na terra do Sol* (1964) é um importante documento da filmografia moderna e referência do cinema nacional. A obra mescla elementos históricos, literários e musicais, utilizando o acervo da cultura popular em uma narrativa ao mesmo tempo mística e violenta. Inspirado no movimento neorrealista do cinema italiano e na *Nouvelle Vague* francesa, o Cinema Novo se apresentou como uma proposta de cinema autoral, de baixo orçamento de produção, com linguagem própria, temáticas nacionais e problematizadoras. O lema do movimento era “uma câmera na mão e uma ideia na cabeça”. Seguindo essa nova agenda, emergiram uma série de cineastas: Cacá Diegues, Nelson Pereira dos Santos, Ruy Guerra, Leon Hirszman, Walter Lima Jr., Arnaldo Jabor, Paulo César Sarraceni, entre outros.

Música

Enquanto os grupos de teatro dos anos 1950 e o Cinema Novo evocavam os problemas do Brasil e representavam a massa de desvalidos a partir de estéticas inovadoras, na música um grupo de jovens da zona sul carioca produziu o retrato de um Brasil praiano, solar, otimista. Trazendo a ideia de renovação no próprio nome, a **Bossa Nova** foi um movimento musical que rompeu com as formas tradicionais do samba estipuladas durante a Era Vargas, incorporando influências do jazz estadunidense e harmonias inusitadas. O estilo musical original atraiu jovens da elite e das classes médias brasileiras que, imersos em uma cultura americanizada, estavam interessados em uma sonoridade nacional, mas diversa do samba-canção tradicional. Profundamente associada à vida urbana e ao contexto de modernização iniciado com o Governo JK, a Bossa Nova tornou-se um ritmo popular e se estabeleceu como gênero musical brasileiro por excelência. Para muitos, ele era a trilha sonora do desenvolvimento e da modernidade no Brasil, tendo influenciado ritmos que marcariam o período ditatorial, como o afro-samba, o Tropicalismo e o Clube da Esquina.

Os grandes nomes da Bossa Nova foram Tom Jobim, João Gilberto, o poeta e diplomata Vinicius de Moraes, Carlos Lyra, Roberto Menescal, Newton Mendonça, Sérgio Mendes e Nara Leão. João Gilberto é o responsável pelo que ficou conhecido como “batida da Bossa”, um ritmo de equilíbrio entre o canto e o violão. A Bossa se transformou rapidamente em estilo de vida calcado na superação e na ruptura com o passado – marcado pelo lusitanismo da distante colonização e da monarquia e pelas recentes imposições culturais do autoritarismo ditatorial.

VAI LÁ E FAZ

Da radionovela à telenovela no Brasil

[...] O auge do rádio deu-se no início dos anos 1940, quando estrearam as radionovelas no Rio de Janeiro e em São Paulo, sendo um sucesso de audiência durante duas décadas.

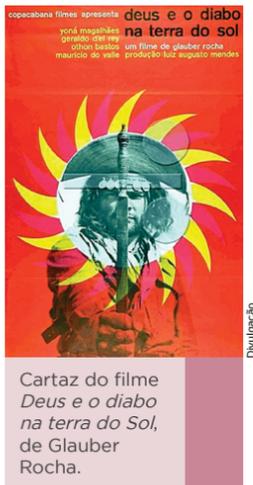
Tendo como público-alvo o feminino, a radionovela é uma forma de apresentar uma história como uma alternativa aos livros, teatros, cinema, etc. [...] A maioria das gravações das radionovelas eram ao vivo, sendo a improvisação um elemento essencial.

Estas estimulavam a imaginação dos ouvintes. Existiam duas componentes: as vozes e o som ambiente. Como havia poucos recursos, apenas existiam os chamados radioatores (protagonizavam as tramas com a utilização da voz) e os efeitos de sonoplastia (os sons de cavalos a galope eram apenas cascas de coco a bater numa mesa).

Em 1941 é transmitida a primeira radionovela no Brasil, *Em busca da felicidade*. A obra mexicana foi escrita por Leandro Blanco, com adaptação de Gilberto Martins, e ficou em emissão por aproximadamente três anos.

O custo da produção das radionovelas era muito alto e o crescimento da televisão levou à sua extinção na década de 1970. Assim, a radionovela foi-se adaptando à nova era das televisões, surgindo uma nova forma que hoje chamamos telenovelas. [...]

NEVES, Isa. Da radionovela a telenovela no Brasil. *Arte & Multimídia*, 28 out. 2017. Disponível em: <https://digartdigmedia.wordpress.com/2017/10/28/da-radionovela-a-telenovela-no-brasil/>. Acesso em: 12 jan. 2021. [Fragmento]



Cartaz do filme *Deus e o diabo na terra do Sol*, de Glauber Rocha.

Divulgação

Antecessora das atuais telenovelas, das séries e do cinema, as radionovelas compuseram o cenário sociocultural do Brasil a partir da década de 1940. Você já parou para pensar como seriam essas produções na atualidade? Que tal fazer um teste? Na atividade a seguir, vamos trabalhar essa situação:

1. Reúna-se em grupo com seus colegas e escolham um dos períodos históricos a seguir:

Brasil na Era Vargas (1930-1945)

Construção de Brasília no Governo JK (1956-1951)

Eleições de Jânio Quadros (1961)

Reformas de Base no Governo João Goulart (1961-1964)

2. Pesquisem mais aspectos culturais do Brasil no período selecionado pelo grupo.
3. A partir da pesquisa feita no item 2, produzam e gravem um capítulo de uma radionovela que deve se passar no tempo histórico selecionado pelo grupo. Por exemplo, se seu grupo escolheu as "Eleições de Jânio Quadros" como pano de fundo da história, vocês podem explorar a questão em torno da marchinha "Varre vassourinha". O importante é que as personagens estejam envolvidas em cada contexto dentro do período histórico abordado.
4. Lembrem-se: a radionovela deve ter uma vinheta, uma sinopse da história, a sonorização e o enredo da trama.

Acesse no QR Code a abertura da novela *Em busca da felicidade* para ter uma inspiração:



Compartilhe conosco o desenvolvimento da atividade por meio da hashtag

#soubernoullinaeradeourodoradio

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM

07 Leia o texto:

[...] Lançado como uma novidade maravilhosa, o rádio transformou-se em parte integrante do cotidiano. Presença constante nos lares, converteu-se em um meio fundamental de informação e entretenimento. Ao longo da década de 1950 o rádio tornou-se um objeto acessível à grande maioria da população, no mesmo momento em que tinha início o processo de lançamento e valorização da televisão no Brasil. [...]

CALABRE, Lia. *A era do rádio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. p. 14. [Fragmento]

A partir do fragmento, discuta a importância do rádio como difusor do padrão cultural no contexto da década de 1950.

08 (UERJ)



PILAGALLO, Oscar; DIWAN, Pietra. Cotidiano: um dia na vida de brasileiros. *Folha de S. Paulo*, 2012.

Nas décadas de 1930 e 1940, período de expansão do crescimento industrial, o cotidiano dos brasileiros residentes em grandes centros urbanos foi afetado por mudanças nos meios de comunicação, como ilustram as fotografias.

A multiplicação de meios de comunicação contribuiu principalmente para a crescente uniformização de

- A. práticas religiosas.
- B. demandas políticas.
- C. hábitos de consumo.
- D. padrões tecnológicos.

5. Sociedade, cultura e resistência durante a Ditadura Militar (1964-1985)

O golpe civil-militar de 31 de março de 1964 foi resultado de um choque entre dois projetos de nação das duas agendas políticas preponderantes. De um lado, o cenário de democratização das últimas décadas havia permitido a construção de um ideário de cunho nacionalista e de propostas de desenvolvimento econômico que levavam em consideração as populações marginalizadas. Esse setor estava preocupado com o estabelecimento de um novo pacto de poder que estendia a participação política para as classes trabalhadoras urbanas, os sertanejos, os estudantes e outros grupos excluídos. Nesse sentido, identificavam-se com as reformas propostas por João Goulart e vislumbravam a possibilidade de aprofundamento delas; existiam, ainda, os grupos mais radicais que propunham soluções revolucionárias para o subdesenvolvimento brasileiro.

De outro lado, vigorava a defesa do sistema capitalista e de um Estado liberal que fosse capaz de garantir às elites políticas e ao empresariado nacional a possibilidade de expansão de seus negócios e investimentos, ainda que isso significasse a reprodução da concentração de renda e das desigualdades sociais. Parte desse grupo almejava a consolidação desse projeto econômico mesmo que sob um modelo político não democrático. As forças conservadoras foram facilmente cooptadas a esse movimento; elas eram compostas, em grande medida, pelas classes médias urbanas beneficiadas pela modernização do período republicano, representados pela classe política e acrescidas de poder de consumo dos produtos culturais estadunidenses. Fortemente influenciados pelo anticomunismo típico da Guerra Fria, os conservadores identificavam os projetos de esquerda à destruição do que entendiam como a "tradição brasileira": a religiosidade cristã, a estrutura familiar patriarcal e a propriedade privada.



Marcha da Família com Deus pela Liberdade, Rio de Janeiro, 1964. Na antiga capital e em São Paulo, grupos conservadores e vinculados a organizações religiosas cristãs mobilizaram marchas com milhares de pessoas. O movimento das classes médias sudestinas deu legitimidade ao golpe civil-militar, mas não representava a opinião política da maioria da população brasileira.

As movimentações políticas dos anos de 1963 e 1964 representaram a imposição do projeto de nação dos liberais e da tônica modernizadora, agora conduzida por um Estado militarista. Nesse sentido, o período ditatorial no Brasil interrompeu o projeto reformista e de cunho nacional-populista, difundindo a ideia de que o desenvolvimento econômico só seria viável a partir da ação de um regime autoritário e conservador, retomando os ideais jacobino e positivista. Os grupos de esquerda e as suas reivindicações não desapareceram em 1964; ainda que fortemente oprimidos e perseguidos, formaram a importante e constante oposição ao Regime Militar durante toda a sua existência, por vias institucionais, pelo associativismo civil ou com movimentos armados.

Logo após o golpe civil-militar iniciou-se a montagem do aparelho de Estado autoritário, com o decreto dos **Atos Institucionais (AI)**. Eles concediam plena autoridade ao Poder Executivo federal (na figura do presidente da República), incluindo a possibilidade de cassar mandatos parlamentares, suspender os direitos políticos e as garantias individuais dos cidadãos e demitir ou aposentar compulsoriamente funcionários públicos civis e militares.

Entre 1964 e 1966, políticos como JK, Ademar de Barros e Miguel Arraes tiveram seus direitos políticos cassados; a União dos Estudantes (UNE) foi declarada ilegal; as Ligas Camponesas foram desarticuladas; o pluripartidarismo foi suprimido; e as eleições para governos estaduais tornaram-se indiretas. Em 1967, subia ao poder o general Arthur da Costa e Silva, representante da chamada “linha dura” do Exército, que conduziu um governo violento e opressor, mas revestido de uma suposta constitucionalidade. Isso porque, naquele mesmo ano, o Brasil ganhou uma nova Constituição, que pretendeu estabelecer um caráter legal ao regime ditatorial.

5.1. A resistência política e cultural

O ano de 1968 foi marcado pela grande efervescência cultural e política em todo o planeta, motivada pelo questionamento das estruturas sociais vigentes em um contexto de globalização, polarização política, corrida nuclear e espacial e conflitos no chamado Terceiro Mundo – a Guerra do Vietnã (1955-1975) foi o mais emblemático deles. As gerações mais jovens começaram a exigir a ampliação da democracia e da cidadania, defender as liberdades individuais, questionar as tradições (na esfera dos costumes, do comportamento, dos hábitos de consumo, das crenças religiosas, do gênero e da sexualidade) e pregar o pacifismo. Era a ascensão dos **movimentos de contracultura**, que acabaram se transformando em um novo modo de viver baseado na adoção de comportamentos mais liberais e nas práticas de contestação política e mobilização coletiva.



Passeata dos Cem Mil em 1968.

No Brasil, esse foi “o ano que não acabou” – momento de recrudescimento do Regime Civil-Militar com o estabelecimento do **Ato Institucional nº 5 (AI-5)**. Os caminhos que levaram à assinatura desse decreto passam pela intensificação da oposição ao regime ditatorial nas mais diferentes frentes: camponeses, trabalhadores urbanos, intelectuais, estudantes, jornalistas, artistas e grupos religiosos constituíram movimentos de questionamento do autoritarismo e da violência dos militares. Em março de 1968, o estudante secundarista Edson Luís foi assassinado por policiais em um protesto de estudantes. A comoção gerada pela morte de Edson Luís conduziu à radicalização do movimento estudantil, fortemente influenciado pela contracultura,

e a novos protestos, que foram violentamente reprimidos. Os demais movimentos políticos populares também tomaram conta das ruas, levando à emblemática **Passeata dos Cem Mil**, que ocorreu em junho de 1968, no Rio de Janeiro, na qual os manifestantes exigiam o fim da ditadura e o retorno da democracia. Assim, na esfera política, a solução encontrada para que os militares se mantivessem no poder foi o AI-5, que resumiu em seus doze artigos a forma como ocorreria a repressão a todo tipo de associação política da sociedade civil e aos movimentos de oposição.

Os militares pretendiam suprimir as manifestações contrárias ao regime, mas a reação popular ao AI-5 foi evidentemente negativa. Em conjunto com a construção do aparelho de repressão estatal, o regime ditatorial passou a utilizar os meios de comunicação oficiais para divulgar a identidade nacional que interessava às elites políticas e econômicas apoiadoras do governo. Por meio de *slogans* pragmáticos que apelavam à emoção, ao tradicionalismo e ao **ufanismo**, a ditadura promoveu uma grande **campanha publicitária** na tentativa de popularizar os símbolos do regime – a bandeira nacional e os heróis militares, por exemplo – nos mais diferentes meios: no rádio, nos jornais e na televisão; em cartazes, prédios públicos e *outdoors*; nas músicas e nas marchinhas de Carnaval; em adornos domésticos e adesivos de carro. A tônica das propagandas era a polarização entre o nacionalista, apoiador do Regime Militar e orgulhoso de seu país, e o antipatriota, geralmente associado à imagem dos guerrilheiros comunistas. Nos moldes do nacionalismo ufanista, foram populares músicas como “Eu te amo, meu Brasil”, da dupla Dom e Ravel, e *slogans* como “Brasil: ame-o ou deixe-o”. No contexto da Copa do Mundo de Futebol de 1970, com a vitória da seleção brasileira, o esporte também foi mobilizado na propaganda de massa do regime.

Com a proibição da mobilização nas ruas e o estabelecimento da censura, as expressões de oposição ao militarismo e ao nacionalismo ufanista no campo das artes tornaram-se mais complexas e subversivas. Os artistas, intelectuais e estudantes encontrariam na cultura um importante canal de resistência política e de participação popular fora das vias institucionais. Conforme aponta o especialista em Regime Civil-Militar brasileiro Marcelo Ridenti:



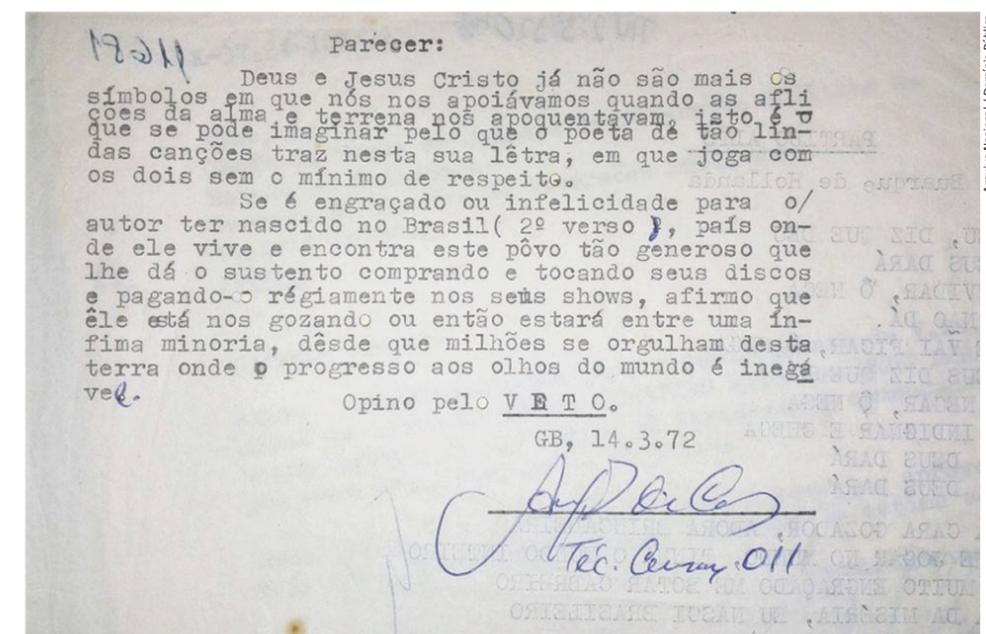
[...] Após o golpe de 1964, os artistas não tardaram a organizar protestos contra a ditadura em seus espetáculos. Ainda mais porque os setores populares foram duramente reprimidos e suas organizações praticamente inviabilizadas, restando condições melhores de organização política, especialmente nas camadas médias intelectualizadas, por exemplo, entre estudantes, profissionais liberais e artistas. Esse período testemunharia uma superpolítica da cultura, indissociável do fechamento dos canais de representação política, de modo que muitos buscavam participar da política inserindo-se em manifestações artísticas. [...]

RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. 4. p. 143. [Fragmento]

A canção engajada

A partir de 1965, tornou-se comum a organização e a transmissão de concursos e **festivais musicais** pelas emissoras de televisão brasileiras, como Record, Excelsior e Rede Globo. Apresentavam-se artistas da música popular brasileira (MPB), sambistas e músicos da primeira geração da Bossa Nova já consagrados. Esses eventos acabaram revelando novos talentos e introduzindo na cena cultural importantes compositores e intérpretes da MPB: Chico Buarque de Hollanda, Edu Lobo, Geraldo Vandré, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Tom Zé, Elis Regina, Maria Bethânia, Gal Costa, entre outros. Em um contexto de forte censura, essa geração inovou tanto nas composições quanto nas letras, empregando recursos linguísticos e estilísticos para produzir as populares **músicas de protesto** – canções com forte conteúdo político, crítica social e denúncias à falta de liberdade de expressão vivida desde a instalação do Regime Civil-Militar.

A censura prévia foi um dos muitos aspectos do sistema repressivo da Ditadura Civil-Militar. Por meio dela, o Estado visava construir uma narrativa e um discurso único a respeito da política e da cultura brasileiras. Sobretudo na década de 1970, o objetivo final da censura prévia era alinhar toda a produção cultural e o conteúdo veiculado pelos meios de comunicação – imprensa, rádio e televisão – à ideia de nacionalismo ufanista e de glorificação do militarismo. Nesse sentido, a censura se associava a outros instrumentos mobilizados pelo Estado: a **espionagem**, a Polícia Militar e, sobretudo, a propaganda política.



Parecer de censor recomendando o veto à canção “Partido alto”, de Chico Buarque, em 1972. O compositor alterou alguns versos da música, substituindo, por exemplo, a palavra “brasileiro” pelo termo “batuqueiro”.

A **Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP)** foi o principal órgão que centralizou as ações de censura durante o Regime Militar. Ela estava subordinada ao Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), ao Departamento da Polícia Federal e ao Ministério da Justiça. Antes de divulgarem suas obras, os artistas deveriam submetê-las ao órgão censor por meio de requerimentos – no caso de músicas, por exemplo, os estúdios, as rádios e as emissoras de televisão veiculavam apenas canções que passaram pela censura. Os censores avaliavam se a produção cultural seguia os parâmetros da moral e dos bons costumes, bem como os ditames políticos do Regime Militar; eram vetadas (parcial ou completamente) todas as obras consideradas antipatrióticas, panfletárias de ideologias de esquerda ou que apresentassem críticas políticas ou sociais (por exemplo, questões étnico-raciais e de gênero).

Em alguns casos, os censores enviavam relatórios ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e trocavam informações com as polícias estaduais, promovendo a perseguição articulada aos artistas e intelectuais censurados e transformando-os em inimigos políticos do regime. Atualmente o **Arquivo Nacional** possui uma coleção de pareceres da censura da época da Ditadura Civil-Militar e outros documentos, como fichas criminais de presos políticos, que indicam a grande atividade dos órgãos de censura durante o período:



[...] Para se ter ideia do volume deste importantíssimo trabalho historiográfico, só o acervo musical reúne mais de 75 mil letras. Muitas delas foram parcialmente ou totalmente censuradas, desde as manjadas “Cálice”, de Chico Buarque e Gilberto Gil, e “Pra não dizer que não falei das flores”, de Geraldo Vandré, até as inesperadas “Tiro ao Álvaro”, parceria entre Adoniran Barbosa e Oswaldo Molles, e “Ovo de codorna”, de Severino Ramos, gravada por Luiz Gonzaga. [...]

SPAGNOLO, Chico; AMOROSINO, Wagner. Música sob censura. *Zumbido*, 30 jan. 2019. Disponível em: <https://medium.com/zumbido/censura-musical-161feb43f3df>. Acesso em: 22 jan. 2021. [Fragmento]

Fora do espectro da música de protesto, outro estilo musical que alcançou grande sucesso na época e inovou no que diz respeito a letras e ritmos foi o da **Jovem Guarda**, liderada pelos músicos Roberto Carlos e Erasmo Carlos. Suas canções possuíam grande influência do **rock** estadunidense da década de 1950 e retratavam o novo padrão de comportamento e consumo da juventude, vinculando-se ao contexto de globalização e expansão do capitalismo. Geralmente apresentada como um contraponto tanto ao elevado *status* cultural da Bossa Nova quanto à politização dos artistas das músicas de protesto,

a Jovem Guarda foi considerada por muitos como uma manifestação musical de baixa qualidade e resultante da alienação cultural dos jovens brasileiros. De fato, temerosos com relação à censura e à perseguição, suas canções raramente apresentavam posicionamento político; contudo, inseriam-se no contexto de crítica ao tradicionalismo e ao conservadorismo da sociedade brasileira. Além disso, a Jovem Guarda popularizou a experimentação musical, sobretudo por meio do uso massivo da guitarra elétrica, instrumento posteriormente explorado pelos tropicalistas na década de 1970. Assim, tanto nas canções de protesto quanto no estilo da Jovem Guarda, fez-se nítida a influência dos movimentos de contracultura nas jovens gerações brasileiras, o que anunciava importantes mudanças no perfil social e político dos cidadãos e a valorização de símbolos culturais e de estéticas divergentes do que se via nas propagandas do Regime Militar.

“Seja marginal, seja herói”: a estética da Tropicália

O movimento cultural de maior amplitude durante a ditadura – e no qual mais se fizeram presentes as características da contracultura – foi a **Tropicália** ou Tropicalismo. Iniciado entre 1967 e 1968, o movimento destacou-se principalmente na música popular, mas teve forte impacto sobre a literatura, o teatro e as artes plásticas. O Tropicalismo lançou na cena musical nomes como Caetano Veloso, Gilberto Gil, Tom Zé, Capinam, Torquato Neto, Gal Costa, Rita Lee (vocalista do conjunto de *rock* Os Mutantes). Na literatura, expressou-se por meio da **Poesia Marginal**, abraçada sobretudo por estudantes universitários que abandonaram os meios tradicionais de produção literária (editoras, livros impressos e livrarias), adotaram a linguagem coloquial e levaram os versos para as ruas em cópias mimeografadas; são poetas desse movimento: Ronaldo Bastos, Ledusha, Cacaso, Chacal e outros. No teatro, o Teatro de Arena ganhou ainda mais relevância e engajamento político. Por fim, a estética tropicalista fez-se presente nas artes visuais por meio de artistas como Hélio Oiticica, Lygia Clark, Lygia Pape e Ivan Serpa.



OITICICA, Hélio. *Seja marginal, seja herói*. 1968. A bandeira-poema foi um símbolo da Tropicália e das inovações artísticas do movimento. A obra representa o corpo de “Cara de Cavallo”, conhecido criminoso do Rio de Janeiro, morto pela polícia.

A Tropicália combinou tradição com rebeldia, associando tendências musicais do *rock* inglês e estadunidense (sobretudo o *rock* progressivo apresentado no festival de Woodstock, em 1969) com elementos da MPB, da Bossa Nova, do samba e do baião – os próprios tropicalistas batizaram essa fusão cultural de “geleia geral”. No âmbito estético e ideológico, além da politização contra a ditadura, foram evidentes as influências do **movimento hippie**, do feminismo e da luta pela liberdade sexual, mas também a retomada das propostas dos modernistas brasileiros dos anos 1920 e o vínculo com o **Concretismo**. Marcelo Ridenti, especialista na Ditadura Civil-Militar brasileira analisou o nascimento da Tropicália – após o Festival da Canção da TV Record de 1967, com Gilberto Gil cantando a música “Domingo no parque” e Caetano Veloso, “Alegria, alegria” – da seguinte maneira:



[...] Nasceu como moda; dando forma a certa sensibilidade moderna, debochada, crítica e aparentemente não empenhada. De um lado, associava-se a moda ao psicodelismo, mistura de comportamentos *hippie* e música pop, indiciada pela síntese de som e cor; de outra, a uma revivescência de arcaísmos brasileiros, que se chamou “cafonismo”. [...] Quando justapõe elementos diversos da cultura, obtém uma suma cultural de caráter antropofágico, em que contradições históricas, ideológicas e artísticas são levantadas para sofrer uma operação desmistificadora. Esta operação, segundo a teorização oswaldiana, efetua-se através da mistura dos elementos contraditórios – enquadráveis basicamente nas oposições arcaico-moderno, local-universal – e que, ao inventariá-las, as devora. Este procedimento do Tropicalismo privilegia o efeito crítico que deriva da justaposição desses elementos.

RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. 4. p. 148-149. [Fragmento]

Os grandes festivais musicais foram exibidos até 1972, popularizando os artistas tropicalistas na cena musical. Existiram outros festivais de menor impacto, mas muitos artistas, intelectuais e militantes no decurso da década de 1970 partiram para o **exílio** em função do acirramento da repressão política e da violência institucional, o que de certa forma esvaziou a importância dos festivais. Músicos como Caetano Veloso, Chico Buarque e Gilberto Gil saíram do Brasil apreensivos pela ausência de liberdade de expressão.

VAI LÁ E FAZ

A canção de protesto

[...] As canções de protesto contra a Ditadura Militar eram canções de combate social e, ao mesmo tempo, de forte apelo emotivo-romântico. Suas letras criticavam a situação miserável e a exploração sofrida pelos excluídos do campo e da cidade: sertanejos, pescadores, vaqueiros, operários e favelados. Denunciavam as estruturas fundiárias e o cotidiano dos pobres dos centros urbanos. A canção de protesto foi, também, um marco na história musical do país, consolidando um estilo chamado MPB.

Entre seus maiores compositores estão: Carlos Lyra, Edu Lobo, Sérgio Ricardo, Geraldo Vandré e Chico Buarque de Holanda. A inspiração vinha das ideias divulgadas pelos Centros Populares de Cultura (CPC), pelo Teatro de Arena e pelos debates promovidos pela União Nacional dos Estudantes (UNE) nas universidades.

Os temas das canções pretendiam ser revolucionários pois tinham a intenção de provocar o ouvinte, despertando-o para a resistência contra a Ditadura Militar e a luta pela liberdade. Buscavam, ainda, sensibilizar ou conscientizar o público, setores das classes médias, sobre a pobreza e a miséria reinantes no Brasil. Para isso, seus intérpretes usavam de gestos, canto grandiloquente e até trechos recitados de forte impacto teatral. [...] Veja os exemplos a seguir.

“Carcará” (1964), de João do Valle e José Cândido

A canção fazia parte do *show* Opinião (Rio de Janeiro, 1964), que trazia canções escritas por Zé Keti, Edu Lobo, Carlos Lyra, João do Valle, Heitor dos Prazeres, Ary Toledo, Sérgio Ricardo, Vinícius de Moraes, entre outros. Sua letra exalta a coragem e a determinação para vencer a fome e a rudeza do Sertão. A música incluía a declamação de um texto, extraído de um relatório da Sudene, sobre a migração dos nordestinos expulsos de suas terras pela seca e fome. “Carcará” deu sucesso imediato à jovem desconhecida Maria Bethânia, então com 18 anos de idade, cuja expressiva interpretação marcou para sempre essa canção. O fragmento a seguir é da gravação de 1965, pela RCA.



“Carcará é malvado, é valentão / É a águia de lá do meu sertão / Os burrego novinho num pode andá / Ele puxa o umbigo inté matá Carcará / Pega, mata e come / Carcará num vai morrer de fome / Carcará / Mais coragem do que homem / Carcará, pega, mata e come [...]”

“Opinião” (1964), de Zé Ketí

Canção-tema do espetáculo Opinião (Rio de Janeiro, 1964) para o qual foi composta, era uma crítica ao governo estadual do Rio de Janeiro, que desejava retirar as favelas do morro. Porém, o sucesso da música, na voz de Nara Leão, foi tão grande que acabou se tornando a fala política do sambista do morro e seu protesto contra a Ditadura Militar. O samba “Opinião” inspirou os nomes de um jornal, de um teatro, do segundo elepê de Nara Leão, lançado no final de 1964. O fragmento a seguir, na voz de Zé Ketí, foi gravado em 1970.

“Podem me prender / Podem me bater / Podem até deixar-me sem comer / Que eu não mudo de opinião / Daqui do morro / Eu não saio, não / Se não tem água / Eu furo um poço / Se não tem carne / Eu compro um osso / E ponho na sopa / E deixa andar [...] / Fale de mim quem quiser falar / Aqui eu não pago aluguel / Se eu morrer amanhã, seu doutor / Estou pertinho do céu”.

DOMINGUES, Joelza Ester. A “canção de protesto”: a música contra a Ditadura Militar. *Ensinar História*, 06 out. 2016. Disponível em: <https://ensinarhistoriajoelza.com.br/cancao-de-protesto-ditadura-militar/>. Acesso em: 14 jan. 2021. [Fragmento]

Na atividade seguinte, você terá contato com a interpretação de letras de músicas produzidas no contexto da Ditadura Civil-Militar brasileira. Para isso, realize o passo a passo a seguir:

1. Reúna-se em grupos com seus colegas e escolham uma das canções a seguir (ou outra música de protesto composta no período ditatorial):
 - “Cálice” – Chico Buarque e Milton Nascimento
 - “A mosca na sopa” – Raul Seixas
 - “O bêbado e o equilibrista” – Elis Regina
 - “Alegria, alegria” – Caetano Veloso
 - “Pra não dizer que não falei das flores” – Geraldo Vandré
 - “Apesar de você” – Chico Buarque
 - “Como nossos pais” – Belchior
 - “Tributo a Martin Luther King” – Wilson Simonal e Ronaldo Bôscoli
2. Identifique os seguintes elementos a respeito da canção escolhida:
 - O ano em que foi composta;
 - A temática abordada na letra da música e as críticas apresentadas;
 - Elementos estilísticos (letra, ritmo, estrutura da música) mobilizados para atingir a temática abordada;
 - Acontecimentos políticos do ano ou do período que são refletidos na letra da música;
 - A ocorrência (ou não) de censura à letra.
3. Para finalizar, busquem e apresentem para a classe performances da canção escolhida, realizadas pelos artistas originais ou por outros músicos. Vocês podem apresentar apenas a música, se desejado, ou até mesmo organizar um sarau, performando vocês mesmos a canção escolhida (com instrumentos próprios ou utilizando versões instrumentais das canções). Em seguida, promovam um debate a respeito das músicas apresentadas e ajudem os colegas a identificarem os elementos que você e seu grupo já pesquisaram acerca da canção que escolheram.

5.2. A derrubada da ditadura e a luta pela reconquista de direitos

No contexto dos anos 1970 e 1980, a conjuntura econômica que sustentava o projeto do Regime Militar começou a apresentar sinais de esgotamento e deixar mais evidentes as falhas do **milagre econômico**. Concomitantemente, a economia capitalista enfrentava uma grave retração no cenário internacional, vinculada às crises do petróleo dos anos 1970 e aos problemas no Estado de bem-estar social – questões que encaminharam o mundo capitalista ao fenômeno do neoliberalismo. Toda essa situação reverberou imediatamente sobre o cotidiano dos brasileiros devido à alta inflacionária – as camadas populares foram as mais atingidas, sobretudo os trabalhadores urbanos, afetados pela alta geral dos preços e pelos arrochos salariais.

Nesse ambiente de crise, a propaganda ufanista e o aparelho repressor já não eram mais capazes de conter a revolta dos movimentos sociais, que voltaram a tomar conta das ruas das grandes cidades brasileiras e a questionar publicamente o projeto de nação e de desenvolvimento econômico excludente e opressor da Ditadura Militar.

O movimento grevista e os caminhos da redemocratização

Entre os anos de 1978 e 1980, os operários de metalúrgicas das cidades paulistas de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano (o chamado ABC paulista) deflagram um movimento grevista de grandes proporções, chegando a mobilizar a primeira greve geral de uma categoria profissional no país desde a Greve de Contagem, em 1968. As **Greves do ABC** protestaram contra o arrocho salarial e lutavam pelo retorno dos direitos políticos e civis dos brasileiros – por exemplo, a autonomia dos trabalhadores na organização sindical. O movimento contou com a adesão de centenas de milhares de trabalhadores, tornou-se bastante popular e recebeu apoio de diversos setores da sociedade (intelectuais, associações da sociedade civil, grupos da Igreja Católica, políticos do MDB e artistas); embora tenha enfrentado forte repressão do governo ditatorial, o movimento grevista alcançou vitórias, como o reajuste salarial para os metalúrgicos e, sobretudo, a demonstração do poder de organização da sociedade contra a Ditadura Militar.

O sindicalismo do final da década de 1970 foi um dos elementos mais importantes para pressionar a abertura política do Regime Militar, mas outros movimentos de militância organizada ganharam força e suscitaram o debate em torno de pautas identitárias, por exemplo:

- **Centro da Mulher Brasileira e Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (1975)**, representando o início do **movimento feminista brasileiro** – embora muitas vezes autoidentificado como movimento de mulheres ou feminino – e da luta contra o patriarcalismo tradicional e a favor da inserção política das mulheres e pelo controle da sexualidade e da reprodução.
- **Movimento Negro Unificado (1978)**, influenciado pelo panafricanismo dos anos 1950 e 1960, que estimulava o ativismo político da população negra e rejeitava o mito da democracia racial que embasava as políticas de Estado desde o início do período republicano.
- **Somos – Grupo de Afirmação Homossexual (1978)**, considerado o primeiro movimento em defesa dos direitos da população LGBTQIA+ no Brasil. Em 1980, foi fundado o Grupo Gay da Bahia, outro importante foco da militância LGBTQIA+.

As camadas populares clamavam pelo retorno das liberdades democráticas, mas as elites políticas e econômicas preocupavam-se com as consequências da inserção dos movimentos sociais na cena pública. Nesse sentido, visando à conciliação dos diversos interesses em jogo, o **Governo Geisel (1974-1979)** iniciou o plano de abertura “lenta, gradual e segura”, que, de um lado, evitava a possível radicalização dos movimentos sociais e, de outro, manteve o controle das elites sobre o sistema político. O maior exemplo desse projeto foi a suspensão do AI-5 – o que, na prática, não significou o fim imediato da repressão e do autoritarismo.

O governo de João Figueiredo (1979-1985), por sua vez, viabilizou o reestabelecimento do sistema democrático, dando início ao processo de anistia, ou seja, a concessão de perdão aos crimes de motivação política. A campanha popular pela anistia é datada em 1975, com a criação do Movimento Feminino pela Anistia, que reuniu advogados e familiares de perseguidos políticos (muitos deles presos, outros tantos em exílio). A partir de 1978, foram fundados ao redor do país diversos Comitês Brasileiros pela Anistia, que se inseriam na lógica da **justiça restaurativa** – técnica jurídica de resolução de disputas, conflitos ou situações de violência orientada pela sensibilidade na escuta das vítimas e de seus ofensores. A luta dos comitês era pela anistia ampla, geral e irrestrita, campanha que saiu da esfera jurídica e ganhou popularidade nas ruas.

Jorge Araújo / Folhapress



Faixa a favor da anistia ampla, geral e irrestrita erguida no Estádio do Morumbi, em São Paulo, pela torcida corintiana Gaviões da Fiel. O ato ocorreu em 1979 durante um clássico disputado entre Santos e Corinthians e estampou as capas dos principais jornais do país no dia seguinte.

A **Lei de Anistia (1979)** apresentada pelo governo, contudo, seguiu a linha da anistia limitada, restrita e recíproca. Ela trouxe de volta ao país os exilados, libertou presos políticos e retirou da clandestinidade uma série de brasileiros que viviam sob medo da perseguição ditatorial.

Entretanto, manteve presos 195 condenados por ações armadas e não reverteu medidas de demissão ou aposentadorias compulsórias. A medida mais polêmica, no entanto, foi a reciprocidade da anistia, ou seja, o perdão estendido aos autores dos crimes praticados pelo Estado durante a ditadura. Assim, os militares e civis que coordenaram a repressão e se envolveram diretamente em ações de tortura, assassinatos e desaparecimentos não foram responsabilizados pelos seus crimes.

Nos anos 1980, a luta direcionou-se para a finalização do processo de abertura política por meio do retorno do momento máximo do exercício da cidadania e da democracia: as eleições diretas para a Presidência da República. Iniciada em 1983, a campanha das **Diretas Já!** ocorreu por meio de uma série de comícios nas grandes cidades do país e rapidamente ganhou adeptos nos meios político, intelectual e artístico e nas classes populares.



[...] A campanha das Diretas Já tinha dimensão cívica, natureza republicana e jeito de festa. [...] O palanque desses comícios reunia as principais lideranças da frente suprapartidária – Ulysses Guimarães, Leonel Brizola, Lula, Tancredo Neves, Fernando Henrique Cardoso, Franco Montoro –, e os discursos eram acompanhados por uma multidão eufórica e comovida. [...]

SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 483-484. [Fragmento]

Em 26 de abril de 1984 ocorreu a votação da **Emenda Constitucional Dante de Oliveira**, que determinava o restabelecimento das eleições diretas para presidente da República. Mesmo com a maioria dos votos favoráveis na Câmara dos Deputados, a emenda foi rejeitada e não foi apreciada pelo Senado Federal. A população ficou frustrada, pois a transição para a democracia ocorreria, portanto, a partir das negociações no interior da elite política e por meio de uma eleição indireta. Somente nas eleições de 1989 os brasileiros puderam exercer o direito de votar diretamente em um candidato a presidente.

A redemocratização foi um processo iniciado em 1985 com a **eleição indireta de Tancredo Neves**, o primeiro presidente civil, e legitimada pela Constituição de 1988. As discussões da Assembleia Nacional Constituinte de 1987 foram orientadas por representantes de diversos segmentos da sociedade civil, determinando a formulação de uma Carta Constitucional que ampliava os direitos e as garantias individuais. A Constituição de 1988 ficou conhecida como “Constituição Cidadã”; ela responsabiliza a União por uma série de políticas públicas e estabelece os direitos sociais básicos do cidadão brasileiro: saúde, educação, moradia, alimentação, trabalho, segurança, previdência, lazer, entre outros. O estabelecimento desses direitos não significa que eles foram atingidos na prática – afinal, todos eles tratam de problemas sociais centrais até hoje no Brasil –, contudo, o fato de estarem institucionalmente estabelecidos garante as possibilidades de organização dos movimentos sociais para exigência do cumprimento da legislação, além de abrir vias institucionais de negociação das demandas das camadas populares e dos grupos marginalizados.

Em um contexto democrático, a impunidade concedida aos militares envolvidos em crimes do Estado ditatorial voltou a ser questionada por perseguidos políticos do período e / ou seus familiares, políticos, intelectuais e pela sociedade civil de maneira geral. Em 2011, o governo criou a **Comissão Nacional da Verdade (CNV)**, órgão de investigação das violações aos Direitos Humanos que ocorreram no Brasil entre 1946 e 1988.



Manifestação contra grupos políticos conservadores em São Paulo, 2018.

As Comissões da Verdade foram estabelecidas em diversos países que viveram experiências ditatoriais ou governos autoritários; a Argentina e o Chile, por exemplo, criaram órgãos semelhantes. No caso brasileiro, a CNV atuou até 2014 ouvindo vítimas, testemunhas e agentes da ditadura. As informações e os dados foram compilados em relatórios apresentados em audiências públicas, as quais chegaram à conclusão de que, de fato, durante o Regime Civil-Militar, inúmeros crimes contra a humanidade foram cometidos pelos agentes do Estado. É importante frisar que a Lei da Anistia de 1979 se sobrepôs à CNV, que não era investida do poder de punir ou condenar os criminosos. A importância da CNV não é diminuída por isso; ela continuou sendo uma importante medida de rememoração dos prejuízos humanos provocados pelos governos autoritários e uma forma de prestar conforto e esclarecimento à população brasileira.

TÁ NA MÍDIA

No primeiro QR Code, você tem acesso a uma reportagem feita no ato das Diretas Já em São Paulo, em 1984.

No segundo QR Code, você tem acesso ao portal da Comissão Nacional da Verdade.



BERNOULLI PLAY

O avanço das políticas sociais na Nova República >> AF09

Veja nessa videoaula como as demandas sociais foram atendidas com o avanço das políticas sociais desde a redemocratização.



EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM

09 (Unicamp-SP) Leia a seguir o trecho da música “Tropicália”, de Caetano Veloso (1968). A seguir, responda às questões:

Sobre a cabeça os aviões

Sob os meus pés os caminhos

Aponta contra os chapadões

Meu nariz.

Eu organizo o movimento

Eu oriento o Carnaval

Eu inauguro o monumento no planalto central do país.

A. O movimento tropicalista, do qual Caetano Veloso foi um representante, traça um retrato “cantado” do Brasil. Segundo algumas interpretações, na música “Tropicália” o autor contesta a ideologia que dominava o pensamento político do Brasil, principalmente entre as décadas de 1930 e 1960, mostrando as contradições da modernização subdesenvolvida do Brasil. A que fatos se referem os versos segundo e sétimo do trecho da música “Tropicália” reproduzido?

B. Brasília, inaugurada em 1960, completou 50 anos em 2010. A sua construção no Planalto Central era um velho sonho do Estado brasileiro desde o Império. Aponte duas justificativas para a construção de Brasília.



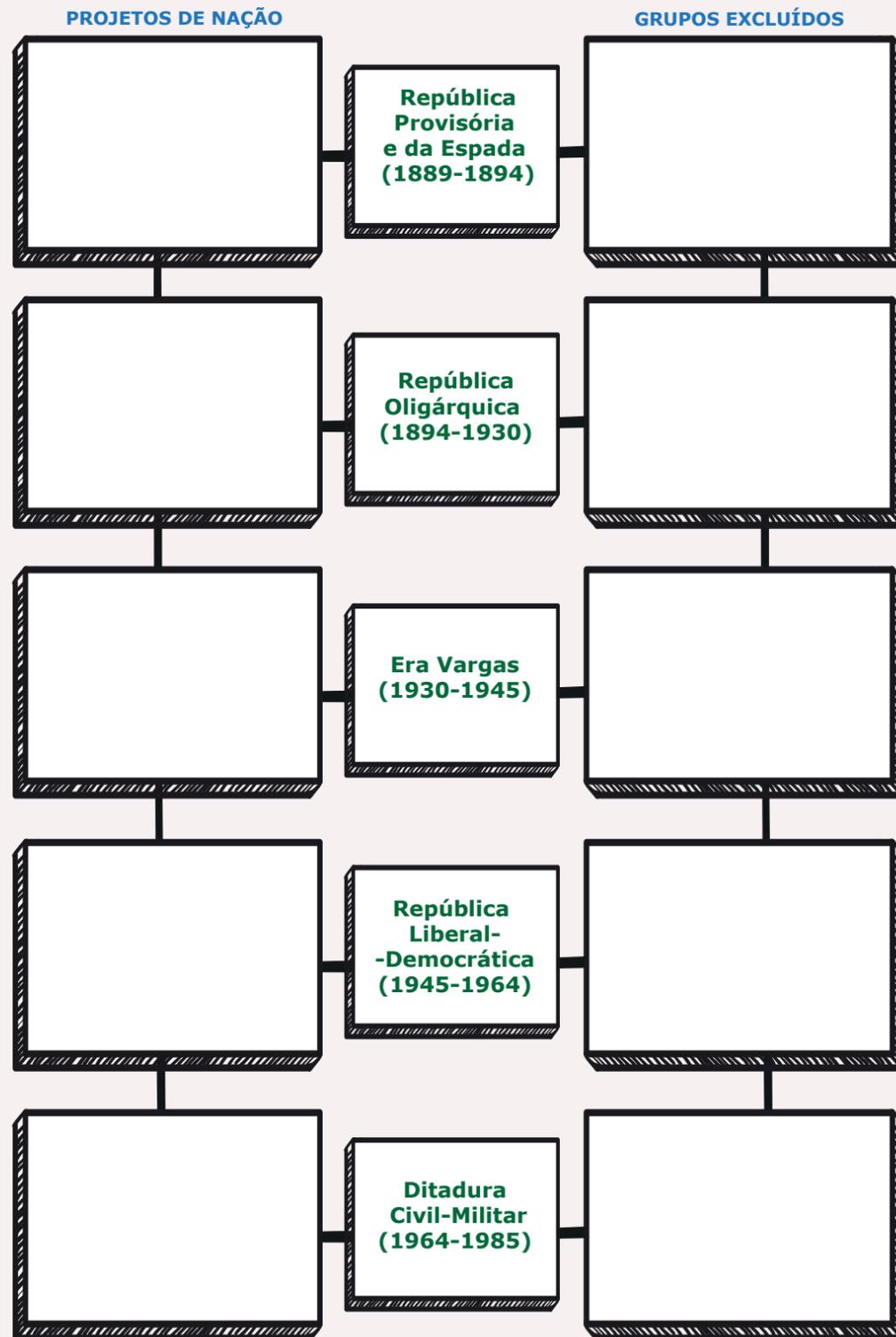
[...] A perspectiva de reconciliação do Estado com a sociedade brasileira requer sistematização para recuperar a verdade sobre os acontecimentos que marcaram a história recente do Brasil. Entretanto, isso não consiste em apenas trazer à tona os acontecimentos, mas direcionar ações, como: a) publicizar os processos em que o Estado violou os direitos fundamentais de cidadãos comprometidos com as lutas sociais e não garantiu liberdade de expressão nos períodos autoritários; b) dar conhecimento à população do autoritarismo e violações por parte do Estado; c) revelar atos considerados abusivos para que eles não venham a se repetir na sociedade brasileira. [...]

CANABARRO, Ivo. Caminhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV): memórias em construção. *Sequência*, Florianópolis, n. 69, p. 215-234, dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/seq/n69/09.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2021. [Fragmento]

Levando em consideração o trecho anterior, esclareça os objetivos da Comissão Nacional da Verdade e sua importância social durante o período em que esteve vigente.

FECHA COMIGO

Ao longo do capítulo você pôde conhecer as diferentes facetas do Brasil Republicano e entender como o projeto de nação idealizado pelos governos muitas vezes se distanciou da maioria da população brasileira. Por meio do mapa mental a seguir, sintetize essas ambiguidades, apontando o projeto oficial apresentado pelo governo do país e as identidades nacionais que foram “esquecidas” por esse projeto.



EXERCÍCIOS PROPOSTOS



01 (UFJF-MG-2020) Observe a charge a seguir:



Após observar a charge, marque a resposta correta sobre o fim do Segundo Reinado no Brasil e a implantação do novo regime republicano.

- A. O fim do Segundo Reinado foi motivado pela defesa do movimento republicano pela manutenção e continuidade da união entre o Estado e a Igreja Católica.
- B. A expulsão de Pedro II foi a solução para agradar os fazendeiros de café que desejavam o Poder Moderador do rei e eram contra a divisão dos três poderes.
- C. A instauração da República teve influência do ideário iluminista e da Revolução Francesa representado pela defesa da monarquia parlamentarista.
- D. A unidade da Federação estava ameaçada pelas crises do Segundo Reinado entre proprietários de café a favor ou contra a influência dos Estados Unidos.
- E. A crise do Império juntou-se ao movimento republicano com um projeto de Estado não escravista, separado da Igreja e com equilíbrio dos três poderes.

02 (UESB-BA) O Brasil vivia, de fato, uma situação única na sua história naquele momento. O derradeiro ministério do governo imperial havia sido deposto pelas armas do marechal Deodoro, mas a República ainda não estava proclamada. Àquela altura, portanto, o regime não era monárquico nem republicano. O Parlamento, por sua vez, estava em recesso. [...] Para todos os efeitos, o chefe supremo da nação era o imperador, mas na prática já não tinha poder algum porque nada poderia fazer sem consultar Deodoro, o homem forte daquele dia.

GOMES. 2013. p. 279.

Os momentos de indecisão e de imprecisão política, relatados no texto e os conhecimentos sobre a Proclamação da República no Brasil permitem afirmar:

- A. A Proclamação da República produziu profundas alterações no contexto social do país, com a introdução da política imigratória de povos asiáticos para o trabalho nas fazendas de café.
- B. A República Velha registrou a ocorrência de grandes tensões políticas, resultantes da imprecisão do sistema legislativo quanto ao funcionamento dessa forma de governo.
- C. Uma profunda reforma partidária marcou a organização da vida republicana, apesar de os partidos do Império terem sido incorporados ao novo sistema.
- D. A nova forma de governo foi insuficiente para derrubar os fundamentos econômicos e políticos herdados do Império, a exemplo da economia agrária e do poder da classe latifundiária.
- E. A resistência das oligarquias estaduais ameaçou a unidade nacional durante a República Velha, a exemplo do que ocorrera com os movimentos sociais do Período Colonial.

03 (ESPM-SP-2019) O “jacobinismo” à brasileira foi violento, embora não no sentido daquele da Revolução Francesa de 1793, de Danton e Robespierre, que propunha um projeto social democrático e considerado de vanguarda para a época. Aqui não; na verdade, era fruto do clima de guerra civil e servia apenas para preservar a autoridade despótica de Floriano.

LOPES, Adriana; MOTA, Carlos Guilherme. *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: SENAC, 2008.

Quanto ao texto, assinale a alternativa que defina corretamente o jacobinismo à brasileira, florianista, e que mencione as instabilidades ocorridas sob o governo do marechal Floriano Peixoto, que criavam um clima de guerra civil.

- A. O jacobinismo era um movimento de indivíduos que apoiavam a especulação financeira gerada pelo Encilhamento – o clima de guerra civil derivava da Revolta da Vacina.
- B. O jacobinismo envolvia os opositores ao governo do marechal Floriano Peixoto – o clima de guerra civil derivava da Guerra de Canudos.
- C. O jacobinismo foi o movimento da aristocracia rural que apoiava incondicionalmente o governo do marechal Floriano Peixoto – o clima de guerra civil derivava da Revolta da Chibata.
- D. O jacobinismo era a ação da população urbana, incluindo uma baixa classe média exaltada e apoiadores fanáticos de Floriano Peixoto – o clima de guerra civil derivava da Revolta da Armada e da Revolução Federalista do Rio Grande do Sul.
- E. O jacobinismo era um movimento sob a influência do socialismo – o clima de guerra civil derivava da Guerra do Contestado.

04 (UERJ–2019) No início da noite de 26 de janeiro de 1893, por ordem do prefeito do Distrito Federal, Cândido Barata Ribeiro, a polícia ocupou o mais célebre dos cortiços cariocas, conhecido como Cabeça de Porco, no centro da cidade. A estalagem, conjunto de casinhas onde viviam de 400 a 2 000 pessoas, foi em seguida desocupada, sem que se desse aos moradores o tempo necessário para recolherem suas coisas. Em poucas horas, foi demolida. Não tardou para que a expressão “cabeça de porco” se impusesse como sinônimo de cortiço.

Disponível em: projetomemoria.art.br (Adaptação).

A ordem de desocupação e demolição do famoso cortiço em 1893, ironizada em capa de revista da época, representou mudanças na ação do então prefeito com relação aos problemas sociais da cidade do Rio de Janeiro.

Um desses problemas sociais e o objetivo dessa demolição estão indicados, respectivamente, em:

- Deficit escolar – planificação da expansão urbana
- Fluxo migratório – integração de novos logradouros
- Criminalidade elevada – reordenação da ação repressora
- Crescimento demográfico – erradicação de habitações populares

05 (UERJ) Cheio de apreensões e receios despontou o dia de ontem, 14 de novembro de 1904. Muito cedo tiveram início os tumultos e depredações. Foi grande o tiroteio que se travou. Estavam formadas em toda a Rua do Regente, estreita e cheia de casas velhas, grandes e fortes barricadas feitas de montões de pedras, sacos de areia, bondes virados, postes e pedaços de madeira arrancados às casas e às obras da Avenida Passos.

Jornal do Comércio, 15 nov. 1904. In: *Nosso século* (1900-1910). São Paulo: Abril Cultural, 1980 (Adaptação).

O progresso envaidecera a cidade vestida de novo, principalmente inundada de claridade, com jornais nervosos que a convenciam de ser a mais bela do mundo. Era a transição da cidade doente para a maravilhosa.

CALMON, Pedro. In: *Nosso século* (1900-1910). São Paulo: Abril Cultural, 1980 (Adaptação).

Os textos referem-se aos efeitos da gestão do prefeito Pereira Passos (1902-1906), momento em que a cidade do Rio de Janeiro passou por uma de suas mais importantes reformas urbanas. Uma intervenção de destaque foi a abertura da Avenida Central, hoje Avenida Rio Branco, provocando não só elogios, como também conflitos sociais. A principal motivação para esses conflitos esteve relacionada à

- restrição ao comércio popular.
- devastação de áreas florestais.
- demolição de moradias coletivas.
- elevação das tarifas de transporte.

06 (UECE) Leia atentamente o seguinte excerto:

Na tentativa de impor “civilidade” ao habitante da urbe, Pereira Passos vai emitindo, ao longo de sua gestão, uma série de proibições relativas a práticas urbanas comuns na cidade: proíbe que se cuspa na rua e nos bondes, proíbe a vadiagem de caninos, proíbe que se façam fogueiras nas vias da cidade, que se soltem balões, proíbe a venda ambulante de loterias, de exposição de carnes à venda nas ruas, também proíbe o trânsito de vacas leiteiras na cidade e andar descalço e sem camisa. Em uma ação conjunta com tais restrições, Pereira Passos buscou substituir antigas práticas urbanas por novos hábitos tidos como “civilizados”. Desta forma, o prefeito proíbe o entrudo, substituindo-o pela batalha de flores e derruba os quiosques do centro da cidade, estimulando com a sua reforma a abertura de lojas para o chá da tarde.

AZEVEDO, André Nunes de. A Reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração conservadora. *Revista Tempos Históricos*, v. 19, p. 167, jul. / dez. 2015.

O texto anterior diz respeito

- ao processo de transformações ocorridas no Rio de Janeiro com a vinda da Família Real para o Brasil, após a invasão napoleônica em Portugal no início do século XX.
- ao processo de remodelamento e disciplinarização dos espaços urbanos, típicos das reformas ocorridas em várias cidades brasileiras no período da chamada *Belle Époque*.
- às medidas disciplinadoras impostas ao povo pelos governos militares após a derrubada do governo de João Goulart em 1964.
- ao modelo de administração proposto pelo Partido Conservador no início da redemocratização pós-64 e adotado, no Rio de Janeiro, pelo então prefeito da cidade.

07 (UNEB-BA) Lembranças de Makoko, uma das mais famigeradas comunidades de posseiros em Lagos, na Nigéria – metrópole presa entre a modernidade e a miséria. Com centenas de modos de transferência assíncronos (ATM, na sigla em inglês), recortes de centros de Internet e milhões de telefones celulares, essa cidade agitada e congestionada com 8 milhões a 17 milhões de habitantes (dependendo de onde se traça a linha de contorno ou de quem faz a contagem) está conectada à grade global. Centro internacional de negócios empresariais e capital comercial do país mais populoso da África, Lagos atrai perto de 600 mil novos visitantes todos os anos.

Mas a maioria dos bairros, mesmo alguns dos melhores, não dispõe de água encanada, saneamento básico e eletricidade. Makoko – parte sobre terra firme, parte flutuando sobre lagoas – é uma das comunidades mais carentes da megalópole. Bairros como esse existem no mundo todo. [...] Quando os governos negam a essas comunidades o direito de existir, as pessoas demoram mais para melhorar suas casas.

Quando as autoridades do Rio de Janeiro decretaram guerra às favelas nos anos 1960, por exemplo, as pessoas temiam ser expulsas de suas casas, ou que estas fossem incendiadas e por isso não tinham pressa em melhorá-las. A maioria das favelas permaneceu primitiva – pouco diferentes das cabanas de barro e dos barracos de madeira de Mumbai e Nairóbi. Mas quando os políticos perceberam a reação e passaram a se comprometer com as comunidades, elas começaram a proliferar sem controle.

NEUWIRTH. 2013. p. 22-24, 26.

A origem das favelas está relacionada à pobreza e à desigualdade social, contudo, no caso específico do Rio de Janeiro, as favelas surgiram em função da

- transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro, consequência do desenvolvimento da economia cafeeira, o que provocou uma grande inflação e o empobrecimento da população em geral.
- transmigração da Corte portuguesa para o Brasil, que expulsou a elite brasileira de suas propriedades urbanas, forçando a abrigar a nobreza portuguesa, e que desalojou centenas de cariocas de todos os níveis sociais para acomodar as necessidades físicas do novo governo.
- Era Mauá, cujo desenvolvimento industrial atraiu a mão de obra de operários oriundos do campo, que, devido às péssimas condições salariais, se concentraram nas áreas mais miseráveis da cidade.
- reforma urbana no centro do Rio de Janeiro, durante a Primeira República, que, inspirada no modelo urbanístico europeu, derrubou casarões coloniais, moradia da população de baixa renda, que passou a buscar abrigo nos morros cariocas.
- política repressiva do Regime Ditatorial Militar, nos anos 60 do século passado, que atuou incisivamente contra a população carente e dos bairros proletários, buscando conter as manifestações e os focos de resistência ao governo.

08 (UEG-GO) Leia o excerto que segue:

Os subúrbios do Rio de Janeiro são a mais curiosa coisa em matéria de edificação da cidade. A topografia do local, caprichosamente montanhosa, influenciou decerto para tal aspecto, mais influíram, porém, os azares das construções. Nada mais irregular, mais caprichoso, mais sem plano qualquer, pode ser imaginado. As casas surgiram como se fossem semeadas ao vento e, conforme as casas, as ruas se fizeram. Há algumas delas que começam largas como *boulevards* e acabam estreitas que nem vielas; dão voltas, circuitos inúteis e parecem fugir ao alinhamento reto com ódio tenaz e sagrado.

BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Penguin, 2011. p. 191.

Neste fragmento, o autor descreve a irregularidade do traçado das ruas cariocas. Com o propósito de criar uma cidade mais moderna, com ruas e avenidas mais retilíneas, é que se efetivou

- a derrubada do antigo Morro do Castelo, durante o governo do presidente Campos Sales.
- a derrubada dos cortiços da cidade promovida pelo sanitarista Oswaldo Cruz.
- a reforma urbana promovida por Pereira Passos, a qual ficou conhecida como o “bota-abaixo”.
- o primeiro plano de se transferir a capital federal para a Região Centro-Oeste.

09 (Famema-SP–2020) O período mais produtivo da época de ouro da MPB coincide, basicamente, com o Estado Novo (1937-1945), implantado por Getúlio Vargas. Não é uma simples coincidência. Em 1937, Vargas criou o Ince (Instituto Nacional de Cinema Educativo), o SNT (Serviço Nacional de Teatro) e o INL (Instituto Nacional do Livro). De outro lado, Vargas também operava, com mão de ferro, o famigerado DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda).

ARBEX JÚNIOR, José; SENISE, Maria Helena V. *Cinco séculos de Brasil*. 1998 (Adaptação).

Durante o Estado Novo,

- a postura crítica na música contrastava com a simplicidade das outras áreas da cultura, que se submetiam ao governo.
- a criação de instituições culturais prejudicava intelectuais e artistas, que intensificavam sua oposição ao governo.
- a política econômica do governo privilegiava a industrialização, o que deixava a cultura sem verbas suficientes.
- a produção cultural reforçava o nacionalismo exaltado pelo governo, que cerceava a liberdade de expressão.
- o projeto do governo baseava-se em medidas elitistas, o que limitava as manifestações culturais populares.

10 (UPE) No primeiro governo de Getúlio Vargas, o fortalecimento do samba como canção nacional veio juntamente com o apoio ao Carnaval, e isso acontecia oficial e extraoficialmente. Em 1932, foi realizado o primeiro baile de Carnaval no Teatro Municipal do Rio de Janeiro; em 1935, Villa-Lobos incorporou um samba de Ernani Silva em uma apresentação; em 1936, a Hora do Brasil transmitia um samba da Escola Mangureira “diretamente para a Alemanha nazista”, e, em 1937, o governo estabeleceu que os enredos de escolas de samba teriam “caráter histórico, didático e patriótico”.

MACEDO, Kárita Bernardo de. *Carmem Miranda e o nacionalismo na década de 1930*. UDESC / Ceart. p. 387-388 (Adaptação).

Uma consequência sociopolítica do contexto apresentado pelo texto foi a

- A. nacionalização do samba e sua ligação a um projeto de modernização do país.
- B. competição com a Bossa Nova como gênero musical da elite boêmia nacional.
- C. marginalização do samba como gênero musical com a institucionalização da censura.
- D. identificação do samba com música “marginal”, prejudicando a imagem do Brasil no cenário internacional.
- E. oposição dos principais cantores nacionais, Carmem Miranda, Sílvio Caldas e Francisco Alves, ao gênero samba.

11 (Unicamp-SP-2021) No plano da imaginação, os asiáticos, fossem chineses ou japoneses, geravam associações contraditórias: impassíveis, teimosos, irredutíveis no preço que fixavam nas feiras livres ou em suas casas comerciais, rompendo com o estilo de barganhas e pechinchas incorporado ao dia a dia dos portugueses, sírios, libaneses, judeus, espanhóis. Ao mesmo tempo, eram associados às imagens de delicadeza, de gueixa e cerejeiras em flor, que as estampas dos calendários, os cartazes de certas peças de teatro e das óperas encarregavam de divulgar.

FAUSTO, Boris. *O Crime do Restaurante Chinês: Carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 30*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 (Adaptação).

O texto do historiador Boris Fausto traz informações sobre a São Paulo dos anos 1930. A partir do fragmento, assinale a alternativa correta.

- A. A história do Brasil registra a convivência de imigrantes europeus e asiáticos, marcada por dinâmicas de assimilação e preconceito.
- B. Imigrantes europeus gozaram da mesma posição social que a população negra e ambos os grupos se adaptaram bem à vida urbana.

- C. As atividades da greve de 1917 unificaram os interesses de imigrantes asiáticos e europeus no campo e na cidade.
- D. Imigrantes asiáticos e europeus compuseram, junto com a população negra, o novo cenário cultural da democracia racial da Era Vargas.

12 (UFG-GO) Analise a imagem a seguir:



O Cruzeiro, Rio de Janeiro, 1950. Disponível em: <http://www.memoriaviva.com.br/ocruzeiro/>. Acesso em: 27 fev. 2012.

“Para um lar que está se formando agora... ou para a dona de um lar que já se formou há muito tempo... não há outro presente tão desejado, útil e oportuno como estes belíssimos Aparelhos ARNO!”

Publicado na revista *O Cruzeiro*, na década de 1950, a imagem integra um anúncio publicitário que, associado às mudanças na política brasileira, expressa

- A. a acessibilidade aos produtos domésticos para as distintas parcelas da população, que podiam consumir tendo em vista o cenário de pleno emprego.
- B. a presença feminina no mercado de trabalho, que permitia à mulher tornar-se uma consumidora privilegiada dos produtos industrializados.
- C. o crescimento do setor de bens de consumo, que advinha do investimento externo e transformava o cotidiano doméstico.
- D. a ausência de diversidade na indústria, que investia na fabricação de um único modelo por produto em virtude da produção em série.
- E. o incentivo governamental ao casamento, que ampliava o mercado consumidor de produtos domésticos para o conforto familiar.

13 (UEG-GO)



ACERVO UH / FOLHA IMAGEM. 28 abr. 1959.

Povo: Gostaria que V. Exa. me informasse se a construção de Brasília ainda vai demorar...

JK: Ainda demora um pouco. Creio que mais um ano, mais ou menos. Por quê?

Povo: Apenas pra saber quanto tempo ainda terei de passar fome.

A ilustração anterior, elaborada no contexto da construção de Brasília, traduz uma das principais críticas ao governo de Juscelino Kubitschek. Entre essas críticas, a de que a construção de Brasília

- A. produziu um forte decréscimo populacional no Rio de Janeiro e em São Paulo por causa da migração para o interior do Brasil.
- B. ocorreu de forma lenta e burocrática, dificultando o processo de transferência da capital.
- C. impediu o processo de industrialização do país e, portanto, o desenvolvimento econômico brasileiro.
- D. desviou recursos, que melhorariam as condições de vida de toda a população brasileira, para construir a nova capital, causando o empobrecimento do país.

14
A6JP

(FGV-2020) Com efeito, coexistindo duas regiões dentro de uma mesma economia – integradas pelo mesmo sistema monetário – o salário de subsistência da população tende a ser relativamente mais elevado ali onde é mais baixa a produtividade do homem ocupado na produção de alimentos. A coexistência das duas regiões numa mesma economia tem consequências práticas de grande importância. Assim, o fluxo de mão de obra da região de mais baixa produtividade para a de mais alta tenderá a pressionar sobre o nível de salários desta última, impedindo que eles acompanhem a elevação da produtividade.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 1989.

O texto apresenta uma teoria econômica geral, que pode ser aplicada à experiência da história social brasileira, a partir, sobretudo, dos anos cinquenta do século passado. De fato, o desenvolvimento econômico do país

- A. tendeu à concentração das atividades produtivas mais dinâmicas nas regiões de menor concentração de trabalhadores assalariados.
- B. ocorreu por meio do deslocamento de operários especializados formados nas regiões de penúria social para os centros industrializados.
- C. provocou uma revolução social nas regiões de menor crescimento com a melhoria dos ganhos salariais dos trabalhadores locais com a queda da oferta de trabalho.
- D. impediu a constituição de um mercado nacionalmente integrado com a inexistência de mercado consumidor nas regiões de economias mais tradicionais.
- E. processou-se em uma situação de deslocamento populacional interno favorável ao aprofundamento de desigualdades econômicas inter-regionais.

15 (FGV) Leia as tabelas:



Aumento das taxas de urbanização					
	1940	1960	1980	1991	1996
Brasil	31	45	68	75	78
Norte	28	38	52	58	62
Nordeste	23	34	50	61	65
Sudeste	39	57	83	88	89
Sul	28	37	62	74	77
Centro-Oeste	22	34	68	84	84

Melhoria dos índices sociais				
	Esperança de vida (anos)	Analfabetismo (%)	Mortalidade infantil (por mil)	Taxa de fertilidade (filhos por família)
1940	43	66	158	6,1
1950	46	60	138	6,2
1960	52	40	118	6,3
1970	54	30	117	5,5
1980	60	25	88	4,4
1990	65	19	50	2,7
1996	67	17	41	2,1

IBGE *apud* THERY, Hervé. Retrato cartográfico e estatístico. In: SACHS, Ignacy *et al.* *Brasil: um século de transformações*. 2001.

A partir das tabelas e da história brasileira desde os anos 1940, é correto afirmar que

- A. uma situação paradoxal ocorreu na sociedade brasileira nos últimos sessenta anos, pois o processo de urbanização foi mais rápido nas regiões produtoras de mercadorias industrializadas, mas a melhoria dos indicadores sociais nessas regiões chegou a estagnar em algumas áreas.
- B. desde os anos 1950, o Brasil já era considerado um país essencialmente urbano, porém as condições de saúde e educação melhoraram no Sul e no Sudeste e tiveram uma acentuada piora no Norte e no Nordeste, além do Centro-Oeste, ainda hoje de maioria da população no campo.
- C. uma transformação vivenciada no Brasil, talvez a mais marcante da segunda metade do século XX, foi a forte onda de urbanização, fenômeno importante porque foi um dos provocadores da melhoria de todos os indicadores sociais apresentados.
- D. a lenta passagem do Brasil de país rural para urbano, condição atingida em meados dos anos 1980, produziu uma série de efeitos negativos, como a estagnação do grau de escolaridade entre os mais jovens e a frágil melhora no aumento de expectativa de vida.
- E. a mais significativa mudança na organização social brasileira no século XX refere-se ao excepcional processo de urbanização nas áreas mais pobres do Norte e do Nordeste, mas que não veio acompanhado de efeitos positivos na maioria dos indicadores sociais.

16 (UECE-2023) Durante o movimento denominado "Diretas Já", ocorrido em todo o Brasil entre os anos de 1983 e 1984, um enorme contingente de cidadãos envolveu-se nas manifestações. Nas dezenas de comícios realizados nas principais cidades do país, aqueles eventos contaram com a participação de políticos, artistas renomados, jogadores de futebol famosos, líderes sindicais, representantes estudantis e jornalistas.

Sobre esse momento da história política brasileira, é correto afirmar que

- A. teve como objetivo tentar impedir a implantação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), que estabelecia o fechamento do Congresso Nacional e o fim das garantias e dos direitos civis.
- B. objetivava retomar o sistema de voto direto para o cargo de Presidente da República a partir da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 5, do deputado Dante de Oliveira.
- C. ocorreu como uma tentativa de barrar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 16, que alteraria a Constituição, abrindo a possibilidade de reeleição para quem ocupava cargos em qualquer nível do Poder Executivo.
- D. teve como foco apoiar o processo de *impeachment*, por crime de responsabilidade, contra o então presidente Fernando Collor de Mello, último presidente brasileiro eleito por meio de eleição indireta.

17 (Unicamp-SP-2023)

Como pode um povo vivo
 Viver nesta carestia
 Como poderei viver
 Como poderei viver
 Dia e noite, noite e dia
 Com a barriga vazia
 Como pode um operário
 Viver com esse salário
 Como pode a criança
 Estudar sem comer nada

PROGRAMA oficial do lançamento geral do abaixo-assinado do Movimento do Custo de Vida, 12 mar. 1978. Doc. 039_4. Fundo ECO_PRE, Centro Pastoral Vergueiro. In: MONTEIRO, Thiago Nunes. *Como pode um povo vivo viver nesta carestia: o Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982)*. São Paulo: Humanitas, 2017.

A letra anterior foi utilizada pela campanha coordenada pelo Movimento Custo de Vida, iniciado por mulheres das periferias da cidade de São Paulo, em 1978. Sobre as lutas por melhores condições de vida durante a década de 1970 na ditadura militar (1964-85), é correto afirmar que

- A. o Movimento do Custo de Vida foi organizado para protestar contra as políticas econômicas e sociais da ditadura militar que provocavam o arrocho salarial e a inflação.
- B. diante da impossibilidade de fazer protestos de rua, o Movimento do Custo de Vida teve atuação por meio de letras de músicas de duplo sentido (para driblar a censura), veiculadas no rádio.

- C. após reunir cerca de 200 mil pessoas na Praça da Sé em São Paulo em 1978, o Movimento do Custo de Vida migrou para a luta armada como resposta à repressão.
- D. as Comunidades Eclesiais de Base, instaladas nas periferias das grandes cidades e onde começou o Movimento do Custo de Vida, foram desmanteladas em 1979.

EXERCÍCIOS DISCURSIVOS

01 (Unicamp-SP) Após a Proclamação da República, uma nova bandeira nacional foi criada para substituir a antiga bandeira do Império. O lema da nova bandeira era "Ordem e Progresso".

- A. Por que o governo republicano determinou que se substituísse a antiga bandeira?
- B. Explique por que, naquele momento, era importante para o governo republicano demonstrar sua preocupação com a ordem pública e seu compromisso com o progresso.

02 (Unicamp-SP-2021) Até 1891, ano da promulgação da primeira Constituição republicana, todo o controle sobre a vida civil estava, na prática, a cargo da Igreja Católica. Essa instituição produzia e controlava os registros de nascimento, casamento e morte. No caso dos casamentos, por exemplo, embora houvesse duas legislações em vigor sobre o assunto, uma civil e outra eclesiástica, apenas esta última era considerada legítima. Tanto para protestantes quanto para judeus não havia, durante a vigência do Império, qualquer tipo de registro civil de nascimento ou casamento, dificultando a legislação sobre bens e heranças. Além disso, as uniões entre dois cônjuges não católicos simplesmente não tinham qualquer valor legal, nem para a igreja nem perante a legislação civil.

GRINBERG, Keila. *Código civil e cidadania*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. p. 39-41 (Adaptação).

Com base no excerto e em seus conhecimentos, responda às questões a seguir.

- A. Qual é a definição histórica de Código Civil e qual sua função nas relações entre Igreja e Estado no Brasil Império?
- B. Explique dois aspectos da noção de cidadania apresentada no Código Civil de 1891.

03 (UFJF-MG) Não há mais mendigos – há bandos e bandos de criaturas sem pão, sem teto. São operários com as fábricas fechadas, são empregados no comércio – é a grande massa anônima dos humildes, o exército dos deserdados.

Há brasileiros às centenas, vindos de todos os Estados, há imigrantes de todas as nacionalidades e a Fome assustadora nivela posições: simples trabalhadores e rapazes inteligentes, com preparo, servidores e criaturas que deveriam mandar.

RIO, João do. Contra a miséria, a luz do bem. *Gazeta de Notícias*, 9 maio 1915.

As Caravanas (Chico Buarque de Hollanda, 2017)

[...]

A caravana do Arará – do Caxangá, da Chatuba

A caravana do Irajá, o comboio da Penha

Não há barreira que retenha esses estranhos

Suburbanos tipo muçulmanos do Jacarezinho

A caminho do Jardim de Alá – é o bicho, é o
[buchicho é a charanga

[...]

Com negros torsos nus deixam em polvorosa

A gente ordeira e virtuosa que apela

Pra polícia despachar de volta

O populacho pra favela

Ou pra Benguela, ou pra Guiné

[...]

E essa zoeira dentro da prisão

Crioulos empilhados no porão

De caravelas no alto mar

Tem que bater, tem que matar, engrossa a gritaria

Filha do medo, a raiva é mãe da covardia

Ou doido sou eu que escuto vozes. [...]

Os dois artistas – João do Rio e Chico Buarque de Hollanda – são intérpretes do seu tempo, separados por um século. Com base nos textos anteriores e em seus conhecimentos:

- Análise um aspecto de continuidade histórica entre os dois contextos.
- Aponte uma característica do cenário de urbanização durante o início da República, relacionando-a com os versos da música de Chico Buarque de Hollanda.

- 04** (FUVEST-SP-2022) À medida que a construção prosseguia, Rondon iniciava a segunda fase do seu projeto: a crucial exploração das terras da bacia amazônica onde hoje está situado o estado de Rondônia, pois a linha telegráfica atravessaria aquelas terras. Essa era a região que incendiava a imaginação de Rondon e seus oficiais, e também a de muitos brasileiros das cidades costeiras. Era o Brasil desconhecido. [...] Na verdade, o projeto do telégrafo parecia dar muito mais satisfação a Rondon pela chance de explorar aquelas terras do que pela construção da linha telegráfica [...]

Rondon planejou uma expedição em 1907 para descobrir a nascente do rio Juruena e fazer contato com os indígenas conhecidos como nambikwara.

DIACON, Todd A. : o marechal da floresta. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 32-33.

- Indique qual a importância da expansão da linha telegráfica no Brasil dessa época.
- Explique o sentido da frase “Era o Brasil desconhecido”.
- Caracterize a política indigenista desenvolvida por Cândido Rondon para “aquelas terras”.

- 05** (FUVEST-SP-2021) Em 1945, 1954 e 1964, datas de movimentos vitoriosos contra o presidente do país, a pressão civil no sentido de intervenção militar no processo político cresceu e foi comunicada aos militares através de contatos pessoais, manifestos públicos e editoriais da imprensa. [...] Normalmente, os pedidos de intervenção afirmavam que o presidente estava agindo de maneira ilegal e que, em face destas condições, a cláusula de “obediência dentro dos limites da lei” os dispensava do dever de obedecer ao chefe do executivo.

STEPAN, A. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: 1975, p. 73.

- Identifique um partido político que atuou na oposição aos presidentes nos três momentos citados no texto.
- Indique duas diferenças entre as crises políticas enfrentadas pelo presidente Vargas em 1945 e 1954.
- Caracterize uma medida econômico-social que teria contribuído para as crises de 1954 e 1964.

- 06** (Unesp-2019)

O sr. ATO cinco e a sra. NAÇÃO BRASILEIRA, ambos brasileiros, casados, ele residente na praça dos 3 Poderes, Distrito Federal, e ela, prendas domésticas, residente no continente americano, latitude sul, vêm requerer a V. Exa. que se digne a deferir o seu divórcio litigioso (incompatibilidade de gêmios), observadas as formalidades legais e nos termos que se seguem:

- Os suplicantes são casados há 9 anos, pelo regime de exceção de bens, conforme certidão constitucional anexa.
- O casal possui 110 milhões de filhos, de acordo com as certidões de nascimentos anexadas a este instrumento.
- Os filhos do casal ficarão sob a guarda da mãe, não podendo o pai nunca mais visitá-los quando lhe aprouver. Nem nos fins de semana e jamais nas férias escolares.
- A suplicante abre mão do seu direito a pensão alimentícia, por dispor de meios próprios de subsistência, como proprietária de milhões de quilômetros quadrados.[...]

Pede deferimento,

OIAPOQUE AO CHUI, 15 de julho de 1977

HENFIL. *Cartas da mãe*. 1980.

- Identifique e explique o que é o “sr. ATO cinco”.
- Escolha dois dos quatro artigos do “pedido de divórcio” e justifique as afirmações neles apresentadas.

- 07** (UEL-PR) Durante a Ditadura Militar, no Brasil, em especial após o AI-5 em 1968, inicia-se um período de intensa censura às produções culturais, inclusive das músicas, quando vários cantores e compositores tiveram partes e mesmo canções inteiras vetadas à divulgação, discos banidos das lojas, e, como punição, alguns foram condenados ao exílio. Pode-se afirmar que o cantor e compositor Chico Buarque de Hollanda foi um dos alvos prediletos da censura, o que o levou a adotar o pseudônimo Julinho da Adelaide, por um tempo. A canção “Apesar de você”, de 1970, foi um dos alvos dos censores. Leia parte de sua letra a seguir:

Hoje você é quem manda

Falou, tá falado

Não tem discussão, não.

A minha gente hoje anda

Falando de lado e olhando pro chão. Viu?

Você que inventou esse Estado

Inventou de inventar

Toda escuridão

Você que inventou o pecado

Esqueceu-se de inventar o perdão.

Apesar de você

amanhã há de ser outro dia.

Eu pergunto a você onde vai se esconder

Da enorme euforia?

Como vai proibir

Quando o galo insistir em cantar?

Água nova brotando

E a gente se amando sem parar.

Quando chegar o momento

Esse meu sofrimento

Vou cobrar com juros. Juro!

Todo esse amor reprimido,

Esse grito contido,

Esse samba no escuro.

Você que inventou a tristeza

Ora tenha a fineza

de “desinventar”.

Você vai pagar, e é dobrado,

Cada lágrima rolada

Nesse meu penar.

Apesar de você

amanhã há de ser outro dia.

Eu pergunto a você onde vai se esconder

Da enorme euforia?

Como vai proibir

Quando o galo insistir em cantar?

Água nova brotando

E a gente se amando sem parar.

APESAR de você. In: CHICO Buarque. 1970.

É possível perceber, por meio da canção de Chico Buarque, certas características da sociedade daquele período que o Regime Militar preferia que a grande maioria da população não viesse a conhecer. Disserte sobre pelo menos uma dessas características.

- 08** (UERJ) Publicado em 1977, *A hora da estrela* tornou-se também filme, dirigido por Suzana Amaral, em 1985. A personagem principal, Macabéa, é uma alagoana que migra para o Rio de Janeiro. Para Clarice Lispector, seu livro era “a história de uma moça tão pobre que só comia cachorro-quente, a história de uma inocência pisada, de uma miséria anônima”. Para a diretora do filme, Macabéa é o retrato do Brasil, pelo menos naquela época.

PANORAMA com Clarice Lispector. *TV Cultura Digital*, 1977 (Adaptação).

A história da personagem do romance de Clarice Lispector ilustra aspectos das migrações internas no Brasil. Apresente um fator econômico que tenha contribuído para a migração de populações nordestinas para o Sudeste durante os governos militares (1964-1985). Em seguida, aponte uma característica das condições de vida desses migrantes em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, naquele momento.

QUESTÕES EXTRAS

Acesse o QR Code para a lista de questões extras.



CAPÍTULO 6

As Diferentes Facetas do Brasil Republicano

Aprendizagem

- 01 Características do governo republicano: instituição da forma de Estado federalista; estabelecimento de um Estado laico, supressão do Poder Moderador, garantia das liberdades civis. Segmentos que apoiaram o novo regime: burguesia cafeeira paulista, classe média urbana liberal e frações das elites agrárias.
- 02 A. Jacobinos / jacobinistas ou florianistas.
B. O grupo dos jacobinos era formado por pequenos proprietários, comerciantes, profissionais liberais, intelectuais e por parcela da elite urbana de grandes cidades.
C. Os jacobinos defendiam um republicanismo radical e extremista, viam no sistema republicano o meio de se alcançar a liberdade e um governo com participação política direta dos cidadãos. Eles vislumbravam um governo baseado na igualdade, aos moldes dos jacobinos da Revolução Francesa. Por esse motivo, esse grupo defendia a necessidade de um ditador que garantisse a soberania popular. Assim, Floriano Peixoto foi visto como um possível líder jacobinista, pois sua tendência autoritária seria vantajosa para garantir a construção de uma república forte, sem ameaças de opositores ou de grupos facciosos.
- 03 O texto ressalta a criação de símbolos para representar a República e a Pátria, após a queda do regime monárquico; a pintura de Pedro Bruno mostra exatamente a criação desses símbolos. Podem ser citadas as mulheres representando a República, as crianças representando o novo e jovem regime e a bandeira representando a nação brasileira.
- 04 B
- 05 A. Pode ser citado, como motivação econômica, o interesse dos nordestinos assolados pela seca na possibilidade de enriquecimento e prosperidade com o trabalho na atividade extrativista de látex e comercialização de borracha, na região Amazônica. Contudo, nesse momento, o fluxo migratório também se direcionou para o Sudeste, centro econômico do país, onde havia mais possibilidades de trabalho, e para o próprio litoral nordestino, sobretudo nas capitais, mais dinâmicas economicamente. Como motivações sociais e políticas, podem ser citados o desejo de fugir das relações opressoras estabelecidas pelos latifundiários nordestinos – ou seja, a possibilidade de escapar do coronelismo.
B. O governo republicano, embasado em ideais modernizadores, de fato implementou políticas públicas para direcionar recursos financeiros e assim combater as secas. Contudo, devido à forte influência de oligarquias locais junto aos governos estaduais, esses recursos eram mal distribuídos e acabavam beneficiando as regiões próximas de grandes propriedades. Assim, barragens e açudes acabavam ficando no controle de latifundiários que, segundo a lógica do coronelismo, utilizavam o acesso à água como moeda de exploração aos camponeses assolados pela seca.
- 06 As teorias raciais surgem ainda no século XIX, como as ideias eugenistas, que se baseavam na seleção de seres humanos com o intuito de melhoria de gerações futuras, e o darwinismo social, teoria pseudocientífica que distorcia a Teoria de Seleção Natural de Charles Darwin, que por diversas vezes foi utilizada como justificativa para o colonialismo em países como África e Ásia. No Brasil, essas teorias estiveram relacionadas à marginalização de suma maioria da população negra e seus descendentes, que, após a escravidão, sem uma política efetiva de integração à sociedade, encontrou-se sem empregos e oportunidades e, posteriormente, passou a compor as chamadas “classes perigosas” citadas no trecho.
- 07 Como um dos maiores meios de comunicação da época, o rádio era acessível a grande parte da população e sua programação, além de ser uma fonte de informação, influenciava modas, comportamentos e novos hábitos, por meio das radionovelas, dos programas de auditório e das cantoras do rádio, marcos importantes da cultura dos anos 1940 e 1950. Nos anos 1930 e 1940, durante o regime autoritário do Estado Novo, o programa Hora do Brasil foi um importante meio de informação e propaganda institucional.
- 08 C
- 09 A. No segundo verso, a canção se refere ao rodoviário como opção de transporte (após a chegada das montadoras de automóveis) e de integração do território. No sétimo verso, à inauguração de Brasília, ocorrida em 1960.

- B. Justificativas simbólicas: construir uma nova capital seria como construir um novo Brasil; ela seria o símbolo irradiador de um suposto progresso e legitimaria o poder central em todo o território (segurança nacional). Justificativas políticas: a construção de Brasília buscou isolar o poder central das pressões políticas das massas urbanas do eixo RJ-SP; representou uma tentativa de diminuir o risco da tomada da capital do país por revoltas sociais e de um suposto ataque ou invasão estrangeira do território brasileiro pelo litoral. Justificativas econômicas: Brasília favoreceria o contato entre a faixa litorânea e o interior do país, criando um elo entre áreas dinâmicas e estagnadas, o que possibilitaria maior integração do território e o rompimento com o padrão espacial dos “arquipélagos”. Ou seja, a construção de Brasília visava à ocupação efetiva da porção central do território, à interiorização do povoamento e à integração regional; alavancaria a industrialização em curso no país, com a abertura e a consolidação de mercados; constituiria um polo para absorver excedentes demográficos de áreas rurais mais valorizadas; seria um “nó” da rede viária em construção e ponto de partida para a abertura de novas frentes de expansão do capital e a geração de empregos.
- 10 A Comissão Nacional da Verdade visava apurar casos de violação dos direitos humanos ocorridos no período entre 1946 e 1988. O objetivo principal foi o de restabelecer a verdade sobre os fatos que foram escondidos pelo Regime Militar. Nesse sentido, ela foi de suma importância para que a população entendesse as ações autoritárias cometidas pelo Estado em determinados períodos históricos, a fim de evitar que elas se repitassem, prezando sempre pela lembrança e nunca pelo esquecimento.

- 12 C
 13 D
 14 E
 15 C
 16 B
 17 A

Discursivos

- 01 A. Para criar uma simbologia que legitimasse a República.
B. Para demonstrar sua preocupação com a ordem e o progresso do país, lema do positivismo, destacando as vantagens do regime republicano e garantindo a todos que houve, de fato, mudança.
- 02 A. O Código Civil é um conjunto de normas que regulamenta as relações entre as pessoas e os bens, ou um corpo de leis que impõe normas sobre relações jurídicas nas esferas pública e privada e sobre propriedades e bens. No caso do Império, a função desse corpo de leis era facilitar as relações entre Igreja e Estado.
B. O processo de codificação do Direito Civil é marcado por debates que definem quem é cidadão e sujeito de direito e quem não é. Durante o Império, esses parâmetros eram definidos principalmente pelas Ordenações Filipinas e pela Constituição de 1824. Por isso, a Constituição de 1891 impacta profundamente o exercício da cidadania, ao criar novos dispositivos legais para regular as relações jurídicas de direito privado, embora uma codificação bem definida do Direito Civil só viesse a ocorrer em 1916. A Constituição republicana de 1891 criou garantias às liberdades individuais (liberdade de culto, reunião e expressão; *habeas corpus*) e definiu a separação entre Igreja e Estado, ampliando, por exemplo, os direitos dos protestantes. Apesar dos avanços, as noções de cidadania que permeavam os dispositivos legais eram bastante excludentes, quando se considera, por exemplo, o acesso à terra, os direitos da população negra egressa da escravidão e o acesso ao voto, ainda restrito a um pequeno percentual da sociedade (a parcela alfabetizada, excluindo-se as mulheres).
- 03 A. A obra de João do Rio assinala diversas mazelas sociais existentes no Brasil no início do século XX – Primeira República – como a desigualdade, o racismo, a segregação urbana e a exclusão social, elementos que também estão presentes na obra de Chico Buarque de 2017, levando a compreensão de que tais mazelas permanecem na sociedade brasileira.

Propostos

- 01 E
 02 D
 03 D
 04 D
 05 C
 06 B
 07 D
 08 C
 09 D
 10 A
 11 A

- B. Uma característica foi o processo de segregação urbana que foi visto na Primeira República brasileira. Tal segregação foi fruto, entre outros fatores, de grandes reformas urbanas (como a de Pereira Passos no Rio), da expulsão da população pobre dos grandes centros urbanos (que deu origem à favelização) e de políticas restritivas de acesso aos direitos sociais.
- 04** A. A linha telegráfica auxiliaria a circulação de mercadorias e de pessoas e reforçaria a presença do Governo Federal em regiões menos povoadas do Brasil.
- B. No começo do século XX, a densidade populacional brasileira se concentrava na costa dessa forma, o Brasil tinha um grande território que não era totalmente povoado. Esse território não povoado, o "desconhecido", precisava ser explorado e integrado de fato ao restante do país, sobretudo as regiões Centro-Oeste e Norte.
- C. A política indigenista de Rondon caracterizava-se pelo mapeamento do território de modo que pudesse integrar os povos indígenas, o que mais tarde se desdobrou na criação do Serviço de Proteção dos Índios (SPI).
- 05** A. O partido político dos três períodos que realizou oposição foi a União Democrática Nacional (UDN).
- B. 1945: o Estado Novo fundado por Vargas se encontrava desgastado, em detrimento da longa duração do regime e de setores oposicionistas. 1954: diferentemente do Estado Novo, Vargas havia sido eleito de forma democrática, porém sofria dura oposição da UDN, de transnacionais e das Forças Armadas, considerando o período da Guerra Fria e o projeto de desenvolvimento nacional de Vargas. O desfecho dessa crise foi o suicídio do então presidente.
- C. 1954: Reajustes no salário mínimo. 1964: Reformas de base propostas por João Goulart, tendo grande destaque a reforma agrária, que acabou sendo vista como um ato "comunista" do então presidente.
- 06** A. Editado pelo Marechal-presidente Arthur da Costa e Silva, o Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, era um conjunto de medidas que endureciam o regime ditatorial dos militares no Brasil ao atribuir ao chefe do Executivo poderes excepcionais por tempo indeterminado; no texto, o ato é citado como "sr. ATO cinco".
- B. O texto versa sobre o casamento ilegal entre o Governo Militar e a Nação Brasileira por meio da entrada em vigência do AI-5. A interpretação é embasada na excepcionalidade do AI-5: item 1 do texto; a existência de mais de 100 milhões de indivíduos afetados por essa união ilegítima e espúria: item 2 do texto; a necessidade de se evitar novos contatos entre os filhos / povo e o pai / governo: item 3 do texto; e a necessidade de eliminação de quaisquer ingerências do governo na vida da nação: item 4 do texto.
- 07** A letra da canção de Chico Buarque reflete o período de reclusão democrática que o país vivenciava, marcado pela censura e pela tortura. Com base nessa situação, a canção aborda um clima de tristeza e sofrimento que emergiu em determinadas pessoas, um sentimento de enfrentamento à ditadura, uma espécie de resistência.
- 08** Os fatores econômicos que podem ser apontados para as migrações internas são: crescimento industrial na Região Sudeste; aumento das desigualdades sociais nas Regiões Norte e Nordeste; agravamento da pobreza nos sertões nordestinos pela ausência de políticas públicas; crescimento do setor de serviços em centros urbanos, como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. Os migrantes nas grandes cidades recebiam baixos salários, viviam em péssimas condições de moradia, instalando-se nas periferias e favelas, e conviviam com formas de contratação precárias e situação de insegurança com relação ao trabalho.



MEU
APROVEITAMENTO

Acertei ____ de ____ (____%).

Anotações